

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

O lado escuro (ou escurecido) da memória.
Contrarrevolução e Trauma.

Maria Josefina Mastropaolo

Dezembro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O lado escuro (ou escurecido) da memória.
Contrarrevolução e Trauma.

Maria Josefina Mastropaolo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como um dos requisitos para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Marildo Menegat

Rio de Janeiro
Dezembro de 2008

O lado escuro (ou escurecido) da memória.
Contrarrevolução e Trauma.

Dissertação aprovada em:/...../.....

Banca Examinadora

.....
Prof. Dr. Marildo Menegat (UFRJ)
(Orientador)

.....
Prof. Dr. José Paulo Netto (UFRJ)

.....
Prof. Dra. Roberta Lobo (UFRRJ)

INTRODUÇÃO

As convulsionadas décadas de 1960 e 1970, em que parecia verificar-se a atualidade da revolução¹ para América Latina, foram encerradas (particularmente no cone-sul) por movimentos contra-revolucionários, cujas caras visíveis foram ditaduras militares que como parte da política do Estado -e ainda que tenham que ser consideradas as particularidades que essa política adotou nos diferentes países- fizeram da perseguição, da tortura e da morte ferramentas comuns de luta contra aqueles que se apresentaram como inimigos da ordem. Ao longo da década de 1980 encerram-se esses processos ditatoriais dando lugar a novos governos democráticos.

Na Argentina, a reabertura democrática de 1983 não implicou numa recuperação dos processos em andamento anteriores à ditadura, tomando outro caminho a esquerda foi se reorganizando em torno da luta pelo esclarecimento dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura que estava concluindo e o julgamento dos culpados. Manter viva a memória das vítimas de violação dos direitos humanos durante esse período aparecia como uma garantia para a consecução desses fins. A memória dos desaparecidos, a memória da violação aos direitos humanos, constituiu-se num eixo referencial na reconfiguração da esquerda pós-ditadura. Pode-se postular que a ação de disciplinamento feroz exercida pela última ditadura sobre alguns setores da sociedade argentina, configurou um trauma que fez com que o terror totalize o olhar retrospectivo. Assim no período pós-ditadura a esquerda foi se re-configurando sobre uma ferida que por diversas razões não conseguia se fechar.

Para uma pessoa da minha geração, da geração nascida no bojo da ditadura, e em alguns aspectos possivelmente também para as gerações posteriores, a última Ditadura Militar marca um parte águas histórico que inviabiliza as certezas sobre a nossa identidade. Todos nós tivemos que nos perguntar em algum momento da nossa trajetória de vida pela nossa filiação, e pela filiação de nossos amigos ou companheiros da escola. Só alguns de nós tiveram que enfrentar a terrível situação de fazer a prova de DNA para confirmar a sua filiação biológica.

¹ Se a atualidade da revolução socialista estava posta ou não para América Latina nesse período histórico é um debate que transcende os limites deste trabalho, contudo trabalhamos sobre a idéia de que no caldo cultural da época a expectativa da revolução se colocava como impulso à prática política.

Mas para além (ou para aquém) disso somos uma geração para quem não está posta a certeza da nossa “filiação político”. Nossa socialização política foi mediatizada pela memória de uma ferida, memória totalizada pela violência que a provocou. Isso por um lado nos colocou como herdeiros de um trauma e por outro nos deixou com um olhar (quase) sempre dirigido ao passado. Assim sendo, constitui um imperativo para nossa geração desvendar os traços do nosso “DNA político”.

È necessário levar em consideração que o relato da memória tal como configurado hoje, é também um relato construído pela nossa geração. A partir de metade da década de 1990 nossa geração contribuiu a acrescentar as respostas para as perguntas sobre o *que* aconteceu. Talvez não estavam postas ainda as condições para nós perguntarmos *porque* aconteceu, ou então na frente da necessidade de consolidar um relato que dera força às lutas pela *verdade e a justiça*, aceitamos respostas maniqueístas, portanto simples, que não nos explicam o processo histórico.

A partir do ano 2003 o Governo Kirchner levou para o interior do Estado as lutas pela memória historia, cristalizando-as como políticas públicas. A anulação das leis de impunidade² que deram lugar a abertura dos juízos ao implicados no aparato repressivo, a declaração do 24 de março como feriado em recordação das vítimas do Golpe de Estado (medida que desatou uma grande polémica inclusive oposição de alguns organismos de direitos humanos), a localização de Centros Clandestinos de Detenção e Torturas e a construção do Museu da Memória na E.S.M.A³ e outros memoriais, criação de Comissões e Arquivos Provinciais da Memória, apoio às pesquisas para a identificação de pessoas desaparecidas ou de crianças apropriadas, apoio às escavações nos enterramentos clandestinos, entre outras fazem parte do processo de *estatização da memória*. Para alguns setores, alguns organismos de direitos humanos, isso constituiu uma conquista, uma espécie de chegada à meta.

Contudo, e ainda que tenha sido um eixo que aglutinou a resistência à consolidação das contra-reformas neoliberais durante a década de 1990, poderíamos pensar que o fato da memória ter se cristalizado como política pública evidencia o quanto a forma dela, as premissas sobre as que foi construída, carecem de potencial emancipatório.

² Também conhecidas como ‘Ley de Punto Final’ e ‘Ley de Obediencia debida’, sancionadas respectivamente em 1986 e 1987. Ambas tiveram o objetivo de limitar os juízos aos militares iniciados em 1985.

³ Acrônimo de Escuela Superior de Mecanica de la Armada. Ali funcionou um dos maiores Centros Clandestinos de Detenção e Torturas.

O quanto nós enfrentar de maneira (auto)crítica nossos próprios esquemas de interpretação é uma tarefa árdua e escabrosa só fui reconhecer após ter enveredado as trilhas da reflexão sobre memória. Na frente da preocupação pela perda dos impulsos emancipatórios, dispus-me no começo conhecer a memória, descrevê-la, já que se colocava como um elo que nos ligava com tempos em que a emancipação parecia o imperativo do momento, aos poucos fui construindo a certeza de que só conseguiria conhecer esses elos se enfrentasse a tarefa de negação da memória, de negação dessas certezas e a formulação de perguntas cujas respostas só se encontram entre as ruínas da memória da violação dos direitos humanos.

Se aceitarmos a imagem de Benjamin (1996:223) de que cada geração recebe uma “tênue força messiânica”

1. CAPITULO UM

1.1 Os tempos da Guerra Fria

1.1.1 A natureza do conflito

O pano de fundo do tempo histórico que se aproxima este trabalho está profundamente tingido por uma retórica apocalíptica baseada na ameaça constante do uso de tecnologia nuclear para a destruição das duas partes em conflito. Aparentemente o destino da humanidade seria definido numa guerra quando Washington ou Moscou decidissem dar um "golpe de martelo".

O ano de 1945 é assinalado como o ano de fim da guerra, e, mesmo que, a II Guerra Mundial tenha acabado nesse ano, um novo processo de disputa –ou a continuidade daquele– começou a se configurar. É a chamada Guerra Fria que se estendeu desde meados da década de 1940 até inícios da década de 1990.

No fim da II Guerra Mundial dois países configurados como superpotências ficaram enfrentados numa competição geopolítica, os E.U.A. e a U.R.S.S. O mundo então apareceu como dividido em duas metades antagônicas. A Guerra Fria recebe esse nome pelo fato de que os representantes de cada termo da disputa não se enfrentaram numa contenda armada cara à cara, no entanto esse foi um período de altíssima belicosidade, e a possibilidade da destruição da humanidade como consequência duma guerra nuclear estava à ordem do dia, e era uma possibilidade pensada como certa.

Hobsbawm (1995) sustenta

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. (*op. cit.*, 1995: 224)

Contudo o conflito armado de fato continuou, só que foi deslocado da Europa para as regiões do globo onde então iam se desarmando os velhos impérios colônias. Foi na África e na Ásia -e em certo sentido na América Latina - onde o conflito entre as duas partes acirrou-se, chegando até a contenda armada. A guerra da Coreia, a do Vietnã, e as ações no Afeganistão

são expressões dessas lutas entre o bloco que se dizia a si mesmo de ocidente cristão, quer dizer, capitalista, e o bloco soviético.

A partir do período de pós-guerra e por trinta anos o capital conheceu um processo de expansão excepcional, não tanto para os EUA cujo crescimento manteve uma continuidade com o que tinha conhecido nos anos da guerra⁴, quanto para os países europeus e o Japão, para quem a guerra tinha significado grandes perdas.

Na segunda metade da década de 1970 é que o conflito recrudesce no marco de uma profunda crise econômica e política. O signo dessa crise econômica foi o salto abrupto no preço da energia como consequência do “bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo, a OPEP (...)” (*op. cit.*, 1995: 241). Nesse marco de crise econômica dois acontecimentos inter-relacionados, assinala o autor, vem marcar a aparente perda de equilíbrio entre os termos da Guerra Fria, que são a Guerra do Vietnã e o apoio à Guerra de Yom Kipur, depois das quais os EUA ficaram enfraquecidos e aparentemente isolados, porém o equilíbrio entre as potências se manteve. Logo depois dessas derrotas, aos EUA tocou enfrentar a terceira rodada de revoltas e revoluções que, na África na Ásia e na América Latina pareciam fortalecer o bloco soviético mundial.

Essa fase de conflito se deu por uma combinação entre guerras locais no Terceiro Mundo, travadas indiretamente pelos EUA, que agora evitavam o erro de empenhar suas próprias forças cometidas no Vietnã, e uma extraordinária aceleração da corrida armamentista nuclear; as primeiras menos evidentemente irracionais que a última. (*op. cit.*, 1995: 242)

O fato de o Terceiro Mundo ser altamente instável social e politicamente, e altamente pobre economicamente, cheio de processos revolucionários e golpes militares, dava aos EUA, guardiões do *status quo* ocidental e anti-soviético, uma razão mais que contundente para ficar alerta e projetar suas intervenções.

Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem

⁴ Os anos da guerra (...) foram singularmente bondosos com aquele país. Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p.30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo. (Hobsbawm, 1995:254)

apoio local. (*op. cit.*, 1995: 422)

Foi conhecido como “Terceiro Mundismo” o conjunto de idéias que sustentavam que o mundo poderia ser liberado do capital a través da liberação inicial das suas periferias pobres, agrárias, exploradas, e dependentes. Tal vez por isso, o fato da Revolução Cubana estourar nestas latitudes da América Latina, e a repercussão que ela teve como estímulo para o acaloramento de processos parecidos nos países da região, fez com que o capital arquitetasse estratégias tanto de assistência à pobreza quanto repressivas para frear a revolução.

Segundo Hobsbawm (1995) o processo da guerra fria mudou o mundo basicamente em quatro aspectos. Em primeiro lugar os conflitos que estruturaram a política internacional nos tempos prévios mudaram até porque as partes em conflito também sofreram transformações. A luta pelo domínio de territórios coloniais foi desaparecendo na medida que os impérios também o foram. As “velhas potencias”, cabeças daqueles impérios começaram a manter entre elas relações mediatizadas pela nova hegemonia ocidental. Em segundo lugar, o autor sustenta que a Guerra Fria provocou uma estabilização provisória da situação internacional que teve como contraponto a situação de alta belicosidade, já referida, que sempre foi contida pelo perigo à guerra nuclear. Nos casos em que as políticas internas dos países pareciam desenvolver projetos que entrariam em contradição com o projeto da correspondente “superpotência dominante”, estas tomaram conta do assunto, como no caso do Chile, só para dar um exemplo próximo. E em terceiro lugar a corrida armamentista que durou 40 anos deixou o mundo abarrotado de armas, conseqüentemente economias militarizadas fundadas em grandes complexos militar-industriais. A industria armamentista foi se tornando uma das mais competitivas no mercado mundial, portanto a produção da guerra, tivesse a forma que tivesse, uma necessidade primordial para a valorização do capital. Por último o autor coincide com quem entende que o fim da Guerra Fria assinala não só o fim de um conflito geopolítico, más o fim de uma era.

1.1.2 Então na América Latina voltou-se a falar em Revolução

A revolução cubana parece ter impactado fortemente ambos blocos da disputa. Aos Estados Unidos surpreendeu porque foi no seu próprio território, na América Latina, e pertíssimo do seu comando central. À URSS surpreendeu porque ultrapassou todos os dogmatismos, todas as receitas, e por isso mesmo impactou também noutros grupos, no resto

de América Latina, fundamentalmente jovens, que recuperando as tradições emancipatórias destas regiões, dos processos de descolonização, e juntando-os as tradições marxistas, encontraram novo impulso para desejar, planejar e tentar uma alternativa socialista em sociedades que, segundo o vaticínio da esquerda oficial, ainda estavam a anos luz de aspirar em conseguir.

A Revolução Cubana foi então, o principal espelho onde o resto dos processos revolucionários da América Latina, a partir de 1959 tentou se refletir.

Segundo a periodização⁵ que Löwy (2006), faz da história do marxismo na América Latina a Revolução Cubana inaugura um terceiro período que deixa para trás os trinta anos de hegemonia da interpretação que entende a revolução como um processo de etapas e a sociedade como um todo dividido em quatro classes sociais. Tal interpretação predizia para América Latina nesses anos o desenvolvimento de uma etapa nacional-democrática. As forças revolucionárias mantiveram-se aletargadas até 1959, quando uma corrente revolucionária que sustenta o caráter socialista da revolução e a legitimidade da luta armada em algumas situações para alcançá-la, se consolida no continente.

Nos seus primórdios a Revolução Cubana foi, o pelo menos se apresentou ao mundo como uma revolução democrático-nacionalista, onde se misturavam elementos de revolução dentro da ordem e elementos de revolução contra a ordem. O próprio processo de consolidação de medidas que permitiram cumprir com esses objetivos foi levando a própria revolução a consolidar medidas socialistas. “A proclamação da natureza socialista da revolução por Fidel em maio de 1961 (...) foi apenas a sanção explícita e oficial de uma realidade existente” (*op. cit.*, 2006: 44), ainda que alguns membros do Movimento 26 de julho, se iniciaram na revolução já com convicções socialistas.

No seu trabalho sobre a Revolução Cubana, Fernandes (2007) chama a atenção para as diferenças substanciais do processo de emancipação da metrópole espanhola desse país ao do resto das colônias espanholas, por ser este um processo retardado. O processo de emancipação cubana encerra a frustração de ter ficado ligada a outra potência imperial, os EUA, que mudou

⁵ O autor alude de maneira esquemática três grandes períodos na história do marxismo na América Latina. Um primeiro período revolucionário que vai desde a década de 1920 até metade da década de 1930. A revolução era então caracterizada como socialista, democrática e antiimperialista. A obra teórica mais importante é a de C. Mariátegui. Um segundo período que ele chama de stalinista que vai desde meados da década de 1930 até 1959, em que a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica, e por último um novo período revolucionário que se inicia com a revolução cubana. (*op. cit.*, 2006:9)

o tipo de relações coloniais para relações neocoloniais. Nos outros países sustenta o autor, as idéias nacionalistas foram separadas da idéia de nação, por conta de que o que foi construído como nação foram os projetos liberais das classes dominantes, por tato “estava se muito longe das funções que o nacionalismo representou, no desenvolvimento capitalista, como fator de unificação política e de hegemonia social de classe” (*op. cit.*, 2006:92). Ao contrario, em Cuba o nacionalismo foi construído de baixo para cima, foi se gestando e consolidando no bojo de diferentes forças sociais empenhadas no combate colonial primeiro e neocolonial depois. O nacionalismo continuou a fermentar ao calor do desejo dos cubanos de se tornar uma nação livre, e politicamente soberana.

Sobre esse patamar o autor aponta –e nesse sentido parece ter a intenção de derrubar um mito – de que a guerrilha cubana não foi “um abre-te sésamo”. Existia na Ilha uma situação revolucionaria que se estava aprofundando paulatinamente desde a descolonização espanhola, porem a guerrilha tenha precipitado a revolução. Possivelmente sem guerrilha não tivesse tido tomada do poder, nem processo de transição ao socialismo, mas não é só por conta da guerrilha que o teve.

A Revolução Cubana tem sido muito criativa, experimental, sustenta o autor e só tardiamente aos fins de conseguir a continuidade da Revolução foram se inserir no "severo travejamento racional, que atravessa todas as correntes do socialismo europeu –e depois atinge os revolucionários russos e chineses-(..).” (*op. cit.*, 2006: 88)

Mas não é só utopia e esperança que Cuba forneceu à América latina, não pode se esquecer que a luta pela “construção de um mundo melhor”, a terceira etapa do marxismo na América latina assinalada por Löwy (2006), o tempo do vigoroso re-florescimento da revolução é contemporâneo à Guerra Fria, por tanto armas, treinamento militar e serviços de inteligência faziam parte de “kit” básico da maioria dos grupos revolucionários, e Cuba constituiu-se num dos grandes fornecedores desses elementos nestas latitudes. Quer dizer Cuba forneceu elementos subjetivos ao despertar revolucionário, mas também deu contribuições objetivas para que esses processos se concretizarem.

A influência da Revolução Cubana na dinâmica da América latina das décadas de 1960 e 1970 e até 1980 em alguns casos, não pode ser olhada de soslaio, fundamentalmente nas experiências que se propuseram a luta armada como estratégia na construção do socialismo.

No artigo "¿Foquismo?", Kohan (2005) defende a idéia de que o trabalho do francês

Régis Debray "*¿Revolução na Revolução?*" -que se pretende uma síntese teórica da Revolução Cubana, (para Kohan ele é uma versão simplificada), tipo manual- teve uma influência maior na definição dos elementos que fizeram parte da difusão dessa experiência.

Ali realiza uma versão totalmente parcial e unilateral da revolução cubana. Sustenta entre outras coisas, que em Cuba quase não houve luta urbana, que só houve luta rural, que a cidade era burguesa enquanto a montanha proletária e por tanto a revolução surgiu de um foco, de um pequeno grupo isolado. De modo que Debray faz uma canonização e uma codificação da revolução cubana como sendo uma receita muito esquemática conhecida como a "teoria do foco". (*op. cit.* 2005. T.P.)

Na leitura de Fernandes (2007:112), o trabalho de Regis Debray conserva seu valor como interpretação da relevância da guerrilha no processo revolucionário de "desagregação do capitalismo" e passagem para outro sistema. Para sua compreensão não pode ser olhada de soslaio a consideração da situação revolucionária que deu possibilidade histórica à guerrilha, possibilidade que não tiveram outros movimentos guerrilheiros de outros países.

1.1.3. A Junta de Coordenação Revolucionaria e a Operação Condor

Após a Revolução Cubana e até 1970, os Estados Unidos intensificaram a ação direta sobre o sul do continente valendo-se da estratégia chamada de "Aliança para o Progresso" que se propunha transferir apoio financeiro aos países da região com o objetivo de produzir um aparente completamento da modernização burguesa que contivessem possíveis explosões revolucionárias. Acabada a Aliança para o Progresso os objetivos de desenvolvimento não tinham sido atingidos. Na década de 1970 a estratégia contra-revolucionária promovida pelos Estados Unidos abandonou seu caráter assistencial, passando a se organizar como estratégia de inteligência militar de caráter ofensiva, no que foi conhecido como Operação Condor.

Em finais de 1973 foi aprovada de maneira formal uma aliança entre o M.I.R. (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) do Chile, o E.R.P. (Ejercito Revolucionário del Pueblo) da Argentina, o E.L.N. (Ejercito de Liberación Nacional) da Bolívia e o MLN-Tupamaros (Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros) do Uruguay, chamada J.C.R. (Junta de Coordinación Revolucionaria), ainda que as tarefas de colaboração e coordenação entre estes grupos tinham se iniciado tempos atrás. No N° 2 da revista Che Guevara, órgão de

propaganda da J.C.R., se assinala que as relações de colaboração mutua (ao começo bilaterais) entre essas organizações remontam a 1968. O lançamento público em que a nova organização internacionalista do cone sul da América Latina foi dada a conhecer foi publicado em novembro de 1974, e traduzido em varias línguas.

A idéia de formar ‘Juntas de Coordinación Revolucionarias’, tinha sido esboçada por Ernesto Che Guevara na “Mensagem aos povos do Mundo através da Conferencia Tricontinental”, 16 de abril de 1967, Havana , Cuba

É o caminho do Viet-Nam é o caminho que devem seguir os povos; é o caminho que seguirá a América, com a característica especial de que os grupos em armas puderem formar algo assim como Juntas de Coordenação para fazer mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa. (Cfr. De Santis. 2006: 367 T. P.⁶)

No terceiro parágrafo da Declaração Constitutiva da JCR, publicada o primeiro de novembro de 1974 na primeira edição da Revista Che Guevara, órgão da JCR, eles explicitam essa influência. “Este importante passo é a concreção de uma das principais idéias estratégicas do comandante Che Guevara, herói, símbolo e percussor da revolução socialista continental” (*op.cit.*, 2006: 367 T.P.)

Segundo Dinges (2005) cada grupo membro da JCR lutaria de acordo com sua agenda e métodos, nenhum ficaria subordinado ao outro. No entanto ele reconhece certa liderança no processo no chileno Miguel Enriquez, líder do MIR e no argentino Mario Roberto Santucho, líder do ERP.

A J.C.R. estava próxima da IV Internacional, e se pensava a si mesma como uma espécie de V Internacional que representaria a revolução no continente americano. Seus objetivos eram criar uma infra-estrutura internacional que garantisse apoios logísticos, financeiros e militares entre os membros. Segundo Dinges (2005) previa-se que o orçamento da J.C.R. fosse de vinte milhões de dólares, e a maioria foi fornecido pelo E.R.P., que era no momento a organização mais rica. O E.R.P. tinha feito alguns seqüestros extorsivos na época, e tinha destinado grande parte do dinheiro às atividades da JCR. O autor também assinala como um aporte importante à infra-estrutura da JCR, a fábrica de armas do MIR, que começou a funcionar de forma clandestina no Chile e depois mudou para Argentina na iminência do

⁶ A abreviatura T.P. implica que as citas são de tradução própria.

golpe de 1973.

A respeito do desenvolvimento da JCR o mesmo autor assinala

No caso, nenhum dos objetivos da JCR foi alcançado, mas seria um erro descartar a convocação às armas como mera retórica inflada. Ao contrário, a Junta Coordenadora foi levada tão a sério pelos governos militares que se transformou no principal alvo da Operação Condor. (*op. cit.*, 2005:90)

A Operação Condor foi criada em novembro de 1975, membros de Agências de Inteligência de seis países reuniram-se para tal fim no Chile. Os países que fizeram parte desse empreendimento foram o mesmo Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e o Brasil que no começo só participou como ouvinte. Dinges (2005:31) chama a atenção para o fato de que as forças militares representadas nessa reunião tinham influência sobre mais de dois terços da população de América do Sul.

A operação foi pensada e estruturada sobre três fases. A primeira fase implicava a cooperação dos países membros na coleta e troca de informações sobre pessoas e organizações que circulavam nos diferentes países. O objetivo dessa fase era criar um banco de dados, criar e aperfeiçoar um sistema de comunicações e garantir a troca de informações. Dinges assinala o fato de que a Operação Condor contaria com o “que era então a tecnologia mais recente: telex, microfilme, computadores, criptografia (e que) a CIA e o FBI tinham conhecimento daquele banco de dados (...) e que contribuíram com informações para a sua atualização e buscaram informações dos dados armazenados”. (*op.cit.*, 2005:34) O autor encontra que essa fase aparece amplamente descrita nos documentos das Agências de Inteligência.

As fases dois e três tinham por objetivo o "seqüestro, interrogatório sob tortura e extermínio" (*op. cit.*, 2005: 35) dos inimigos. A fase dois se propunha operar nos territórios dos países membros aos fins de contra-arrestar o processo de movimentação dos quadros pelos países vizinhos. A fase três pretendia atingir os inimigos que estivessem fora dos limites dos países membros, quer dizer na Europa ou nos Estados Unidos. Dinges chama a atenção para o fato de que o governo dos Estados Unidos reagiu se opondo a fase três da operação, apesar disso, um dos assassinatos mais lembrados e que é atribuído a Operação Condor ocorreu na capital daquele país. É o assassinato de Orlando Letelier, membro do Partido Socialista Chileno.

Na década de 1960, Letelier tinha trabalhado como economista no Banco de Desenvolvimento Interamericano. Foi embaixador do Chile nos Estados Unidos durante o governo de Salvador Allende. A partir de 1972, Allende chamou-o para o Chile, fazendo parte a partir desse momento, e até o 11 de Setembro de 1973, do Poder Executivo, no começo como Ministro das Relações Exteriores e depois, como Ministro da Defesa, quer dizer, chefe civil de Pinochet no momento do golpe.

1.2. O processo argentino

1.2.1. A burguesia

Provavelmente uns dos grandes trunfos da burguesia argentina seja o fato de ter ficado à margem da responsabilidade pelo genocídio da última ditadura. Na “memória” argentina, a luta nos anos 70 foi uma luta entre “jovens idealistas” e militares. Os militares aparecem como constituindo uma classe autônoma. Romero (1998) defende a idéia de que nos governos militares⁷, tirando o golpe de 1943, as Forças Armadas tinham tomado o poder e tinham exercido ele em estreita aliança com o que ele chama de “a direita”. O autor faz uma pormenorizada descrição da procedência social (atividade econômica principal, escolas nas que se formaram, clubes que freqüentavam, etc.), dos ministros dos diferentes governos, mostrando assim como os “braços executores” dos presidentes das ditaduras pertenciam à alta burguesia.

No seu trabalho sobre a classe dominante na Argentina, J. Sábato (1979) traz algumas provocações que podem resultar interessantes para compreender a burguesia argentina. O trabalho põe em questão a idéia muito arraigada de uma classe dominante como exclusivamente uma oligarquia agrária.

Segundo o autor, na literatura especializada assinala-se que desde a emancipação de Espanha (na segunda década do século XIX) a concentração da propriedade da terra, e as características da classe proprietária, aparecem como um obstáculo para a modernização capitalista. A classe proprietária de terra aparece então como organizadora de uma economia

⁷ Refere-se basicamente ao golpe de 1930, ao de 1966 e ao de 1976.

de traços feudais, referida ao passado e enfrentada aos projetos de modernização capitalista. Nessa interpretação o grande desenvolvimento econômico da Argentina em meados do século XIX teria a ver com as “vantagens comparativas da região pampiana para a produção de bens agropecuários no contexto mundial, o que teria se expressado na existência de uma renda diferencial da terra pampiana dentro do mercado internacional ao que tinha se integrado” (*op. cit.*,1979:27 T.P.)

Essa interpretação não daria conta das particularidades do processo de constituição da classe dominante argentina, já que ainda sendo uma classe proprietária de terra, a partir da segunda metade do século XIX, esta foi consolidando seu domínio, também na exploração de atividades comerciais e financeiras. Quer dizer, a classe dominante argentina nasceu como sendo uma classe moderna, referenciada aos projetos progressistas, especulativa e sustentada por valores liberais.

A Argentina integra-se ao mercado mundial construindo uma economia interna em que tanto política como juridicamente são garantidos o princípio da propriedade privada e são asseguradas condições básicas para facilitar as transações tanto quanto a circulação social de fatores de produção (capital e trabalho) e de mercadorias num mercado que pelo menos teoricamente, se rege segundo os princípios e necessidades do capitalismo (*op. cit.*, 1979: 44 T.P.)

Contudo, existe um traço particular nesse tipo de desenvolvimento capitalista que o distingue daqueles nos que esse processo foi comandado pelo capital industrial. Chama a atenção o autor para o fato de que na produção agropecuária o ciclo produtivo “está sujeito à rigidez de produção e riscos de mercado comparativamente maiores que a produção industrial”. Portanto para esses capitalistas foi de “crucial importância a formação de mecanismos e comportamentos adaptados a funcionar em condições de risco, tanto para aproveitar oportunidades quanto para amortecer prejuízos” (*op. cit.*,1979:45 T.P.). Às atividades comerciais e financeiras reuniam justamente esses pré-requisitos. O fato de ter diversificado a inversão de capital dava aos proprietários o imperativo de se adaptar às flutuações do mercado. Isso foi definindo uma classe flexível, especulativa, moderna. Os sectores “agrários que permaneceram só como tais, ficariam de fato marginalizados como motor e guia da futura evolução do país, independentemente de que sua riqueza e prestígio social fizessem com que fossem considerados como arquétipos da classe dominante”.(*op. cit.*,

1979:102 T.P)

Na linha do raciocínio anterior o autor apresenta cinco características centrais da classe que teria se consolidado como dominante na segunda metade do Século XIX.

- a) Esta classe, ainda que possuísse boa parte da terra, atuava num amplo leque de atividades e sua principal base de poder econômico-social residia, fundamentalmente, no controle do comércio e das finanças;
- b) por sua evolução e características, a classe dominante chagaria a ter uma grande unidade como tal. Dito de outro modo, a classe estaria muito pouco fracionada internamente, diferentemente do que teria ocorrido caso houvesse se produzido um fracionamento em sub-grupos, com isso, cada qual controlasse uma das atividades econômicas (industriais, agrícolas, pecuaristas, etc.), circunstancia que teria sido susceptível de gerar conflitos ou contradições de interesses entre essas diferentes facções que assim haveriam terminado por se definir;
- c) seria justamente o controle do comércio e das finanças o que, ao abrir um conjunto de oportunidades e outorgar uma alta flexibilidade, teria-lhe permitido se implantar simultaneamente num amplo leque de atividades produtivas e especulativas (...);
- d) a presença e a forma de atuar da classe dominante levou a difundir em todos os grupos proprietários pautas de comportamentos que estimulavam os empresários a diversificar suas atividades em diferentes setores econômicos e a proceder de maneira flexível para ajustá-las entre si. Reciprocamente, ao atuar desse jeito favoreceram tendências ao provocar uma alta concentração econômica nas mãos da classe dominante que constituía um núcleo reduzido desse conjunto (...) (*op. cit.*, 1979; 110 T.P.)

A partir da década de 1860 começou a se estruturar o projeto de desenvolvimento nacional desta classe, como contraponto periférico e necessário da fase imperialista do capital, que por então ia se tornando monopolista e parasitário atingindo escala mundial. Essas duas características têm uma relevância particular nos países periféricos, já que vão constituir a raiz da impossibilidade desses países completar o projeto de modernidade burguesa nos marcos da própria sociedade capitalista. (Peña, 2006: vol.I, 200 T.P.). Apesar disso, em torno de 1880, um projeto de país sustentado pelas bandeiras da modernidade burguesa, estava maduro, posicionando à Argentina na divisão internacional do trabalho como “grande produtora de alimentos e matérias primas para o mercado mundial, grande importadora de produtos industriais, grande devedora dos centros financeiros e escassa e deficiente industrialização”

(*op. cit.*, 2006:195 e ss.T.P.). Consolida-se assim um Estado-Nação-Moderno, com um modelo econômico agro-exportador, que além de ser dependente dos países centrais, entre outras coisas prometia prosperidade econômica aos expulsados do capitalismo europeu⁸, promessas que ainda em geral foram defraudadas, mantiveram-se durante muitos anos.

O projeto “Argentina: celeiro do mundo” foi muito bem sucedido e o país atingiu altos níveis de desenvolvimento fundamentalmente nos anos da pós-Primeira Guerra Mundial. Desenvolvimento dependente da metrópole de referência, que por enquanto era Inglaterra, e conheceu seus próprios limites quando o capitalismo mundial entrou na crise de 1930. A década de trinta foi marcada pela ruptura do sonho do desenvolvimento para fora ilimitado. O ciclo da economia primária exportadora parecia concluir ao mesmo tempo em que o projeto de país proposto pela “Geração do 80” ia se desmanchando.

Na década de 1930, a indústria argentina deixa de ser um setor marginal e se constitui como o setor líder do processo econômico. É necessário notar que o desenvolvimento desse processo é baseado numa dinâmica de industrialização por substituição de importações, quer dizer uma industrialização sem revolução industrial, como chamam a atenção Murmis e Portantiero (1974), porém manifesta diferenças substanciais na estrutura econômica e na dinâmica sóciopolítica, a respeito dos processos clássicos da industrialização dos países centrais. No processo argentino a industrialização por substituição de importações não implicou, como nos processos clássicos, o avanço da burguesia sobre a nobreza feudal, dona de terra, que até então tinha possuído o poder. As únicas transformações sucederam no setor industrial mantendo-se intacta a estrutura agrária. Os autores mostram como o rápido e amplo crescimento das forças produtivas não teria existido caso houvesse ocorrido a oposição de políticas governamentais. Mostram como na América Latina esse processo é explicado por conta do acesso dos extratos médios ao aparelho do Estado, mostrando uma tendência a superar as políticas de corte oligárquico. No entanto, existe uma particularidade no caso Argentino que radica no fato de que justamente a década de trinta foi inaugurada com um golpe militar urdido pela classe oligárquica para recuperar o poder depois de quinze anos de governo do primeiro partido de massas, a UCR. A suposta oligarquia contrária à

⁸ A idéia não parecia tão disparatada, “(...) em 1866 (...) tinha (a Argentina) 1.400.000 habitantes, para uma superfície da qual só a metade é maior que o tamanho de Inglaterra, Irlanda, França e Espanha juntas. Havia dois habitantes por milha quadrada, quer dizer, o país estava deserto” (*op. cit.*, 2006:195 e ss.) Nesse marco tiveram lugar as grandes correntes migratórias.

industrialização governou então até 1943, período do auge da industrialização.

Ao longo da década de 1930, propõem Azpiazu (*et.al* 2004) dois projetos foram se disputando ao interior da classe dominante. Por um lado os produtores agropecuários - caracterizados anteriormente a partir da obra de Sábato - em aliança com os capitais ingleses, que defendiam a necessidade de manter a industrialização substitutiva já que entendiam a crise do modelo agro-exportador era conjuntural, não registrando mudanças radicais no nível mundial. Por outro lado os grupos econômicos que nesses anos diversificaram ainda mais sua atividade, iniciando-se na industrialização da renda agropecuária, identificavam a nova hegemonia mundial norte-americana, e sustentavam a necessidade de introduzir mudanças no modelo substitutivo que levaram ao desenvolvimento de uma produção industrial exportável, sem deixar de lado a produção agro-exportadora. A proposta deste segundo grupo foi cristalizada em 1940 no que se chamou de “Plan Pinedo”⁹. Aquele plano propunha, na tentativa de reduzir os primeiros impactos da guerra, “que o Estado adquirisse os excedentes agrícolas que não foram vendidos no mercado externo e ao mesmo tempo estimulava a produção industrial exportável e a construção” (*op.cit.*, 2004:27 T.P.). No discurso de apresentação do projeto feito pelo Ministro Pinedo ante o Parlamento coloca como um dos objetivos do projeto evitar “o grave mal do desemprego” (Murmis *et al.*, 1974:36. T.P.).

Fazendo uma pequena interrupção, é bom notar a relevância que esse objetivo tomava em qualquer projeto político da época já que segundo os dados disponíveis¹⁰ entre 1914 e 1947 a população do país se multiplicou, de 7.903.662 habitantes aumentou para 15.893.811 habitantes. Em 1914 a população urbana superava o 50 %, enquanto em 1947 já superava o 60 %. Isso quer dizer que no período da industrialização substitutiva a população urbana aumentou mais do que 100%, passando de em torno de 4.000.000 de pessoas em 1914 para aproximadamente 9.500.000 pessoas em 1947. Considerando esses dados adquire sentido a preocupação da classe dominante por evitar o desemprego, por evitar o descontentamento da cada vez maior massa urbana.

Más voltando para os destinos do projeto de industrialização exportadora; a proposta é

⁹ Foi conhecido como “Plan Pinedo” o “Programa de Reactivación de la Economía Nacional”, proposto pelo então Ministro da Economia, Federico Pinedo.

¹⁰ Para o período específico que está sendo tratado não há dados bem precisos, já que o terceiro censo nacional foi realizado em 1914 e o quarto só se realizou em 1947, no entanto a partir dos dados disponíveis há como identificar a tendência. Os dados estão disponíveis em www.indec.mecon.ar

disputada ao interior da classe dominante no parlamento e o setor mais moderno do antigo bloco agro-exportador é derrotado. Os interesses exclusivamente agro-exportadores se impõem aprofundando a “crises de hegemonia do conjunto dos setores dominantes ao descartar o único projeto que poderia ter garantido uma saída na frente do irreversível esgotamento do modelo agro-exportador” (*op.cit.*, 2004:29 T.P.).

Nesse mesmo contexto uma outra proposta, também industrialista, mas de corte nacionalista, impulsionada fundamentalmente pelo grupo FORJA¹¹ e setores nacionalistas do exercito, vinha-se consolidando. Sem desconhecer a importância da produção agropecuária, a produção industrial se colocava como central no processo de desenvolvimento, mas orientada à satisfação do mercado interno, que refletiria numa maior distribuição do rendimento. Será a base anos mais tarde do processo peronista.

1.2.2. A organização da classe operaria

O sucinto percurso apresentado tem apenas a pretensão de nos introduzir na história da classe operaria Argentina, da sua organização e de algumas expressões da luta de classes durante as décadas de 60 e 70.

Segundo Iñigo Carrera (*et al.* 2006:19) a história da classe operaria argentina, numa primeira aproximação, pode ser organizada em dois ciclos de uns 50 anos cada um, mais um ciclo ainda vigente que não é aprofundado no texto. Mas vamos centrar a atenção nos dois primeiros que são os que interessam neste momento. Na proposta do autor o primeiro ciclo se estende desde a década de 1870 até 1930, e o elemento comum, que faz dele um período, é que as lutas operárias tenderam a acontecer por fora do sistema institucional, mais ainda, batendo de frente com ele. O segundo ciclo se estende desde 1930 até 1970 e ao contrário do anterior, a tendência geral foi que as lutas se deram por dentro do âmbito institucional do Estado¹².

O interesse por essa chave de leitura se apóia de que, ainda sendo parte do segundo

¹¹ FORJA. Acrônimo de ‘Fuerza de Orientación Radical de la Jóven Argentina’. Agrupação política, ligada à Unión Cívica Radical, de grande influência ideológica na cultura argentina. Fundada em 1935 se dissolveu em 1945. De idéias nacionalistas e anticolonialistas fez oposição aos governos da ‘década infame’.

¹² É possível pensar que essa tendência não se refira apenas à história do movimento operário argentino, ao contrário é necessário inserir esse processo no próprio processo do capital, sua crise mundial de 1929 e a instauração do Welfare State.

período, o setor da classe que protagoniza as lutas, os enfrentamentos e os projetos revolucionários de finais da década de 1960 e no início da década de 1970, é um setor que opera em dissidência da relação institucional com o Estado.

No último terço do século XIX, a Argentina insere-se no mercado mundial, numa dinâmica de exportação de matérias primas e importação de manufaturas, mão de obra e capitais. Essa inserção se produz ligada ao processo em que o capital, ao nível mundial, inicia sua fase imperialista e começa o desenvolvimento do capital financeiro (*op.cit.*, 2006:19).

Segundo os autores é possível situar a gênese da classe operaria argentina nesses anos, quando os novos modos de articulação com o mercado mundial facilitam o desenvolvimento do capital industrial. A greve dos tipógrafos de 1878 é sinalizada como a primeira de um processo que encontra seu momento fundamental nos sucessos do 1º de Maio de 1890.

Outros marcos deste processo são a greve das oficinas ferroviárias em 1896, a greve geral dos operários de padaria de Buenos Aires em 1901, a greve geral de Rosário em 1901, a greve geral nacional do 22 de Novembro de 1902, até chegar a sua forma desenvolvida na greve geral nacional dos dias 1 e 2 de Dezembro de 1904. A greve geral se constitui em forma de luta da classe operaria argentina e surge uma das suas modalidades: a greve das ruas, como acontece no 1 de Maio de 1904, de 1905 (Semana Vermelha) e em Agosto de 1907. Ao contrario das afirmações habituais, a luta dos operários não esteve circunscrita a Buenos Aires e aos portos do litoral, senão que se estendeu, já nesses anos, às províncias do interior. A greve foi adotada como instrumento de luta, inclusive, por setores proletários não industriais como os trabalhadores domiciliários na “greve de inquilinos” de 1907. (*op. cit.*, 2006: 20-21. T.P.).

O historiador argentino Hugo del Campo (1996) propõe uma leitura da relação entre sindicatos e partidos operários anteriores ao peronismo, que fornece alguns elementos para entender a própria dinâmica da classe operária.

Segundo o autor, desde as primeiras experiências de organização até o peronismo, o movimento operário aparece tensionado entre duas propostas. Por um lado a proposta sustentada por alguns partidos operários de os sindicatos aderirem a uma proposta política sistematizada num partido político; e por outro de alguns sectores do sindicalismo que propunham neutralidade política dentro dos sindicatos, argumentando que os sindicatos devem ser organizações de massa e precisam reunir a maior quantidade de operários além de suas opções políticas.

Durante os últimos anos do século XIX e até a primeira década do século XX as forças majoritárias em disputa eram socialistas e anarquistas. Os primeiros tentavam vincular o movimento operário ao Partido Socialista (P.S.), embora defendiam a idéia de que o sindicato devia agrupar a maior quantidade de trabalhadores, por isso não devia defender as bandeiras de partido nenhum. Para os anarquistas, pelo contrário, os sindicatos eram os espaços mais aptos para a difusão das idéias revolucionárias e, por tanto, devia ser explícita sua filiação ideológica, um “sindicalismo rotulado”, não neutro. Ligadas às duas correntes, e ante a dificuldade de se unificar, constituíram-se duas centrais operárias, a U.G.T. (Unión General de Trabajadores) vinculada ao socialismo e a F.O.R.A. (Federación Obrera Regional Argentina) vinculada ao anarquismo. Em 1904 os anarquistas tinham a maior influência sobre o movimento operário, contava a F.O.R.A. com 33.000 aderentes, enquanto a U.G.T. contava com 7.400 (Del Campo *in* Ansaldi y Moreno (Orgs), 1996:238).

No ano de 1904 é eleito o primeiro deputado socialista, Alfredo Palacios. No interior do partido começa se gestar uma nova corrente chamada de sindicalismo revolucionário que questiona a representação parlamentar socialista como direção do movimento operário. Em 1906 essa corrente é expulsa do partido, no entanto mantém a hegemonia ao interior da U.G.T.

O sindicalismo revolucionário considerava o sindicato “como a única forma de organização especificamente operária, apta não apenas para a luta econômica cotidiana, senão também para conduzir a revolução social, identificada por eles com a greve geral” (*op.cit.*, 1996:239 T.P.), mas pelo fato de serem uma organização de massas, os sindicatos deviam se colocar como “neutros” em termos políticos.

A partir da segunda década do século XX se produz uma perda da influência anarquista, já que além das próprias dificuldades do movimento anarquista a nível mundial, o próprio Estado argentino, que tinha aceitado a propaganda anarquista até esse momento, iniciou uma política sistemática de perseguição. Outro fator para a perda de influência anarquista pode ser a reforma eleitoral, a partir da sanção da lei 1420, também conhecida como lei Saenz Peña, em 1912, que através de voto secreto e obrigatório para os varões maiores de 18 anos, facilitou o acesso ao Estado para um partido de massas como a Unión Cívica Radical. Portanto, a propaganda anarquista, cujo alvo era o estado oligárquico, fechado

para as massas, perdeu força¹³.

A perda de filiados ao anarquismo foi capitalizada pelo sindicalismo revolucionário que em 1915, no 9º Congresso, ingressa na F.O.R.A. (histórico ícone anarquista) e proclama a “neutralidade ideológica” da mesma, mas com a “orientação revolucionária da luta de classes”.

O desemprego, como corolário da primeira guerra mundial, afeta negativamente a organização da classe operária, mas com a posterior recuperação econômica explodiram as demandas que tinham se mantido acumuladas e proliferaram os movimentos pró-greves, fortalecendo novamente a organização sindical.

Quando o 11º Congresso da F.O.R.A. ia acontecer, havia 500 organizações em condições de participar, que somavam um total de 95.000 trabalhadores (Del Campo *in* Ansaldi y Moreno. Comps. 1996:241); massa muito atrativa tanto para o socialismo quanto para o partido radical no governo. Segundo Del Campo, os “sindicalistas”, na condução da F.O.R.A. nesse momento, mostravam-se proclives ao governo radical e defendiam-se das aproximações de socialistas e comunistas. Desde esse congresso e até o congresso constituinte da CGT (Confederación General del Trabajo) em 1936, se fará questão de rejeitar as credenciais de delegados aos trabalhadores que fossem por sua vez deputados e vereadores, revelando uma maioria anti-partidos no movimento operário naquele período.

Apesar das aproximações do governo radical com o movimento operário, são conhecidas a partir de 1919 as políticas repressivas do governo de Hipólito Irigoyen para com setores do movimento operário que saíam da mera luta reivindicativa e questionavam a ordem estabelecida. Em janeiro de 1919 os dois setores da F.O.R.A. tinham chamado à greve geral, mas as ações da classe transbordaram o previsto pela F.O.R.A. (9º Congresso). Iñigo Carrera (*et al.* 2006) caracteriza esse momento como:

A Semana de Janeiro foi o momento mais alto neste primeiro ciclo da luta da classe operária; ainda que apresentou traços insurrecionais, careceu do elemento consistente, sistemático, previamente organizado e planejado para conquistar o poder político, próprio da insurreição. As principais estratégias apresentadas pela classe operária não conseguiram estabelecer uma disputa

¹³ Uma bela caracterização do anarquismo na Argentina encontra-se em Bayer Osvaldo; Severino Di Giovanni. *El idealista de la violencia*. Buenos Aires. Planeta, 1999.

real pelo poder: uns porque se propuseram a formar parte do sistema social legitimando e legalizando seus interesses imediatos, outros porque acharam que a simples generalização da greve provocaria a queda do regime social vigente. (*op. cit.*, 2006:23. T.P.).

No final da década de 1920, o movimento operário estava dividido em quatro centrais: a F.O.R.A. de tendência anarquista, a USA (Unión Sindical Argentina) fundada em 1922 pelos “sindicalistas”, o CUSC (Comité de Unidad Sindical Clasista) formado pelos comunistas em 1929 - depois de sair da USA devido à negativa desta em aderir à I.S.R. (Internacional Sindical Roja) - e a COA (Confederación Obrera Argentina) fundada pelos socialistas em 1926, como também proliferaram grêmios autônomos.

Neste primeiro ciclo da história da classe operária argentina, as estratégias do setor majoritário têm a ver mais com a melhora das condições de venda da força de trabalho, com a incorporação dos operários ao sistema do que com a superação deste. É assim que começa a se constituir a hegemonia do capital industrial que só vai se consolidar após 1945. A partir de meados da década de 1920 há algumas experiências de organizações armadas, fundamentalmente ligadas ao anarquismo, que tinham o objetivo geralmente de obter recursos para sustentar a sua militância, mas essas organizações foram brutalmente perseguidas e seus militantes seqüestrados, fuzilados e desaparecidos pelos governos após do golpe de 1930.

A industrialização se expandiu em sentido extensivo entre as décadas de 1930 y 1960, produzindo uma forte migração interna do campo e pequenas localidades para os grandes centros urbanos, onde crescia a atividade industrial, principalmente nas cidades de Buenos Aires, Córdoba e os centros urbanos na beira do rio Paraná¹⁴. Como já foi discutido no ponto anterior, a partir do debate de Murmis e Portantiero (1974), o fato de que a industrialização na Argentina fosse uma “industrialização sem revolução industrial” implicou, não numa ruptura na ordem de coisas dada, pelo contrario tornou-se uma estratégia para a conservação dessa ordem. A industrialização por substituição de importações deixa intacta a estrutura agrária, e a estrutura de propriedade em geral. Porém “promove alternativas particulares na dimensão sóciopolítico, seja no tipo de estratificação, nos reagrupamentos e alianças das classes

¹⁴ No livro “Estudio sobre los orígenes del peronismo”, Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, caracterizam a década de trinta (1930-1943), conhecida na história nacional como a “Década Infame”, e identificam toda essa população que vinha do campo como “novo proletariado” e que, segundo eles, tem uma importância muito grande na conformação do peronismo.

proprietárias, na forma de mobilização das classes não proprietárias, no papel do Estado, dos grupos políticos, etc.” (*op. cit.*, 1974:3).

A partir da década de 1930, a fragmentação no movimento parece diminuir com a convergência de socialistas e sindicalistas na formação da C.G.T., mas como tinha acontecido com a pós-crise, produto da I Guerra Mundial, a partir de 1933 - quando as condições econômicas começam a se estabilizar e o modelo de governo implantado com a ditadura de José F. Uriburu começa a se fantasiar de democracia -, as lutas internas recrudesceram.

Depois de constituída a C.G.T., mas ainda sem haver realizado o Congresso Constituinte da mesma, o “sindicalismo” começa a perder aderência nas bases, mas conservam os cargos diretivos da central. Por esse motivo eles postergam durante cinco anos a realização do congresso, em vistas da possibilidade de perder suas posições e procuraram reforçar seu predomínio através da vinculação com o poder político. Isso abriu um caminho de burocratização e uma tendência da central para o oficialismo.

Diante da perda de filiados do sindicalismo, o socialismo foi ganhando popularidade e as condições de ascenso do fascismo nos países europeus favoreciam a politização do movimento operário. A proeminência de partidos operários dentro da Central se mantém durante 10 anos, no entanto as tensões entre as posições que defendiam a necessidade de partidos e as que defendiam a neutralidade no movimento operário, mantiveram se ocultas e levam em 1943 à segunda divisão da C.G.T.

Efetivamente, as CGT 1 e 2 representavam as duas estratégias entre as que oscilava nesse momento o movimento sindical. A primeira retomava de fato a tradição sindicalista de prescindir do partido político e a defesa exclusiva dos interesses corporativos, que privilegiava a capacidade de pressão do movimento operário através da unidade sindical e favorecia a negociação com os diversos governos mantendo os sindicatos afastados da política partidária. A segunda, por sua vez, tentava reforçar os vínculos do movimento sindical com os partidos “operários” e levar a CGT a desempenhar um papel muito mais ativo na política nacional, em face da formação de um frente popular capaz de aspirar ao poder político. (Del Campo, 1996: 247. T.P.).

Segundo propõe Del Campo (1996) as duas correntes vão se encontrar no Peronismo. Nos primeiros momentos da relação de Juan Domingo Perón com o movimento operário, ele

se coloca naquela posição de rejeição aos partidos políticos¹⁵, e desse modo controla a influência, importante nesse momento, dos partidos socialista e comunista sobre o movimento operário. Só que depois levou ao movimento sindical a se converter num pilar da configuração do partido peronista (ao longo dos anos, este adotou muitos nomes diferentes, mas a grandes traços pode ser identificado como partido peronista), cumprindo muitos dos objetivos dos partidos operários, só que contra eles.

A estratégia principal da classe operária em todo o período tem a ver com o objetivo de reconhecimento dos interesses dos trabalhadores como assalariados, como donos de uma força de trabalho a ser vendida nas melhores condições possíveis. Corresponde, segundo Iñigo Carrera,

com um nível de consciência que vê como caminho para alcançar seus objetivos como assalariados, entrar no sistema. (...) Pôr em prática esta estratégia implica formar parte do sistema institucional e, para isso, os trabalhadores precisam formar parte de uma estratégia política que democratize o regime político e social, condição necessária para poder ter alguma influência sob o poder estatal, para exercer sua influência nos assuntos do Estado. (*op .cit.*, 2006:28. T.P.).

Segundo o autor (2006:29), através da incorporação da classe operária no sistema institucional, o peronismo favoreceu o projeto da burguesia industrial, contribuindo o proletariado para a efetivação da “revolução política burguesa”, ao mesmo tempo em que fechou, ou pelo menos retardou as possibilidades de desenvolvimento de uma proposta que tivera como objetivo a superação do sistema capitalista.

1.2.3. Traços da consolidação de projeto do capital e da resposta do movimento operário

Quando em 1945 Juan Domingo Perón consolida-se no cenário político nacional, sua fortaleza baseava-se na aliança entre as forças armadas, os sindicatos e as corporações patronais, representantes do capitalismo nacional (Cf. Portantiero *In* Ansaldo W; Moreno J.L, 1996:302). O autor assinala que a perda do poder em 1955 dever-se-ia a uma decomposição

¹⁵ É bom lembrar que Perón inicia sua relação com o movimento operário sendo Ministro de Trabalho e Previdência Social do governo militar que tinha se iniciado com o golpe militar de 1943.

desse bloco, devido, em maior medida, mais à expressão das contradições dos interesses dos diferentes grupos do que à força dos inimigos externos.

Perón se consolida na cena política carregando fortes traços “bonapartistas”. Como árbitro aparente entre uma burguesia, que permanecia na disputa por diferentes projetos econômicos (ver ponto 1.2.1) e o proletariado urbano que tinha crescido vertiginosamente, mas não lograva impor uma direção ao projeto político.

A ênfase central posta na produção industrial destinada ao mercado local estará ligada ao intento de responder a um conjunto de necessidades dos setores sociais que lhe dão respaldo: por um lado, ao crescimento da ocupação industrial tanto quanto ao incremento do salário real, vinculados ambos a uma redistribuição progressiva do ingresso nacional que impulsionará a demanda interna. Por outro lado, ao papel do Estado como re-orientador de recursos para a produção, especialmente ao nacionalizar o comércio exterior e canalizar parte dos recursos obtidos, via o financiamento massivo e barato, para o crescente desenvolvimento da indústria de bens de consumo massivo. (Azpiazu *et al.* 2004:30 T.P.)

O processo peronista pode ser pensado então à luz que projeta a categoria gramsciana de ‘revolução passiva’ ou ‘revolução pelo alto’, que implica “acordo com um setor da classe dominante, com exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado”.(Coutinho, 1999:196).

Neste processo a ‘exclusão das forças populares’, não implica na sua eliminação física. Como foi descrito no ponto anterior implicou na cooptação das suas vontades a partir da apropriação das reivindicações da classe como fazendo parte dos eixos centrais da programática do governo. Desta forma, sobre um projeto industrial que as incluía na distribuição do ingresso, as massas operárias ficaram predispostas a contribuir com o avanço da modernização burguesa.

Ao longo da história argentina Perón irá flutuando entre posições radicalmente anti-imperialistas a outras formas tranquilizadoras para as classes dominantes. A política peronista estará orientada à supressão da luta de classes, fantasiando-a de “conflitos entre obreiros e patronos”, que pela mediação do Estado podia ser resolvida.

Esse não é um dado menor, merece a atenção de quem estuda a realidade argentina e tem a pretensão de compreender por quê é que, no bojo do que é chamado de peronismo,

convivem tanto a extrema esquerda quanto a extrema direita¹⁶.

As burguesias nacionais na América Latina, sustenta Koutzii (1987:53 e ss.) se fortaleceram durante a guerra e a pós-guerra, já que o capital imperialista em guerra habilitou o desenvolvimento da industrialização por substituição de importações, ampliando o nível de emprego. Mas a começos da década de 1960 com os capitais imperialistas recompostos, começa uma nova fase de penetração no continente e a burguesia nacional sofre uma perda de poder muito grande. “Ela tem um drama muito claro: ou desaparece por falta de condições de competição, ou se associa aos grandes capitais numa posição subordinada” (*op.cit.* 1987:54).

Voltando então ao Peronismo é possível pensar que o esquema sustentado por esse projeto no pós-guerra se esgotou, porque os componentes dele mudaram. Para manter similares resultados distributivos depois que as remessas da guerra foram se esgotando, era necessário passar a uma segunda fase de industrialização acompanhada por uma renovação tecnológica que nesse contexto só podia ser propiciada por capitais externos. As gestões nesse sentido não deram resultados positivos, contribuindo grandemente com a queda do Perón.

Paralelamente, Portantiero (1996:306) chama a atenção para o fator real de poder que na Argentina, a partir da década de 40 - e como em nenhum outro país da América Latina - representam os sindicatos, que ainda sendo amplamente expressivos da classe operária, um grande setor deles defenderam bandeiras anti-socialistas, o que permite a eles, segundo o momento histórico, estabelecer alianças com setores da burguesia nacional e até com setores da chamada oligarquia.¹⁷ Chegando até constituir o que Verbitsky (2006) descreve como o

¹⁶ Portador de um grande personalismo, Perón, operou durante os 18 anos que viveu no exílio, utilizando a figura de Delegado Pessoal. O delegado pessoal de Perón, era designado por ele mesmo e constituía-se no representante dele e líder do Movimento Peronista. Em geral eram designados membros da esquerda peronista, no entanto ele exercia o controle do delegado pessoal através de figuras dos sectores conservadores do Movimento.

Assim nos primeiros tempos da “resistência peronistas”, primeiros anos da auto proclamada Revolução Libertadora (assim foi chamada a ditadura militar que se iniciou com o golpe de estado que derrocou a Perón em 1955, e uns de seus maiores objetos de repressão foi o peronismo e suas expressões), Perón designa como Delegado Pessoal a John William Cooke. “Foi a única vez na sua vida que Perón designou um herdeiro em caso de morte, a qual poderia acontecer, pois a *Libertadora* tinha enviado um comando de sicários pelo continente para assassiná-lo (...) Era um homem de critério independente que tinha se oposto muitas vezes a Perón, vale dizer que neste caso, Perón estava designando como sucessor em caso de morte (ou assassinato) ao dirigente mais à esquerda, mais combativo, com maior capacidade de mando e condução táctica e estratégica que possuía o seu movimento. Não era uma ação ingênua (nada em Perón o era), estava dizendo para a *Libertadora*: ¡Cuidado com o que fazem!, si me matarem o peronismo vira comunista” (Lapolla, 2004:160. T.P.). A pesar disso e ainda tendo os representantes da esquerda peronista relações com Cuba, e ainda que alentaram ele a aceitar o asilo político que Fidel Castro ofereceu, Perón decidiu passar o exílio como hóspede de Franco na Espanha.

¹⁷ Note-se a relação entre o chamado Vandorismo (foi chamado de Vandorismo o sector do sindicalismo comandado por Augusto Vandor) e a colisão que governa sob o nome de Revolução Argentina, a partir de 1966.

“eixo sindical – militar no que o grande capital confia (em 1973) o controle da Argentina”. No entanto um amplo setor do movimento operário tentou após a saída do Perón construir uma barreira que detivesse a consolidação de um projeto que desandasse os avanços obtidos durante o peronismo.

A ditadura que começa em 1955 inaugura o que Azpiazu (*et al.* 2004) caracterizam como a segunda fase da industrialização substitutiva, e que teria como elementos centrais, a incorporação massiva de capitais estrangeiros, basicamente norte-americanos, dedicadas no essencial à satisfação da demanda local.

O novo processo de acumulação baseava-se na articulação de um sector agropecuário – que ao mesmo tempo em que satisfaz o mercado interno, é em muitos casos competitivo no mercado internacional e gera a maior parte das exportações- com um sector industrial amparado por uma alta proteção contra a competência dos bens importados. (*op. cit.*, 2004:36 T.P.)

Segundo os autores até meados da década de 1970 duas variantes da segunda industrialização substitutiva se disputam o controle do processo econômico. Por um lado a industrialização baseada na expansão da produção de bens suntuários, por outro a baseada na produção de bens de consumo massivo. A primeira modalidade implicava uma modalidade concentradora na distribuição do ingresso a diferencia da segunda que implicava uma modalidade distribucionalista.

A primeira se desenvolveu principalmente durante o governo radical de Arturo Frondissi, gestão que impulsionou a receita norte-americana conhecida como desenvolvimentismo, e também durante a ditadura que vai desde 1966 até 1972. A segunda foi parcialmente aplicada durante o governo de Arturo Illia e durante o governo peronista de 1973 a 1975, sustentam os autores.

O governo militar que sucedeu ao golpe de Estado de 1955, que derruba Perón, encabeçado por Pedro Eugenio Aramburu e que foi autoproclamado de “Revolução Libertadora”, é conhecido por sua hostilidade a tudo o que for peronista. Algumas das medidas com que se iniciou o governo foram a “dissolução do partido (peronista), derrogação da constituição de 1949, a intervenção da CGT e nos sindicatos, expulsão de peronistas das universidades e da administração pública” (Iñigo Carrera *et al.* 2006: 58 T.P.). Mas para além da repressão ao Peronismo, reveste importância fundamental levar em consideração o

programa econômico implementado a partir desse momento

O governo de Aramburu dispôs a diminuição de tarifas alfandegárias o que eliminou proteções à indústria leve, suprimiu o IAPI¹⁸, liberando a comercialização internacional da produção agrícola, promoveu a privatização de algumas empresas estatais e congelou os salários. Além disso, vinculou o país ao Fundo Monetário Internacional facilitando a importação de bens de capital e o acesso ao crédito de empresas de grande capital. Todas essas medidas são os primeiros indicadores da fase que começou a percorrer o capitalismo argentino e que foi realizado plenamente vinte anos depois (...) (*op. cit.* 2006:59 T.P.)

Esse ajuste nas condições de desenvolvimento do capital somado á perseguição política redundaram numa forte deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. Esse processo desencadeou uma forte resistência que foi conhecida como a “Resistência Peronista”. “Mobilizações na rua, boicotes, sabotagem, colocação de bombas, organizações semi-clandestinas nas fábricas, greves inesperadas, trabalho desmotivado (...)”. (*op. cit.*, 2006: 59 T.P.) Essa experiência, a chamada “Resistência Peronista”, depois vai nutrir as estratégias, os métodos, e a mística com que vão se expressar o acirramento das contradições entre o capital e o trabalho no final da década de 1960.

Em reação a esse processo, em 1957 a luta do movimento operário reorganizou-se num Plenário Nacional de organizações operárias, incluídas as organizações peronistas e elaborou um programa que foi conhecido como o “Programa de La Falda”¹⁹. O programa de caráter antiimperialista propunha entre seus pontos centrais a recuperação do Estado como centralizador e articulador das atividades econômicas que garanta o sentido social da riqueza, o desenvolvimento industrial interno e a integração da América Latina. Em ordem a uma política internacional independente Postulava também a reforma agrária, de modo que a terra seja de quem nela trabalha, controle operário da produção, e legislação que garanta boas condições para a venda da força de trabalho, liberdades políticas e solidariedade internacional da classe trabalhadora.²⁰

¹⁸ Instituto Argentino de Promoción del Intercambio, criado em 1946 tinha o objetivo de centralizar o comércio exterior e transferir recursos entre os diferentes setores da economia. Foi criado em 1946, no primeiro governo de Perón.

¹⁹ La Falda é uma cidade pequena na província de Córdoba onde o plenário se reuniu.

²⁰ Cfr. o documento completo em Baschetti, Roberto. Documentos de la Resistência Peronista 1955-1970. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1988.

Um ano depois daquela declaração um processo eleitoral levou Arturo Frondisi da U.C.R. ao governo, a partir de uma aliança com os votos peronistas, que foi conhecido como o Pacto Perón-Frondisi. O chamado “desarrollismo”, –estratégia imperialista dos EUA para a expansão do capital nestas terras - constituiu-se então na política do governo. Frondisi assinou um acordo com o FMI para a obtenção de um empréstimo, em troca o governo devia tomar uma serie de medidas favoráveis ao capital, como aumento de tarifas dos serviços, demissão de trabalhadores estatais, eliminação do controle de preços e congelamento de salários, facilidades para a incorporação de capitais estrangeiros como a livre repatriação do capital investido.

. Em resposta a esta situação, em 1959, o movimento operário reagiu com ampla mobilização. Um ícone dessa luta foi a toma do frigorífico estatal “Lisandro de la Torre” que ia a ser privatizado. A medida foi apoiada por todo o movimento operário e também pelos vizinhos do bairro. Houve uma onda de greves que paralisou o país, com fortes enfrentamentos na rua, mas o governo desenvolveu uma política repressiva muito dura chamada de “Plan Conintes” (Conmosión Interna del Estado), que mandou o exercito ocupar bairros operários completos, o que implicou numa significativa derrota daquela grande mobilização

Frondisi foi destituído pelas forças militares por conta fundamentalmente de ter permitido em 1962 a participação do peronismo²¹ nas eleições para governador, e por conta do peronismo ter ganhado em algumas províncias. A burguesia reagiu enviando as forças armadas intervir nas províncias onde o peronismo tinha ganhado, até anular as eleições. O movimento operário reagiu com uma grande greve. Não chegou a se constituir um governo militar já que o Presidente da Câmara dos Senadores foi chamado a fazer um governo de transição que durou um ano, até as eleições em que o Radical Arturo Illia ganhou sob proscricção do Peronismo. Nesse marco os sindicatos peronistas que se agrupavam nas “62 organizações²²”, reuniram-se no plenário que elaborou o programa que foi conhecido como o

²¹ A promessa da suspensão da proscricção do Peronismo foi a contraparte do Pacto Perón-Frondisi, por isso depois de quatro anos de governo sem cumpri lá teve que habilitar o partido nas eleições ainda que os grupos de poder da burguesia fossem contra essa política.

²² Com o Golpe de Estado de 1955 a CGT sofreu intervenção. Em 1957, por conta da grande mobilização e greves, foi chamado um congresso normalizador, que não chegou a se realizar. A condução da CGT ficaria em mãos peronistas, já que eram maioria. Porém as organizações não peronistas se retiraram, conformando um agrupamento que se chamou “32 Gremios Democráticos Mayoritarios”. As 62 organizações que ficaram

“Programa de Huerta Grande”, por conta do lugar onde foi realizado. O programa aprofundava os conteúdos anti-oligárquicos do peronismo concordando com o “giro à esquerda” que Perón salientava desde o exílio. O programa continha dez pontos

Nacionalização de todos os bancos e estabelecimento de um sistema bancário estatal e centralizado; implantação do controle estatal sobre o comércio exterior, nacionalização dos setores-chaves da economia; siderurgia, eletricidade, petróleo e frigoríficos; proibição de toda exportação direta ou indireta de capitais, desconhecer os compromissos financeiros do país, assinados nas costas do povo, proibir toda importação competitiva com nossa produção, expropriar à oligarquia agrária sem nenhum tipo de compensação; implantar o controle operário sobre a produção, abolir o segredo comercial e fiscalizar rigorosamente as sociedades comerciais, planificar o esforço produtivo em função dos interesses da Nação e do Povo Argentino fixando prioridades e estabelecimento de limites mínimos e máximos de produção. (*op. cit.*, 2006:76 T.P.)

Segundo Iñigo Carrera (*et al.* 2006) a partir desse momento tem lugar uma meseta com relação ao que tinha sido uma confrontação aberta entre as classes. A luta de classes encontra uma trégua até 1966, quando as forças armadas novamente tomaram o poder pela força e instalaram um governo ditatorial auto-proclamado “Revolução Argentina”. Ainda que se dissesse nacionalista, o governo chamou como Ministro de Economia um membro e funcionário de grandes grupos econômicos ligados ao capital multinacional.

Do mesmo jeito que anteriores golpes de Estado, o governo tomou uma série de medidas destinadas a melhorar as condições de expansão do capital e uma nova corrente de penetração imperialista, “Entre as medidas tomadas estiveram o congelamento dos salários, suspensão de negociações coletivas, redução de pessoal na administração pública e aumento da arrecadação impositiva” (*op. cit.*, 2006: 93 T.P.). Tudo isso acompanhado das medidas de “ordem” que requeria a aplicação da chamada Doutrina de Segurança Nacional promovida pelos EUA para América Latina²³.

É possível pensar que uma das maiores pretensões do golpe tinha a ver com o fim de

conformaram outro agrupamento que em princípio convocou a peronistas e comunistas, mas posteriormente só ficaram os peronistas dando origem às “62 organizações peronistas”.(Cfr. Iñigo Carrera *et al.* 2006: 65)

²³ A Doutrina da Segurança Nacional, impulsionado pelos países que no marco da Guerra Fria fizeram parte do “bloco ocidental”, pode ser pensada como uma estratégia de continuidade, na frente do fracasso da Teoria Desenvolvimentista e a Aliança para o Progresso. Estratégias todas desenhadas com o objetivo de defesa dos “valores ocidentais e cristãos” na frente do “perigo comunista”.

um dos maiores problemas que a burguesia ligada ao capital internacional e a oligarquia católica carregava desde 1945, “aquilo que fazia do peronismo, o fato maldito do país burguês” (Lapolla, 2004:40).

O General Onganía assumiu o poder com um projeto corporativo previsto para muitos anos de duração e deu começo à assim chamada “Revolução Argentina” que, com esse particular sentido da semântica que possuem certos patriotas de uniforme, ativou a entrega do patrimônio nacional às transnacionais (...) E o que começou em 1955 com os peronistas, chegou agora a seus sucessores de esquerda. O processo ia-se radicalizando: chegou a hora daqueles que a “Revolução Argentina” chamava de “comunistas”. E o golpe militar entendia como tal, todos aqueles que não fossem reacionários. (*op.cit.*, 2004:38.T.P.)

A coalizão cívico-militar que deu o golpe de 1966, tinha a pretensão de abolir todos os obstáculos econômicos, políticos ou sociais que impediam o desenvolvimento capitalista. “Suas idéias estavam profundamente influenciadas pelas políticas e o estilo do regime militar do vizinho Brasil, que estava no poder desde a derrubada do governo civil desse país em 1964” (*op.cit.*, 2004: 40. T.P.), e da mesma maneira que o regime brasileiro estava disposto a utilizar a força para estabelecer a “ordem” necessária para levar ao fim seus objetivos.

A “vontade” da “Revolução Argentina” segundo é registrada por alguns autores, era a de “ficar vinte anos no poder”.

Os golpes de Estado não eram uma coisa rara. Desde 1930 tinha havido muitos, mas se costumava apresentá-los como uma interrupção: as Forças Armadas detectavam um ‘vazio de poder’ e o ocupavam com o suposto propósito de chamar novamente as eleições e restituir a ordem constitucional. A legitimidade continuava a estar na constituição. O golpe de Onganía não foi assim: os militares apresentaram um projeto de país e decidiram que, para pô-lo em funcionamento, ficariam no poder o tempo que fosse necessário (Anguita; Caparros, 2006:21 T.P.)

À violência onipresente dos militares que tinham vontade de ficar vinte anos no governo, tínhamos que opor uma outra violência, uma violência popular, para obrigá-los a negociar, para obrigá-los a destruir essa vontade de instaurar o regime corporativista. (Declaração de Envar El Kadri em Tiempo de Utopia e violência. Oscar Anzorena. Contrapunto, 1986. *Apud* Lapolla, 2004:151. T.P)

Mas o movimento operário tinha conservado seu poder mantendo as estruturas

sindicais, que protegiam os trabalhadores. Após a derrubada de Perón em 1955 e com o começo da proscrição do partido peronista, a relação do movimento operário com o Estado tornou-se mais conflitada. Depois dos primeiros anos da chamada “resistência peronista” um setor dos sindicatos burocratizou-se, ainda que as margens do Estado. Pode se pensar que essa grande distância entre o operariado e o Estado burguês, levou a aprofundar as lutas para proteger, conservar, garantir que não se eliminassem as conquistas salariais e o nível de vida alcançados na década peronista.

Em 1966 o Secretario Geral da C.G.T. era Augusto Vandor, que disputava com Perón a liderança do movimento, para se manter como líder do movimento operário, Vandor procurou apoio nos militares e nos setores patronais que faziam parte de coalizão que conduzia a “Revolução Argentina”, que ainda tivesse um discurso centrado na defesa de supostos valores patrióticos, não tinha um só viés nacionalista, muito menos que favorecesse o movimento operário.

Como já foi dito a partir de 1966 começa uma escalada da luta de massas, na frente da nova ofensiva do capital o movimento operário reagiu com greves que foram fortemente reprimidas, a repressão também teve lugar nas universidades²⁴ Inicia-se um processo de lutas de massas que acontece a partir da reunião de diferentes setores da classe operaria e da pequena burguesia; ao movimento operário se junta então setores do movimento estudantil, setores da igreja católica como o “Movimiento de Sacerdotes por el Tercer Mundo”, vinculado à teologia da libertação e organizações que nucleavam associações de moradores, entre os mais relevantes. A bandeira principal dessa união era a derrubada da ditadura.

Ao interior do movimento operário havia setores que iam contra a luta, eram os vandoristas que ainda sendo peronistas estavam numa aliança com a ditadura, e os chamados setores participacionistas. O participacionismo ou “Sindicalismo de Participação” ou “Nova corrente de Opinião”, sustentam Iñigo Carrera (*et al.* 2006), disputou no interior do movimento operário, não só no plano político como também no plano ideológico; segundo sustentam os autores, não se reduz o participacionismo a uma simples argúcia político sindical

²⁴ No 29 de julho de 1966, que foi conhecido como “La noche de los bastones largos”, a polícia da ditadura reagiu contra a Universidade Reformista, entrou na Universidade de Buenos Aires e destruiu laboratórios, bibliotecas e foram encarcerados, docentes, estudantes e autoridades universitárias, a maioria se exilaram. Com a intervenção militar a Universidade da Reforma de 1918 foi desmantelada e os conteúdos foram censurados. O fato é considerado um ícone do obscurantismo, da decadência cultural e da “fuga de cérebros”, na Argentina.

de paquera com o poder para conquistar e conservar determinada posição de privilégios, senão que também desenvolveu uma posição acerca de como devia funcionar a sociedade moderna, “oposta ao capitalismo liberal, (...) ao marxismo (...) e à nova esquerda (...)” que não se propõe a supressão da propriedade privada, mas, pelo contrario, “suprimir a luta de classes substituindo-a por um acordo justo entre operários e patrões, ao amparo da justiça emanada do Estado” (Taccone *apud* Iñigo Carrera, *et al.* 2006: 101. T.P.).

Em maio de 1967, ainda sendo Vandor Secretário General tinham que ser renovadas as autoridades da CGT, mas em vistas de que tinham se formado duas chapas opositoras a ele, uma delas também peronista, e contando com o apoio do Ministro de Trabalho da ditadura, Vandor suspendeu as eleições e, em anuência com os donos das fábricas, começou uma “caça às bruxas” aos operários opositores, que significou a perda de emprego para os que tinham sido parte daquelas chapas.

Os cinzas e os rosados desaparecem do mapa. Advertidos, os metalúrgicos escondem-se: antivandorismo equivale à perda do emprego. Em março de 1968, Vandor tem recuperado a confiança e acredita que pode chamar eleições. (Anguita, Caparros 2006: 327. T.P).

Durante 1968 o CCC (Comité Central Confederal), órgão de condução da CGT, chamou, relata Lapolla, um congresso normalizador, o “participacionismo” tentou deixar fora aos grêmios sob intervenção. O setor combativo, apoiado até uns dias antes pelo Major Bernardo Alberte, delegado pessoal de Perón, “ressurgiu como por um milagre”

Assim foi que no Congresso normalizador o participacionismo retirou-se devido ao fato de que a correlação de forças não lhe era favorável, ficaram só os grêmios combativos, que secionaram e deram origem à CGT dos Argentinos, ou CGTA. Elegeram uma comissão diretiva, cujo presidente foi Raimundo Ongaro, mas o Ministério do Trabalho e o próprio setor participacionista do movimento operário não reconheceram a CGTA, por isso é que a partir desse momento a CGT, voltou-se a dividir.

A CGTA seria uma peça fundamental na articulação da Nova Esquerda, já que à sua política unitária, combativa e não sectária somariam-se intelectuais, universitários, centros estudantis, coordenadoras de bairros, centros culturais, e o Movimentos de Sacerdotes Para O Terceiro Mundo, o Movimento Revolucionário e Libertador dos cristãos, os embriões dos grupos armados,

todo o novo peronismo que estava nucleando Alberte, toda uma esquerda classista, popular, anti imperialista e revolucionária dispersa ou cindida do PC ou do PS e quadros sociais em geral que iriam dando forma aos acontecimentos por vir (Lapolla 2004:124. T.P.).

A CGTA adotou os programas de La Falda e Huerta Grande e nos atos do 1º de maio desse ano propôs um programa próprio que foi conhecido como o “Programa del 1º de Mayo” e incluía entre outros pontos

Que a propriedade só deve existir em função social; que os trabalhadores, autênticos criadores do patrimônio nacional, temos direito a intervir não só na produção, senão na administração das empresas e na distribuição dos bens; que os setores básicos da economia pertencem à Nação. O comércio exterior, os bancos, o petróleo, a eletricidade, a siderurgia e os frigoríficos devem ser nacionalizados; que os compromissos financeiros firmados nas costas do povo não podem ser reconhecidos; que os monopólios que arruinam nossa indústria e que durante largos anos estiveram despojando-nos, devem ser expulsos sem compensação de nenhuma espécie; que só uma profunda reforma agrária, com as expropriações que ela requer, pode efetivar o postulado de que a terra é de quem nela trabalha; que os filhos de operários tem os mesmos direitos em todos os níveis da educação que hoje gozam somente os membros das classes privilegiadas (Iñigo Carrera *et al.* 2006:104)

A CGTA se constituiria, então, num ponto de inflexão na década de 1960, na própria história do peronismo e do movimento popular argentino, contribuindo profundamente, para o debilitamento da ditadura de Onganía, e ao retorno de Perón ao país, ainda que este se opusesse a essa organização.

A maioria dos autores sustenta que o Cordobazo, ícone de todas aquelas revoltas do final da década no país, e outras que se desenvolveram em outras cidades, são a expressão máxima da CGTA.

1.2.4. El Cordobazo

Córdoba vinha sendo cenário da organização do movimento operário; já em janeiro desse ano havia-se realizado na cidade o Segundo Encontro do Peronismo Revolucionário. O movimento operário cordobés, que era nesse momento a força principal da CGTA, respaldou o encontro. Lapolla (2004:173) sustenta que esse encontro foi uma demonstração de forças ante

o Comando Superior (do movimento peronista), para se opor à unidade com o “participacionismo”. A partir desse encontro se constituiu a Tendencia Revolucionaria do Peronismo. O debate central girou em torno da possibilidade de começar ou não a luta armada contra a ditadura e, ainda que fossem rebeldes das ordens que Perón dava, reconheciam nele o seu líder.

O governo da ditadura também estava mobilizado e nos primeiros meses desse ano ditou uma serie de políticas anti-operárias. Maio de 1969 foi muito agitado em todas as províncias, greves que acabaram em repressão, militantes encarcerados, operários e estudantes mortos pela policia da ditadura, mobilização da população pedindo justiça pelas vitimas, etc.

A greve proposta para os dias 29 e 30 de maio foi coordenada pelos grêmios tanto da CGTA quanto da CGT (que tinha se somado às mobilizações nos dias prévios) e as organizações estudantis. Organizaram-se as passeatas em forma de colunas separadas. Alguns sindicatos (os menores), junto com o movimento estudantil, iriam para o centro e faziam ali um ato, na sede da CGT. Os quatro sindicatos maiores faziam uma resistência em bairros que ficavam perto do centro da cidade. Programou-se também a presença de franco-atiradores que, possivelmente pertenceram a grupos da esquerda armada, preparados em caso de começarem encontros violentos.

As passeatas que se iniciaram nas fábricas, nas periferias da cidade, iam chegando no centro com muitas mais pessoas das que tinham saído, já que a população ia se somando ao longo do trajeto. Quando as primeiras colunas chegaram ao centro a policia começou a disparar fazendo a primeira vitima do “cordobazo”, o operário e estudante Máximo Mena, o que aumentou a fúria dos manifestantes. A maioria dos autores coincidem em afirmar que após a confusão provocada pela morte desse trabalhador se produz uma explosão espontânea das massas, que estavam na rua, contra a ditadura, perdendo-se a organização original. Os vizinhos saíram de suas casas, trazendo muitas coisas para fazer barricadas. Poucas horas depois, 150 quarteirões entre o centro e bairros próximos estavam tomados pelos manifestantes e foram defendidos dos ataques policiais.

Não sendo a policia capaz de conter essa manifestação, às 17:00 hs. o exército ingressou na cidade, mas, ainda alta noite, a população continuava resistindo nas barricadas. A resistência, segundo os autores consultados, foi feita mais com instrumentos domésticos e armas de baixo calibre, muito inferiores aos instrumentos do exército. Durante a madrugada o

exército fez muitas detenções e os presos eram conduzidos às delegacias onde sofriam agressões físicas por parte dos policiais. Durante o dia 30, a resistência continuou depois do meio-dia; foram também presos os maiores líderes sindicais e foram constituídos tribunais militares, que os julgaram e deportaram da província, com o objetivo de desarticular a mobilização. No entanto, durante todo o dia continuaram as mobilizações com barricadas, nas linhas do trem, em bairros operários da periferia. Apenas na noite de 30 de maio de 1969, depois de dois dias de resistência e centenas de presos, o Cordobazo foi se apagando.

Tanto Perón quanto Arturo Frondizi e Arturo Illia, os últimos três presidentes constitucionais, justificaram o Cordobazo sob uma leitura do descontentamento da população com a ditadura. As incipientes organizações armadas não conseguiam compreender como é que aquele fenômeno de massas tinha se dado sem a sua intervenção, ou com uma participação coadjuvante dela. Nas palavras de Agustín Tosco (Iñigo Carrera *et al.* 2006:118), as pessoas que fizeram o Cordobazo, não tinham a pretensão de tomar o poder, a ditadura aparecia como muito forte e a intenção do movimento operário e os seus aliados era fazer uma demonstração de força, de capacidade para a luta, para fortalecer o projeto de derrubar a ditadura.

A partir do Cordobazo abriu-se um período de ampla mobilização de massas e levantamentos populares. Rosário, Cipoletti, Catamarca, Tucumán, Casilda, Villa Constitución, foram algumas das cidades onde proletários, estudantes, pequena burguesia urbana, pequenos proprietários e trabalhadores do campo organizaram-se e produziram ações de massas.

Estes fenômenos são a expressão da exacerbação da luta de classes e da incorporação nesta luta dos métodos da ação direta de massas, determinados pelas mudanças introduzidas a partir da Revolução Argentina, nas esferas econômica, política e ideológica, com o objeto de continuar o desenvolvimento capitalista da Argentina. Maio de 1969 é a expressão da exacerbação das contradições de classes, como produto do programa aplicado pela Revolução Argentina. É o começo de uma nova etapa nesta luta, caracterizada por novas formas, e também o ponto mais alto alcançado pela luta de classes na Argentina (Balbé *et al.* 2005: 169)

Iñigo Carrera (*et al.* 2006), também sustentam que essas confrontações de massas, ocorridas a partir de 1969 deram impulso a um novo período de acirramento da luta de classes e ao fortalecimento de uma ampla coalizão de forças de esquerda.

Desde o campo popular as confrontações de massas tinham iniciado uma etapa de ascenso nas lutas e nos níveis de organização e consciência que começavam a disputar a condução da direção do processo histórico. Tinha se conformado uma força social na qual se alinhavam frações operárias organizadas nos grêmios independentes de Córdoba, as correntes e organizações políticas e sindicais classistas e os sindicatos combativos peronistas, facções da pequena burguesia, estudantes, organizações armadas peronistas e marxistas e incluía a chamada “Tendencia Revolucionaria del Peronismo”.(op. cit., 2006: 197)

Nesse marco, a luta também começou a se disputar no plano político militar. Alguns setores começam a disputar com o Estado burguês o monopólio da violência, ainda que houvessem existido algumas experiências como a dos Uturuncos ou a Guerrilha de Taco Ralo em Salta, as duas organizações armadas mais salientes se apresentam publicamente neste período: Os Montoneros e o ERP, (sobre eles voltarei no próximo ponto).

No entanto alguns grupos começavam a organizar-se militarmente a luta de massas continuou durante toda a primeira metade da década de 1970, ainda que foi se revestindo de particularidades diferentes ao longo desses anos, entre outros fatos também relevantes teve lugar o “Vivorazo”²⁵, em 1971 em Córdoba.

A “Revolução Argentina” foi se esgotando politicamente e encontra seu final quando o presidente general Alejandro Lanusse, que por problemas internos das próprias forças tinha sucedido Levingston, o sucessor de Onganía, chamou as principais forças políticas a constituir GAN (Gran Acuerdo Nacional) com o objetivo de restabelecer as normas do sistema eleitoral.

Na frente das eleições de 1972, produto daquele acordo, Agustín Tosco, um dos principais líderes do sindicalismo chamado combativo, independente (dos setores da burocracia peronista), e que era congregado no Movimento Nacional Intersindical, insistia em assinalar que a dicotomia peronistas-antiperonistas era uma armadilha para o movimento operário. Ele e o setor que ele representava postulavam “Unidad de los que luchan”, no entanto frente ao retorno de Perón, os setores do peronismo combativo que tinham estabelecido alianças com outros setores da esquerda em finais de 1960 e começos de 1970

²⁵Aquela manifestação foi chamada de “Vivorazo” devido ao fato de que o interventor da província Dr. Uriburu tinha proclamado num discurso no sul da província “(...) declaro sim, que confundida entre a múltipla massa de valores morais que é Córdoba por definição aninha uma venenosa serpente, cuja cabeça peço a deus me de a honra histórica de cortar de um só vez” (Balbé *et al.* 2005:32)”, o movimento operário saiu na rua com múltiplas serpentes (vívoras em espanhol) vermelhas de papelão.

voltaram a se incluir embaixo do confuso guarda-chuva que por então era o peronismo. O FREJULI que foi o frente eleitoral do peronismo nessa ocasião, estava conformado pela “Tendência Revolucionaria” (Juventude Peronista e os Montoneros) e por outro lado o que era identificado como os setores do Peronismo histórico e a burocracia sindical.

Por fora do peronismo outros sectores se mantiveram ativos, grandes mobilizações para a libertação dos presos políticos, e greves de amplo alcance

Sem pecar de prospectivos, bem se poderia afirmar que o sindicalismo militante e combativo, junto com outros setores populares, esta gerando uma alternativa de poder que, com eleições ou sem parece nutrir suas raízes nas gestas ocorridas especialmente a partir de maio de 1969, e pode disputar a liderança aos movimentos sociais massivos, mas precisamente, o peronismo oficial e o radicalismo de Balbín. (Jornal La Semana de Pergamino 13/10/72 *in* Jauregui y Funes, 1984: 35 *apud*. Iñigo Carrera *et al.*, 2006: 195, T.P.)

Este setor ou tendência polemizava com outros setores da própria classe que apoiavam o processo eleitoral, chamando a atenção para o fato de que a luta de classes não iria terminar com o processo eleitoral, ainda que ganhasse o peronismo.

O movimento operário ficou dividido em torno de dois grandes projetos que em termos institucionais estavam representados, por um lado entre os que aderiam à C.G.T. Nacional, cuja base de sustentação ideológica eram as “62 Organizações Peronistas” que propunha um “Pacto Social” entre facções da burguesia industrial, o Movimento Sindical e as “62 organizações peronistas” e, por outro lado, pelos setores que aderiam a proposta da CGT Regional Córdoba, ideologicamente fundada no Movimento Nacional Intersindical, que há muito tempo funcionava com autonomia da central, que levantava as bandeiras do fim do capitalismo e da construção do socialismo.

Os primeiros entendiam o movimento sindical como sendo uma “entidade de bem público”, cujas leis deviam ser respeitadas, por tanto propunha a “verticalidade orgânica” como dinâmica de construção, os segundos conceituavam o movimento operário como uma prática democrática e propunham como modo de construção e dinâmica de funcionamento a “democracia de base”.

Para o primeiro setor a luta de classes não se assenta na contraposição de interesses objetivos, “a considera um produto da vontade, em consequência evitável, por meio de uma conciliação de classes” Não propõe uma alteração na propriedade dos meios de produção, sim

que “o capital cumpra uma função social e se integre às necessidades do país (...) um capital ao qual o governo o faça ajustar as réguas do jogo para que esse capital esteja ao serviço da comunidade e cumpra uma função social” (Iñigo Carrera *et al*, 2006: 227 e ss.) Para o outro setor a revolução implica socialização dos meios de produção, luta política do movimento operário que transcenda a reivindicação por melhores salários e consiga por atenção nos problemas da relação salarial, na busca da eliminação das classes.²⁶

1.2.5. A luta armada

Da mesma forma que no resto da América Latina, as expectativas emancipatórias recrudesceram na Argentina a partir do triunfo e consolidação da Revolução Cubana. A guerrilha apareceu como uma via factível de enfrentamento aos governos ditatórias. Não deve desconhecer-se o fato de que a classe operária alguns anos antes tinha confiado é circunscrito os projetos emancipatórios ao processo peronista de revolução passiva (segundo já caracterizado neste capítulo sob Coutinho (1999)), e estava na década de 1960 assistindo ao retrocesso das conquistas econômicas e políticas daquele processo. Assim sendo tanto grupos peronistas como não peronistas encontraram nas formas da revolução cubana caminhos para enfrentar o sistema.

Experiências de guerrilha rural existiram na Argentina, pelo menos tentativas de existência que não conseguiram se estabelecer efetivamente, foram os ‘Uturuncos’ em 1959/60, o ‘Ejército Guerrillero del Pueblo’ em 1963/64 e o ‘Destacamento 17 de Octubre’ das ‘Fuerzas Armadas Peronistas’ em 1968. Ainda que no Censo Nacional de População de 1960 de um total de 14.999.301 habitantes, 11.433.380 moravam nas cidades, e 3.565.921 no campo, quer dizer, 76% da população argentina em começos da década de 1960, era urbana²⁷. Parece evidente que as grandes massas revolucionárias não sairiam do campo.

A luta política, nesses tempos, como foi dito anteriormente, transitava pelo território militar. O uso da violência, a luta armada, estava presente tanto na luta de massas, quanto na guerrilha. A violência fez parte de todos os processos de massas de finais dos anos 60 e

²⁶ Essas posições foram expressadas por José Rucci, Secretario Geral da CGT e membro das “62 Organizações Peronistas” e Agustín Tosco, representante da CGT Regional Córdoba e membro do Movimento Nacional Intersindical, no programa “Las dos campanas” do Canal 11 de Buenos Aires o dia 13 de Fevereiro de 1973.

²⁷ Cfr. Dirección Nacional de Estadísticas y Censos. Censo Nacional de Población 1960. Tomo 1

começos da década de 70, o Cordobazo e outros. Sectores da classe operaria²⁸ envolvidos naqueles processos, não condenavam a priori à guerrilha, mas a consideravam inviável para o momento histórico do país, a estratégia mais acorde parecia ser a luta de massas que envolvesse trabalhadores e estudantes.

Eu sustentei uma posição, que inclusive compartíamos com o próprio Tosco, que a ‘Sierra Maestra’ em Argentina não era La Falda²⁹ se não as fábricas e as universidades, ou seja, que com o protagonismo de operários e estudantes íamos mudar a situação e não com ações isoladas de grupos armados que não davam conta do calor popular das mudanças e se isolavam das pessoas. (Depoimento de Jorge Canelles, *apud* Iñigo Carrera *et al.* 2006; 185 T.P.).

Guillespie (1978) sustenta que ainda que setores do movimento operário simpatizavam ou apoiavam a guerrilha, a participação deles via-se limitada por conta, por exemplo, que o passo para a clandestinidade não permitia garantir a sustentação econômica das famílias. Os setores das classes medias, os estudantes, tinham uma margem de independência maior neste sentido.

Em finais de 1960 e durante a década de 1970 a esquerda argentina assistiu no seu seio à conformação de dois grupos de guerrilhas, um ligado ao peronismo, no qual incluem-se entre outros grupos menores as FAR (Fuerzas Armadas Revolucionarias) e os Montoneros; no outro grupo que foi designado como guerrilha marxista ou guevarista o ERP (Ejercito Revolucionário del Pueblo) ligado ao PRT (Partido Revolucionário de los Trabajadores)

Segundo Gillespie (1987) a origem dos Montoneros se remonta ao ano 1968 ainda que só fizeram sua primeira aparição pública em 1970. Identifica a origem política dos homens e mulheres que em nome de ideais nacionalistas e socialistas tomaram as armas em finais dos anos 60 e começos dos 70, nas filas da igreja católica e no grupo Tacuara³⁰, inspirado na falange espanhola, só alguns precediam da esquerda, praticamente nenhum deles tinha uma origem peronista.

O autor chama a atenção para o fato de que os Montoneros fizeram um auto-retrato retrospectivo que identificava a sua origem como uma síntese entre o peronismo e o

²⁸ Cfr. Iñigo Carrera *et.al* 2006; 185

²⁹ Refere-se a La Falda para referir à região das serras.

³⁰ Para uma caracterização de Tacuara, conferir GUTMAN, Daniel. Tacuara, historia de la primera guerrilla urbana argentina. Buenos Aires: Vergara, 2003.

“guevarismo”. Gillespie apresenta aqui a noção de “guevarismo” como identificada com a “teoria do foco”. Esse auto-retrato aparece como sendo a histórico, mas o autor entende que é revelador da estratégia do grupo de provocar um encontro entre as atividades da vanguarda e a das massas.

Lanusse (2005), numa pesquisa sobre as origens de Montoneros, considera a influencia do grupo nacionalista Tacuara, mas reforça os antecedentes católicos dos membros da organização, pelo menos dos fundadores. Sustenta que existe o mito de que a organização “Montoneros” teria sido fundada por um grupo pequeno de doze pessoas na Capital do país, ele mapeia um grande leque de organizações das províncias de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé, que depois de um percorrido de militância ao longo da década de 1960 teriam confluído depois de dois anos de colaborações particulares entre grupos, na constituição de Montoneros em 1970.

Conforme afirma o autor, e pode ser corroborado também na leitura de outros textos,³¹ muitos jovens se aproximaram do peronismo não tanto pelas políticas dos governos peronistas, senão porque, a partir da sua “opção pelos pobres”, eles descobriram que “os pobres” eram peronistas.

Gillespie sustenta que nos primeiros tempos da guerrilha peronista o líder, Perón, apoiou-a como uma estratégia de pressão ao governo militar para que se celebrassem eleições nas que sem duvidas ganharia o peronismo.

O ERP foi fundado em 1970, no quinto congresso do PRT- El Combatiente. O PRT tinha se formado em 1965 a partir da fusão de duas organizações já consolidadas. Por um lado o FRIP (Frente Revolucionário Indoamericano Popular) que reivindicava lutadores indígenas e se identificava com o APRA Peruano, mas progressivamente foi se acercando ao marxismo, fundamentalmente a partir de sua identificação com a Revolução Cubana, e tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais mais explorados; era liderado pelos irmãos Santucho. Por outro lado, Palabra Obrera, uma organização trotskista, ligada à Quarta Internacional, liderada por Nahuel Moreno e que desde começos da década de 1960 participava nas lutas dos engenhos açucareiros na província de Tucumán. Em 1968, em torno da discussão sobre a necessidade da luta se desenvolver também no terreno militar, o PRT voltou a se dividir,

³¹ Cfr. em Guissani, Laura; Buscada, Lili Massaferró: de los dorados años cincuenta a la militancia montonera. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma. p. 135 e ss.

ficando cada uma das frações com o mesmo nome e se diferenciando pelo nome das suas publicações. O PRT El Combatiente foi a fração liderada por Mario R. Santucho e o PRT La Verdad a fração liderada por Nahuel Moreno. No IV Congresso do PRT El Combatiente, em 1968, decidiu a constituição de um Exército Popular. Em 1970, no V Congresso foi fundado o ERP.

Quando esses grupos iniciam a luta armada, conforme De Santis (2003) o PRT-ERP propunha a guerrilha como momento inicial de uma guerra revolucionária prolongada, enquanto, segundo Gillespie (1987), os Montoneros a pensavam como estratégia de pressão ao governo militar para o retorno de Perón ao país.

No período entre o triunfo do peronismo, em março de 1973, a chegada de Héctor Cámpora ao poder e até a massacre de Ezeiza quase não houve ações guerrilheiras. Para além da guerrilha peronista o ERP também fez uma trégua. O avanço do projeto da burguesia ao interior do governo peronista deu um ponto final na trégua.

1.2.6. O começo do fim

Já na década de 1960 um dos mais lúcidos representantes da esquerda peronista dizia

Perón, indiscutível líder das massas, é um símbolo ao qual cada um carrega com sua própria ideologia, com seus próprios interesses e depois o brande como um fetiche tribal. Quanto mais desoladora é a realidade nacional, ainda mais o povo aferra-se a Perón, objetiva ali tudo aquilo que a circunstância imediata não lhe oferece, expressa nessa adesão uma rebeldia que não encontra formas aptas de se canalizar para uma luta ao mais alto nível. Perón, nesta altura, capitaliza as carências do país, cresce como um mito quanto mais ineficaz é como condutor do processo revolucionário (...). Para nós seria muito mais cômodo abandonar esse terreno de contradições e equívocos a meias proclamar nossa posição nos seus termos mais extremos e ganhar tranquilidade espiritual. Mas perderíamos operatividade, influência, projeção no futuro imediato aspirando a que a história nos dará a razão alguma vez. (John William Cooke *apud* Lapolla, 2004:173).

Segundo sustenta Horacio Verbitsky (2006), o que é conhecido como a “Massacre de Ezeiza” constituiu-se no nosso maior tabu político, e julga que as notícias muito difusas que temos daqueles acontecimentos vão configurando a idéia de que dois extremos irracionais se mascararam mutuamente na frente de um povo que não fazia a menor idéia do que acontecia e

que só estava a fim de participar de uma festa.

O autor apresenta a idéia de que a “Masacre de Ezeiza”, “encerra um ciclo da historia argentina e prefigura os anos por vir”, onde se expressam de maneira nítida as contradições que durante 30 anos conviveram ao interior do peronismo.

O projeto instaurado a partir de 1955, como já foi dito, depois da queda de Perón, era de clara abertura para os monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos. “Conforma-se uma dinâmica econômica baseada na produção de manufaturas que, ainda que reconhece as suas origens na industrialização dos anos 1930, ganha sua forma acabada na década de 1960” (Azpiazu *et al.* 2004). O novo modelo de acumulação, sustentam os autores, baseia-se numa articulação entre o “setor agropecuário”, e um “setor industrial”, injetado de capital estrangeiro.

Esse modelo supunha, necessariamente, a superexploração do trabalho, e a classe operaria – é melhor dizer, grandes setores da classe operaria - não se somaram nesse projeto, e fizeram a “resistência”. O retorno de Perón então prometia uma política anti-oligárquica e antiimperialista.

Quando no 25 de maio de 1973 o peronismo retorna ao poder na figura de Héctor Cámpora, cujo apelido era “El Tío”, na Praça de Maio, epicentro da grande festa popular, os cartazes dos sindicatos ficaram pequenos na frente das bandeiras da ‘Juventud Peronista’ e das guerrilhas Montoneros e FAR³². A força numérica da juventude parece não ter limite, e isso é o que vão querer mostrar ao líder no dia da sua chegada.

Segundo propõe Lapolla (2005), desde finais da década de 1960, o Cordobazo se coloca como marco fundamental. A esquerda vinha construindo um duplo poder, a partir da “ação direta das massas nas ruas, nas tomadas de povoados, greves, greves ativas, insurreições, sublevações e as ações armadas dos grupos guerrilheiros”.

Mas a direita peronista sindical-militar, aquela que o grande capital descansava o controle da Argentina, e que tinha perdido a luta interna com a esquerda para definir o candidato à presidência, não ficou magoada. “Antes dos ecos dos aplausos e das mobilizações

³² Para a ação política legal, naquele período os Montoneros criaram uma serie de organizações de massas adaptadas às necessidades de cada um dos movimentos sociais mais importantes À JP (Regionais), que concentrou-se na atividade nos bairros, uniram-se a Juventud Universitária Peronista (JUP), a Unión de Estudiantes Secundários (UES), o Movimiento de Villeros Peronistas (MVP), a Agrupación Evita (AE), da Rama Femenina e o Movimento de Inquilinos Peronistas (MIP), coletivamente, esas organizações foram conhecidas como Tendencia Revolucionaria del Movimiento Peronista (Guillespie 1987:169)

se extinguirem, eles estavam pondo em prática o mais inteligente dos seus planos: conformar não um peronismo perseguido, com seu chefe militar exilado e proscrito, senão o peronismo no governo”. (Verbitsky 2006:14. T.P.)

O fizeram, e o fizeram bem.

Logo depois a chegada de Cámpora à presidência, os dois setores foram ocupar as repartições públicas e ocuparam os cargos com objetivos diversos, a Juventude Peronista tinha “promovido uma espécie de revolução cultural para expulsar de seus cargos funcionários comprometidos com os governos militares. O setor sindical replicou com as ocupações preventivas, antes de os trotskistas chegarem” (*op. cit.*, 2006: 18 T.P.)

Além da ocupação de organizações como colégios, clubes, universidades, fabricas, uma das maiores preocupações da direita peronista foi a de segurar o controle de todo tipo de comunicações, ocuparam as rádios das principais cidades do país, os canais de televisão; a agência estatal de notícias TELAM já estava em mãos desse setor. O sistema ferroviário e o Ministério de Obras e Serviços Públicos. Por trás da aparência de uma frente comum, a direita estava se preparando para uma guerra que a esquerda acreditou que já tinha ganho.

Acreditou que tinha ganho já que, segundo Lapolla (2005)

Um poder plebeu estava em vigência, direto, revolucionário, que fazia com que hospitais e escolas passassem a ser dirigidos pelos seus funcionários; que algumas fábricas fossem tomadas pelos operários para que dispusessem planos e cotas de produção próprias; que as assembleias das bases indicassem os delegados interventores dos entes estatais; que em alguns bairros as pessoas se juntassem com as autoridades para controlar os preços; que a polícia fosse ordenada para não incomodar ao povo. (*op.cit.*, 2005: 174)

O país parecia uma verdadeira festa popular.

Perón não queria participar dessa festa, mas isso se constituía numa contradição, já que seu modelo econômico enfrentava a oligarquia imperialista e precisava de apoio popular (como foi assinalado no ponto 1.2.3). Só que o líder esperava o apoio de um povo que fosse “da casa ao trabalho e do trabalho à casa”, como costumava predicar, não de um duplo poder organizado.

O dia 20 de junho de 1973, Perón ia chegar finalmente ao país. Assim que saísse do Aeroporto Internacional de Ezeiza ia a se começar um ato onde o líder encontrar-se-ia com seu

povo depois de 18 anos.

A Juventude Peronista – principalmente - a traves de suas organizações de base, mobilizou uma imensa quantidade de pessoas para Ezeiza, para receber a Perón no seu definitivo retorno no país. Uma armadilha e o terror os esperavam. (...) A direita peronista organizou o massacre de Ezeiza. (...) É quase impossível supor que Perón tenha sido alheio a essa trama, aliás, Ezeiza tem a sua marca característica em relação à forma de criar fatos consumados para destruir aos seus rivais internos. Após Ezeiza, Cámpora e seu governo iriam ser um cadáver insepulto”. (Lapolla 2005:185)

A grande festa tinha seus organizadores, a direita tinha desenhado um plano, para instalar o terror. A esquerda ia preparada para uma luta simbólica, para uma demonstração de forças em termos numéricos, para demonstrar ao General quanta gente lhe dava apoio. A direita atirou neles; em algumas colunas que se dispersaram, ninguém sabia bem de onde era que as balas vinham, nem quem eram os que atiravam. Uma grande confusão foi crescendo, a versão oficial sustentava que eram grupos “extremistas”, de diferentes bandos. Horacio Verbitsky demonstra, sobre a base de documentos, no seu livro ‘Ezeiza’, como a direita peronista organizou essa emboscada.

As pessoas começaram a voltar para casa achando que tinham assistido a uma briga entre bandos, não sabiam que a sua volta a casa fazia parte do projeto dos inimigos. Alguns nem chegaram até o lugar, a polícia os deteve antes e mandou embora de novo para suas províncias.

Não houve informes oficiais sobre os mortos no “massacre”, más existem algumas informações de que podem ter sido ao redor de 15. Portanto pode se pensar que o que mais foi massacrado foram os sonhos das milhares de pessoas que chegaram até lá abrindo os braços para receber o líder que conduziria a construção da Pátria Socialista, e que voltaram para casa sem sequer entender o que estava acontecendo.

1.2.7. A “reorganização nacional”.

Perón, que tinha conhecido seu apogeu político ao começo do próspero pós-II Guerra, quando conseguiu voltar ao país no começo da década de 1970 nem o capital nem Perón estavam no seu esplendor.

Neste período, ao mesmo tempo em que impulsionou um governo de alianças que lhe permitissem sustentar uma política de distribuição do ingresso a favor da classe trabalhadora, segundo sustentam Azpiazu (*et al.* 2004), ia crescendo o grupo paramilitar conhecido como a Triple A, que sob direção de membros dos círculos mais próximos do Perón se propunha a eliminação dos setores da esquerda peronista. A partir da morte de Perón em 1974 começam a se mostrar traços firmes de que o modelo estava esgotado e que para a sobrevivência do capital que era necessário uma virada radical.

Na metade da década de 1970 a complexidade e solidez da estrutura econômica e social, junto com as contradições e necessidades derivadas da crise do capitalismo central, indicavam que essa reestruturação tinha que se produzir necessariamente por via de uma crise que impusera a marginalização de alguns setores sociais, a redefinição e subordinação de outros e finalmente o predomínio dos restantes. (*op. cit.* 2004:175 T.P).

A ditadura militar que se inicia com o Golpe de Estado do 24 de março de 1976, em principio se apresenta como a “salvadora do caos social e econômico” que tinha se desatado desde metade do ano anterior a partir do que foi conhecido como o Rodrigazo³³, daí recrutou bases de apoio nas camadas médias. Mas a base social de apoio ao golpe está dado pelo setor da burguesia agrária (oligarquia) diversificada, e o capital estrangeiro que tinha se expandido a partir da segunda substituição de importações. O programa de governo tinha como objetivo produzir uma re-configuração estrutural da sociedade argentina em termos econômicos, sociais e políticos partir de uma “alteração profunda dos padrões que até então, com suas diferentes especificidades, caracterizaram as gestões econômicas precedentes” (*op. cit.* 2004:83 T.P), com o objetivo de consolidar um novo projeto dominante.

Esse objetivo sustentam os autores, requeria em primeiro lugar acometer sobre a estrutura econômico-social que tinha se constituído ao longo de cinco décadas, nas diferentes etapas da industrialização substitutiva, que foi configurando uma sociedade urbana com uma estrutura de classes altamente heterogênea e móvel. Em segundo lugar o processo de transformação tinha que se produzir a traves de uma crise e não a traves de uma fase de

³³ Em junho de 1975 o Ministro da Economia Celestino Rodrigo dispôs um ajuste brutal de preços e tarifas, que aumentou a taxa de inflação produzindo uma multiplicação dos preços nominais de 300%. Isso implicou um desabastecimento dos alimentos essenciais e de insumos para o transporte. Houve greve geral e grande mobilização da classe operaria. Posteriormente esse processo foi chamado de Rodrigazo.

expansão econômica, que produzisse desindustrialização e uma redistribuição, agora regressiva do ingresso, já que era necessário um forte disciplinamento da classe operaria. Em terceiro lugar os traços do novo padrão de acumulação deviam se tornar irreversíveis, porém se procurava remover as próprias bases da produção industrial por substituição, fosse esta distributivista ou concentradora do ingresso.

A própria estrutura do Estado precisou se transformar para dar lugar a este processo

Para lograr a redefinição do Estado eliminou-se a redistribuição dos ingressos para os setores populares reduzindo drasticamente os gastos em educação e em saúde, no entanto se incrementava o orçamento militar e de seguridade. Por outra parte se privatizaram empresas produtivas que estavam nas mãos do Estado e as empresas públicas estreitaram sua vinculação com as companhias oligopolistas a través da demanda de bens e serviços. Ao mesmo tempo em que se privatizaram parte das suas atividades, se indexaram suas tarifas e se endividaram com o exterior. Por último se eliminaram as transferências procedentes do setor agropecuario mediante direitos de exportação e a estrutura impositiva se tornou crescentemente regressiva. Especial relevância adquiriu o setor financeiro. (*op. cit.* 2004:210 T.P).

Para além das medidas econômicas o disciplinamento da classe operaria requereu uma ação terrorista de eliminação física da militância operaria quanto da guerrilha. Que implicou no desaparecimento de trinta mil pessoas, dez mil mortos, um milhão de exilados, oito mil presos políticos reconhecidos.

A produção manufatureira foi a atividade mais afetada, para dimensionar o que o que esta ditadura e seu programa econômico implicou Azpiazu (*et al.* 2004:90 T.P.) chamam a atenção para o fato de que o PIB Industrial de 1983 é equivalente ao 90% do PIB de 1973. “Exemplos relativamente semelhantes só poderiam se encontrar em casos de destruição física dos meios de produção (...) o de programas econômicos monetaristas (...)” Como corolário disso a ocupação se reduziu num 34,4%, ainda que as horas/operário trabalhadas só se reduziu num 30%, quer dizer que a jornada de trabalho aumentou, aumentando também a produtividade da força de trabalho. O salário real e o custo salarial diminuíram quase 20%. Assim sendo houve uma transferência na distribuição de rendimentos em detrimento da classe trabalhadora e a favor do setor empresarial, que neste período acrescentou num 69% sua apropriação do excedente.

Contudo os autores sustentam que desindustrialização não deve ser confundida com um

viés anti-industrialista, já que a expansão dos grupos que se consolidaram no centro do processo de acumulação deve-se ao fato de ter mantido e inclusive ter expandido sua significativa presença nesta atividade. O que precisa ser advertido é o destino do excedente apropriado por esses capitais.

Poderia se comprovar que uma parte minoritária se orientou às inversões produtivas vinculadas, na maioria dos casos ao aproveitamento dos benefícios outorgados pelo Estado. A porção mais significativa foi destinada, essencialmente a inversões no setor financeiro, na construção residencial e em outros serviços e bens vinculados à demanda dos setores de mais altos ingressos, não afetados pela abertura econômica. Por outro lado, a abertura econômica alentou as transferências de excedentes ao exterior, o que internacionalizou a reprodução ampliada do capital destas frações dominantes. Esta dinâmica de acumulação integrada estreitamente ao mercado financeiro internacional forneceu uma nova forma indireta de apropriação de excedentes: a transferência ao Estado de grande parte do seu significativo endividamento externo. (*op. cit.* 2004:215 T.P)

Assim sendo, consolidou-se um modelo econômico cujo eixo é constituído por um regime de acumulação financeira com permanente saída de capitais ao exterior, que se sustenta sobre o grande endividamento externo -fundamentalmente entre etapa na qual a dívida externa passou de 6.500 milhões de dólares para 32.000 milhões da mesma moeda (Cf. Azpiazu *et al.* 2004:199)- e estatização da dívida privada. (Cf. Lozano *In* Caparrós, 2002:64)

A nova (ou re-configurada) fração dominante é constituída por grandes capitais, tanto nacionais quanto estrangeiros, que “controlam a propriedade de múltiplas firmas locais com diversidade de atividades econômicas. A relação estabelecida entre suas empresas responde a estratégias de integração horizontal, vertical o de diversificação”. (*op. cit.* 2004:213 T.P)

Podem-se verificar dois tipos de formações que controlam o domínio desses grandes capitais (Cf. Azpiazu *et al.* 2004). Por um lado, o que os autores chamam de Grupos Econômicos, cuja origem se remete aos tempos do modelo agro-exportador e que diversificaram suas atividades para a indústria na primeira substituição de importações, são aquele setor da burguesia cujo projeto de industrialização exportadora foi expresso em finais da década de 1930, no Plan Pinedo (ver ponto 1.2.1.), sendo derrotado. Por outro lado o que chamam de Empresas Transnacionais Diversificadas ou Integradas, desenvolvidas a partir do ingresso de capitais estrangeiros na primeira e segunda substituição de importações, más que

se consolidam nesta última ganhando dimensões oligopolistas.

Por conseguinte as burguesias donas dos capitais que ficam no centro do processo de acumulação a partir do plano de reestruturação radical do “Proceso de Reorganización Nacional” (Ditadura 1976-1983), fazem parte das disputas históricas pela consolidação dos modelos econômicos.

Neste marco, aquela distinção entre capital nacional e capital estrangeiro que estabelecia uma diferenciação, no bojo da segunda substituição de importações, entre quem ocupava o centro do processo de acumulação e aqueles que cresciam de forma subordinada, perde certa atualidade, já que a abertura econômica e a internacionalização financeira fazem com que a “taxa de lucro produtiva no exterior deixa de ser um critério privativo das empresas transnacionais”, então “o nível da taxa de retorno interna confronta-se com a taxa da lucro financeira no mercado internacional, numa etapa onde predomina a valorização financeira do capital” Azpiazu (*et al.* 2004:117 T.P.)

O re-encaminhamento na dinâmica econômica encontra no processo da ditadura uma primeira etapa. Essa etapa adquire formas autoritárias e terrorista por conta da radicalidade da mudança requerida mas também por conta da radicalidade de alguns setores da classe operaria e da pequena burguesia na disputa pela direção desse novo encaminhamento. Não deve ser subestimado o fato de que a nova dinâmica de acumulação continua a se consolidar depois da abertura democrática.

2. CAPÍTULO DOIS

2.1. Notas sobre a configuração e o desenvolvimento da categoria de Memória.

Que o passado aconteceu parece ser uma certeza, mas não há tantas seguranças para afirmar como ele aconteceu, qual a totalidade dos elementos que o compõem. As lembranças que temos do passado, nossas memórias são incertas e confusas, e só encontram uma organização a partir da estruturação que é feita em função dos interesses do presente. O passado do homem tem existido desde sempre, no entanto a noção de memória não o acompanha desde seus primórdios. Em torno do vasto movimento e das profundas mudanças que foram configurando o que hoje conhecemos como “Modernidade”, proliferaram uma multiplicidade de perguntas e reflexões, algumas das quais foram organizando a noção de memória.

Em finais do século XIX foi amadurecendo um incipiente debate entre a filosofia e a psicologia, que foi configurando a categoria que se torna objeto destas reflexões. Até as primeiras décadas do Século XX a sociologia não se importou no debate, e só mais tarde a antropologia e a história começaram a prestar atenção nele. A discussão sobre a memória, no começo apresentada pela filosofia como um elemento do espírito que permitia o acesso a compreensão da vida humana, foi também submetida pela psicologia a processos experimentais que levaram a memória ao plano do sistema psíquico, dando lugar à possibilidade de considerar a matéria como uma matriz de lembrança e esquecimento.

Nas primeiras décadas do século XX, Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Bartlett, começaram a apontar elementos teóricos que levavam a compreender a memória como sendo uma construção social. Segundo Santos (2003) a perspectiva destes autores contribui para configurar um limite às “teorias sociológicas que defendem a autonomia do ator social e de processos de construção social, em relação ao passado”.

Halbwachs teria sido o primeiro autor em falar de memória coletiva e a autora chama a atenção para a necessidade de situar o pensamento dele

a partir de seu vínculo com as correntes reformistas do socialismo de sua época, bem como com as teorias durkheimianas. (...) A crença no progresso democrático e social fazia parte de seu mundo e a ela foi acoplada a defesa do espírito coletivo e da possibilidade de sua apreensão pelo método científico (*op.cit.* 2003: 36)

Discípulo de Durkheim tentou compreender a memória como um fato social, possível de ser conhecida a partir de estudos empíricos sobre padrões de comportamento, eliminando do leque de possibilidades da sociologia a expectativa pela explicação das causas e conseqüências dos fenômenos sociais, que davam lugar à memória.

Segundo aponta Santos (2003), no livro *Les cadres sociaux de la mémoire* Halbwachs faz três afirmações que, ainda flexibilizadas mais tarde, vão percorrer toda a obra do autor sobre a temática. Em primeiro lugar, a memória só pode ser entendida como fazendo parte de convenções sociais, que chamou de *quadros sociais* da memória; em segundo lugar, a abordagem desses quadros sociais só é possível a partir do mundo empírico observável, portanto distante das intenções dos indivíduos; por último sustenta que o passado que existe é apenas aquele que é reconstruído continuamente no presente, que tudo o que lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. Por tanto, a memória não poderia ser entendida como a lembrança de um fato que um dia existiu e é conservada de forma idêntica ao momento de seu registro no interior do indivíduo.

Ainda sendo seu pensamento claramente influenciado pelas correntes positivistas, Halbwachs se contrapôs às teorias científicas da memória que eram lideradas pela psicologia experimental, mas também discutiu com a psicanálise a própria noção de inconsciente, afirmando que a experiência passada dos indivíduos não pode ser armazenada fisicamente, sustentando que a materialidade da memória não estava no corpo, mas na sociedade, por tanto com *memória coletiva* não estaria identificando ao sujeito da memória e sim sua natureza.

Por outro lado, os desenvolvimentos teóricos do psicólogo inglês Frederic Bartlett, que foram contemporâneos aos de Halbwachs, não têm sido, assinala Santos (2003), tão atrativos para os desdobramentos mais recentes das teorias sobre a memória. No entanto, ela resgata a importância do pensamento do autor no que tange à “compreensão da memória enquanto resultado de um processo de interação entre indivíduos e entre estes e seu meio” (*op.cit.* 2003:54). A memória não poderia ser pensada como um processo meramente mental nem

como um processo só vinculado ao social. As práticas coletivas só exercem influência sobre o indivíduo se o indivíduo perceber que essas práticas têm algum sentido. O autor sustenta a idéia de que o que aparece como percepção é em grande parte rememoração de experiências passadas. “A tese é a de que a memória faz parte do processo de conhecimento e reconhecimento do mundo e de que este processo se define pela busca de sentido” (*op.cit.* 2003:55).

O primeiro mestre de Halbwachs, Henri Bérghson, nas suas reflexões sobre memória traz para nós a distinção entre dois tipos de memória. Uma memória que habilita ao sujeito a reproduzir algo que é aprendido ao longo da vida a partir das experiências próprias, mas também das experiências da espécie, e não estão alocadas num tempo específico do passado; essa é uma memória que adquire caráter involuntário. O outro tipo de memória refere-se à recordação de fatos do passado que não podem se repetir na sua originalidade, na sua singularidade. Esse tipo de memória acontece a partir de um processo voluntário de lembranças. A autora sustenta que a perspectiva de H. Bérghson habilita a compreensão das perspectivas de H. Marcuse e de W. Benjamin, apesar destes autores colocarem em tensão a memória voluntária e involuntária, na medida em que estas são consideradas em perspectiva histórica.

Os trabalhos destes autores, diz Santos (2003), trazem alguns elementos que “permitem pensar em memória como algo mais que uma pura construção social, ou seja, como uma forma de conhecimento do mundo que a constitui” (*op.cit.* 2003: 93). A memória deixa de ser só objeto de conhecimento para se tornar, também, sujeito do conhecimento. “Enquanto sujeito, a memória possibilita um conhecimento crítico, em que a mitologia inerente às construções sociais é decodificada deixando aparente processos de dominação ocorridos ao longo da história” (*op.cit.* 2003: 93).

Benjamin procurou entender a memória como parte da experiência humana da modernidade, mas, no marco da sua crítica à modernidade não subordinou a possibilidade de recuperação do passado a um ato da razão, ampliando a noção de experiência. Ao homem moderno, sustenta Benjamin, suas próprias condições históricas impõem-lhe a necessidade de

recorrer à alegoria³⁴ para a rememoração do passado: “As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas” (Benjamin, 1984 *apud* Konder, 1989:28). Ele sustenta que “o passado não está contido pelas formas da intuição, percepção e experiência pensadas até então” (Santos, 2003:139), é por isso que procura, além de identificar a memória voluntária e involuntária como duas formas da experiência, identificar o passado em outras formas da vida material. Por conta disso é que as vezes faz primar a dimensão temporal, mas outras “ênfatiza a espacialização do tempo” dando relevância à importância do passado no presente.

Na leitura de Santos (2003), as contribuições de Herbert Marcuse e Walter Benjamin não tiveram muitas repercussões nos estudos posteriores sobre memória, fato que pode ser verificado em grande parte das reflexões pós II Guerra Mundial, sobre o holocausto. (A reflexão relativa a este ponto quanto ao pensamento de Walter Benjamin será recuperada no ponto 2.3 deste capítulo).

Na segunda metade do Século XX, Michael Pollak chamou a atenção para a relação entre memória e identidade diante de situações limites. Na sua perspectiva quando a ordem naturalizada do mundo é quebrada os indivíduos se adaptam redefinindo suas identidades e suas relações com outros indivíduos. Deve-se também a Pollak, no marco da sociologia da memória, a advertência de que o que pode conformar os conteúdos da memória pode ser tanto o dito, o explicitado, quanto o silenciado, o escurecido.

Pode se pensar que nos primeiros estudos referenciados neste texto, deixando fora os estudos do Benjamin e Marcuse, a preocupação central consistia, em sentido figurado, em trazer o passado até o presente, um passado que pertencia a outros, a gerações passadas, talvez. Nos estudos do pós-guerra, o que se torna conteúdo da memória, o que não tem que ser esquecido é o próprio presente da geração que lembra. A memória fornece um subsídio para enviar o presente até o futuro.

Assim sendo, Jelin (2002) sustenta a idéia de que os discursos sobre memória e os movimentos memorialistas irromperam no ocidente em torno dos debates pós-II Guerra Mundial sobre o extermínio nazista. Ao longo da segunda metade do século XX essas produções e

³⁴ Na perspectiva de Benjamin, o fato de o homem moderno ter se configurado a partir da mercantilização da própria vida humana, negou para ele a possibilidade da transparência que tinha lugar no classicismo, deixando como forma de expressão à alegoria, que implica o fato de dizer uma coisa, mas sabendo que significa outra.

debates perderam o caráter de referencia exclusiva a essa experiência histórica para se tornar um horizonte referencial na construção de memórias de posteriores experiências traumáticas.

No Cone Sul da América Latina o caudal de produções sobre memória acrescentou-se substantivamente a partir da crise regional que significaram as ditaduras militares das décadas de 1960, 1970 e 1980 e a trama de relações entre elas e o governo dos Estados Unidos, conhecido como o Plano Condor, que “melhorava” a *performance* repressiva de cada um dos países.

2.2. Memória, Esquecimento, Silêncio e Trauma.

Nos debates contemporâneos sobre memória a discussão sobre esquecimento teve um lugar importante.

No artigo “La transimisión de la Memória”, Rémond (Vv. Aa. 2002) diz “Não é possível transmitir tudo, e provavelmente a porção do que não se comunica seja muito maior do que aquela que é objeto de transmissão. Isso não acontece de uma forma espontânea nem automática, senão que obedece a certas regras um pouco misteriosas”. (*op.cit.*, 2002:69 T.P.)

Também Paul Ricoeur (Vv.Aa.2002), em seu trabalho “El olvido en el horizonte de la prescripción” fornece algumas reflexões sobre este aspecto. Ele também parte da idéia de que o esquecimento é necessário, mais ainda, saudável. Apresenta a idéia de que o esquecimento é seletivo, já que como não é possível lembrar de tudo há coisas que são esquecidas, no entanto esse esquecimento não é aleatório. Essa proposição permite formular perguntas sobre quais os elementos que se constituem em eixos dessa seleção da memória, se o esquecimento não é aleatório então respeita uma organização, ainda que essa organização não seja consciente. Quais os elementos que as classes sociais, os diferentes setores, os grupos, as pessoas vão definindo para organizar a suas próprias memórias, ou será que esses elementos são definidos desde fora da própria classe? E então, também, quais os elementos, os conteúdos que nesse processo de seletividade vão se escurecendo e vão ficando no esquecimento.

Mas nem tudo o que não aparece explícito nos relatos da memória tem um destino no abismo do esquecimento, pode ter elementos silenciados que não aparecem de forma explícita,

mas nem por isso deixam de existir. È no artigo “Memória, Esquecimento, Silencio” que Pollak (1989) incita a reflexão sobre o fato de que, quando os elementos não ditos fazem parte de memórias traumáticas permanecem nessa condição a partir de uma tensão que se estabelece entre quem não se dispõe a falar e quem não se habilita para ouvir.

Os estudos de M. Pollak sobre memória referem ao período do nazismo, e nesse marco chama a atenção para o fato de que a despeito da abundante produção de pesquisas e literatura e o lugar que o período tem nos meios de comunicação, permanece como um tabu nas histórias dos indivíduos. Essa chave de leitura pode ser trazida, pelo menos por enquanto, para pensar o processo da memória na Argentina, que já desde metade da década de 1990, acrescentando se depois de 2001, mas fundamentalmente a partir de 2003 por conta das políticas públicas de direitos humanos do governo Kirtchner, abriu-se numa proliferação de discursos, que foram paulatinamente transcendendo o âmbito exclusivo dos movimentos de direitos humanos e da esquerda, para passar a fazer parte do discurso oficial do governo, dos meios massivos de comunicação. No entanto é preciso notar para o fato de que se se fala muito não implica necessariamente que se esteja falando tudo. Repete-se incansavelmente um discurso cristalizado, que continua deixando oculto o que durante anos não conseguiu ser elaborado, as marcas traumáticas que deixam os processos violentos de afirmação do projeto do capital, como as ditaduras, a perseguição da *inteligentzia*, a desapareição física das pessoas, mas também a super exploração do trabalho, o desemprego massivo, a ameaça da fome.

As situações de violência, ameaça e sofrimento extremo deixam marcas indeléveis no território mais íntimo e apreciado dos seres humanos, aquele em que confluem seu mundo emocional, seu universo cognitivo e seu código moral. Quando isto ocorre, nos encontramos frente a frente com o trauma, que etimologicamente quer dizer ferida. (Ruiz-Vargas, 2006: 9 T.P.)

O efeito traumático existe toda vez que não há possibilidade de simbolizar, de representar por meio da palavra situações de angustia que ficam como remanentes. Ocorrida a situação que origina o trauma, já não pode ser evitada, mas a forma em que o trauma é processado pode escolher múltiplos caminhos, desde a permanência como efeito traumático até o processamento que leve a sua elaboração.

2.3. Um país, uma memória.

Na Argentina, nas décadas de 1980 e 1990 e ainda hoje, falar em “memória” é falar de um tempo histórico específico. Aproximadamente a partir de 1983 a memória passou a começar em 1976. O ano de 1983 aparece na narrativa da memória, como o da volta da democracia que tinha sido suspendida pelo Golpe Militar do 24 de março de 1976. Paulatinamente foi se lembrando também, na medida que foi se explicitando, traços do acontecido entre 1976 e 1983. Embora essa narrativa traga muitos elementos daquela experiência, parece encontrar dificuldade para lembrar de muitos outros.

Pode se pensar que a magnitude do horror que provocou -ou que ainda provoca- tanto assistir quanto ser atingido pela estratégia desenvolvida pelo Estado e, por tanto, pela classe que nele controla o poder, de eliminação sistemática e através de qualquer meio de um setor da sociedade, impede ver, quer de maneira longitudinal, quer de maneira transversal outros elementos envolvidos na experiência que o terror veio a pôr fim. Compreende-se como possível que a experiência de horror totalize a construção da “memória”, primando os conteúdos ligados à denúncia do terror, à elaboração do trauma por ele provocado.

Na perspectiva de Rozitchner

Quando a memória privilegia só a crueldade insuportável do terror homicida esquece, no entanto que esse fato de Estado esteve construído e foi produto de uma estratégia que teve muitos outros responsáveis ainda que não fossem militares. Para mostrar os enlaces excluídos da visibilidade social devia se descrever ante a cidadania, já que sua conexão não era tão visível como os crimes diretos, a convergência de outros poderes que produziram os atos materiais consumados pelos assassinos. (*In Vv.Aa, 2006: 249 T.P.*)

A data de 24 de março de 1976 foi se construindo como um nó que organiza a memória do passado, mas também, o presente, basicamente em torno dos eixos democracia e direitos humanos. Alguns autores³⁵ sustentam que em 1983 inaugurou-se um período que veio a se

³⁵ Cfr. ACHA, Omar, Las narrativas contemporáneas de la historia nacional e sus vicisitudes. *In* Nuevo Topo/Revista de historia y pensamiento crítico N°1. Manuel Suárez Editor. Buenos Aires. Septiembre/Octubre 2005. Cfr. también NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. Las ideas de la época entre la invención de una tradición y el eterno retorno de la crisis. ROMERO, Luis Alberto, Veinte años después: un balance. TORRE, Juan Carlos. Los intelectuales y la experiencia democrática. *In* NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente (comps). La historia reciente. Argentina en democracia. Buenos Aires: Edhasa, 2004

encerrar com a crise de dezembro de 2001. Período em que a construção da democracia foi uma promessa que manteve viva a expectativa de uma “vida melhor”. Com a democracia “*não só se vota, senão que também se come, se educa e se cura*”, disse no seu primeiro discurso o primeiro presidente depois de acabada a ditadura, o membro da Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín. Com essas palavras o novo governo democrático parecia prometer que a abertura institucional faria com que o Estado desandasse o processo de subordinação institucional ao crescente processo de acumulação dominante, que entre outras medidas (como foi desenvolvido no ponto 1.2.7), limitou drasticamente a redistribuição de rendimentos desde o Estado para os distintos setores da classe trabalhadora. O des-financiamento da política sanitária e educativa se colocaram como casos emblemáticos. Assim sendo o governo ditatorial é pensado como a causa dessa transformação e não como uma estratégia para a consolidação de um novo projeto dominante. (Cfr. Azpiazu *et al.* 2004: 176 e ss.) E essa idéia ficou repiquetando durante 20 anos. Em 2001 essa expectativa terminou de se quebrar.

Tal como era pensada (e prometida) nesse momento, a democracia –como um sistema republicano e liberal - quase nem tinha existido na trajetória política do país, sustenta Romero (*In Novaro et al.*: 2004:271), que propõe como únicas experiências democráticas os governos da *Unión Cívica Radical* entre 1916 e 1930 e os do *Peronismo* entre 1946 e 1955, não levando em consideração a experiência democrática de 1973 por considerar que foi “demasiado excepcional para servir de precedente”.

A democracia foi se construindo então sem muitas referências no passado recente e como uma dinâmica que poderia ser representada graficamente como “fantasmática”, quer dizer, acima da sociedade, acima da sua materialidade, acima de sua dinâmica. Construindo-se ao mesmo tempo a idéia de que o que até pouco tempo tinha sido dirimido em termos de luta, de disputa entre as classes e que tinha chegado à disputa armada, inclusive à utilização por parte de setores da burguesia de todas as forças disponíveis do Estado sob seu comando para o extermínio do outro termo da disputa, agora seria dirimido através do jogo eleitoral construindo consensos entre cidadãos iguais perante a lei.

A política econômica dos governos democráticos se manteve nos mesmos carris que a ditadura tinha marcado, carregando além com uma dívida externa acrescentada de maneira

superlativa pela estatização da dívida privada. Dívida externa que alias não parou de crescer nos governos democráticos. O governo da UCR levou a dívida até 60 bilhões de dólares, enquanto o sucessor governo peronista a duplicou para 122 milhões de dólares (Cfr. Galasso, 2002)

Os primeiros anos do governo da U.C.R. estiveram marcados, em termos políticos, por uma grande mobilização que tinha como eixo a recuperação da institucionalidade democrática, cuja composição de classe era diferente daquelas dos últimos tempos prévios a ditadura, o setor combativo do movimento operário já não estava na frente dela. Aos poucos – fundamentalmente depois das leis de “Obediencia debida” e “Punto Final”, que limitaram os juízos iniciados com o julgamento das juntas militares deixando intacto a maior parte do aparato repressivo - as expectativas sobre o caráter progressista desse governo foram-se apagando.

Em termos econômicos a gestão da U.C.R. esteve marcada pela inflação e o estancamento do crescimento econômico e a explosão inflacionária de 1989. Durante os primeiros tempos –um ano y meio - “tentou administrar a economia à maneira dos anos ‘60” (Llach *in* Novaro y Palermo, 2004:139. T.P.), más se deparou com o endividamento externo e uma inflação muito superior à que o país tivera conhecido. Aceitando, então que a noção de “desenvolvimento” que tinha norteado os projetos econômicos e a luta de classes na disputa por esses projetos, durante os anteriores 50 anos, não cabia mais na nova configuração, coloca-se então a serviço do novo modelo de acumulação.

A volta do peronismo no poder, em 1989, na oprobriosa figura de Carlos Menem, encontrou uma sociedade, marcada por um quadro de regressivas transformações estruturais e políticas, cujas maiorias, estavam há uma geração sendo disciplinadas, pela perseguição e a repressão física e ideológica que implicou o desaparecimento ou morte de um setor de população registrável em termos estatísticos (foi mais que o 1%), o desemprego, a perda do salário real e a perda de direitos sociais, a frustração de algumas expectativas respeito às promessas da democracia e o fantasma da fome deixado como herança da hiperinflação de 1989-1991.

O peronismo chegou ao poder sob as promessas de “revolução produtiva” e “salariato” quer dizer, prometendo aos trabalhadores que iria reverter aquilo que era mais facilmente perceptível como as causas da deterioração da sua qualidade de vida, a desindustrialização e

perdas salariais. No entanto o projeto menemista se somou, como figura exemplar, aliás, a maré montante das contra-reformas neoliberais, operando o completamento do modelo de acumulação que aprofundou a liberalização comercial e financeira, combinada com políticas de ajuste estrutural –temperadas com níveis obscenos de corrupção e repressão ao movimento popular.

Isso implicou o aumento irracional da dívida pública, que desde a ditadura vinha sendo a causa central do gravíssimo déficit fiscal, em função de cujo saneamento foram vendidas a preços irrisórios as empresas públicas e foram suspensos os subsídios à produção (industrial), já que a produção agropecuária foi beneficiada com a eliminação das taxas de exportação. Por outro lado o desfinanciamento, desregulamentação e privatização das políticas públicas comprometeram a garantia dos direitos sociais, desmanchando uma trama institucional que dava às classes trabalhadoras certo patamar de dignidade.

São exemplo disso, a reforma educativa a partir da *Ley Federal de Educación* e a *Ley de Educación Superior* configurou uma educação elitista, tendente à especialização e em grande detrimento do pensamento universal. No âmbito universitário implicou a proliferação de instituições privadas, de cursos de pós-graduação pagos ao interior da universidade pública, a paulatina privatização dos cursos de graduação, o submetimento do corpo docente a regras de produção de mercadorias muito rigorosas, em detrimento da produção intelectual, e a universidade mesma se colocou como vendedora de mercadorias, assessorias, desenvolvimento de tecnologias, produção de mão de obra qualificada e barata, a través do trabalho dos estudantes por um custo baixíssimo. Na década de 1990 a Universidade Pública Argentina perdeu o outrora conquistado caráter de “*Universidad de los Trabajadores*”. Também a desregulamentação das “*Obras Sociales*”, que em geral eram regidas pelos sindicatos, passaram a funcionar como seguros privados de saúde, jogando grandes setores da população nos serviços públicos que paralelamente tinham sido dês-financiados. Também a privatização da previdência social em mão de fundos privados de pensão, que funcionaram como parte do circuito de valorização do capital financeiro. Também implicou o completamento da desindustrialização que somada as novas *Leyes de Flexibilización Laboral*, mancaram elevados níveis de desemprego e uma ainda mais crua superexploração do trabalho.

Para garantir o completamento deste projeto as classes dominantes não se privaram de apelar ao aparato repressivo que, pelo menos nos níveis operacionais, nem tinha passado pelos

juízos da década de 1980 por ter sido salvos pelas leis da impunidade (e os que tinham sido condenados foram indultados), para reprimir o protesto social e criminalizar tanto o conflito entre as classes como a própria condição de pobreza das classes subalternas.

Considerando esses elementos, voltemos a considerar o fato de que, como dito anteriormente, a data de 24 de março de 1976, constitui um nó que organiza a narrativa da memória. Se concordarmos com Ricoeur (Vv.Aa.2002), em que a memória é seletiva e que a sua seletividade não é aleatória, então nos caberia perguntar quais os propósitos a que é funcional essa demarcação, qual a compreensão que nega e qual compreensão que habilita. Desde o ponto de vista do que habilita, parece inegável que o reconhecimento da ditadura como um estado de exceção em matéria de violação de direitos humanos, têm sido favorecido. Na experiência de outros países da região, por exemplo, Brasil em que a memória da ditadura é muito mais a memória do ‘milagre econômico’ que o da perseguição, exílio, tortura, morte efetivas políticas de ‘reconciliação’ e ‘anistia’ fizeram parte dos processos de transição à democracia, jogando um manto de *desmemoria* que foi cobrindo as políticas governamentais de violação dos direitos humanos. A transição na Argentina, segundo Portantiero (*Apud.* Aboy Carles, *in* Novaro *et al.* 2004: 36), pode ser caracterizada como uma transição negociada ainda que com características particulares. Mas o próprio Aboy Carles (*In* Novaro *et al.*, 2004: 37) chama a atenção para o fato de que a idéia da transição negociada deixa na sombra a “implosão do poder militar” acontecida no processo da “Guerra de las Malvinas”

Aquela operação concebida para dar coesão às próprias Forças Armadas e gerar consenso social para uma estratégia de continuidade derivou num cenário oposto ao procurado pelos hierarcas militares. A anarquização das Forças Armadas e o repúdio social ao poder militar constituíram o resultado da rendição. O enfraquecimento do poder militar minou seus recursos de negociação perante as forças políticas: porém em sentido estrito os acordos limitaram-se as características do cronograma e legislação eleitoral. (*op. cit.* 2004: 37. T.P.)

Possivelmente por conta disso as Forças Armadas não conseguiram estabelecer compromissos que garantissem a anistia e as “salvassem” das denúncias sobre terrorismo de estado que vinham sendo divulgadas pelos Organismos de Direitos Humanos. O enfraquecimento das Forças Armadas, somado à ativa militância dos Organismos de Direitos Humanos, constituem talvez as determinações principias da continuidade, em termos de

memória, entre ditadura e democracia, que determinaram que em 1983 não se fechasse o capítulo do terrorismo de Estado, da repressão, da morte, da tortura, etc. No entanto precisa ser notado que a ditadura 1976/1983 não constitui um estado de exceção só em matéria de direitos humanos (ver ponto 1.2.7)

Por outro lado, desde o ponto de vista daquilo que nega, o fato da “memória coletiva” chegar até 1976 constitui-se num limite em face da própria historicidade do processo. Para compreender por que aquilo aconteceu e por que aconteceu dessa forma? Na memória argentina o manto de esquecimento não foi cúmplice da ditadura, no sentido de apagar as lembranças do terrorismo de Estado, mas caiu sobre o processo prévio à ditadura. Ao longo destes anos a ‘memória’ foi sendo generosa em contemplar respostas para as perguntas sobre “o que aconteceu”, mas encontra muitas dificuldades para construir respostas às perguntas sobre “por que aconteceu”.

Em torno do golpe de 1976, sustenta Zibechi (2003), fechou-se um ciclo do movimento social na Argentina, o ciclo das lutas operárias. Um ano depois, no bojo da ditadura militar, abre-se segundo o autor um novo ciclo do movimento social, com novos atores, novas formas de luta e até novos objetivos, um ciclo em que os chamados Organismos de Direitos Humanos (*Madres de Plaza de Mayo, Familiares, Hijos, Abuelas*), ocupam um lugar central. Ele chama a atenção fundamentalmente para a relevância da Organização *Madres de Plaza de Mayo*³⁶ e *Hijos*.

‘Madres’ teve um papel determinante na formação das gerações de jovens lutadores quanto no imaginário social argentino, tanto pela potencia da sua irrupção quanto pelo fato de que durante um longo período ocupou o centro da cena das mobilizações populares, ganhando grande reconhecimento por seu posicionamento ético. (*op .cit*, 2003:39. T.P.)

O autor assinala que o fato da organização Madres de Plaza de Mayo ser constituída por mulheres-mães, coloca-nos em face de um sujeito tradicionalmente marginalizado da

³⁶ A organização registra como data de sua fundação o 30 de abril de 1977, no entanto essas mulheres começaram a se conhecer desde 1974, quando a Triple A, começou a fazer os primeiros seqüestros. As mães dos seqüestrados começaram a recorrer às delegacias, hospitais, ministérios, igrejas, cárceres, buscando seus filhos. A quantidade de mulheres que iam de uma instituição a outra se aumentou a partir do golpe de Estado. De tanto se encontrarem começaram a se reconhecer e a traçar estratégias comuns. Por conta da não obtenção de informações decidiram pedir audiência na Casa Rosada, na sede do poder executivo, e ficaram lá fora, na praça esperando. A partir de então começaram a se reunir na praça. (Cfr. Historia de las Madres de Plaza de Mayo, 2006)

política institucional que, conseqüentemente, fica livre de ser “deformado por essa atividade”, não burocratizado, quer dizer não marcado por uma racionalidade instrumental, alheio às tradições dos partidos e das organizações da classe operária. Esse fato resgatado por Zibechi como um elemento positivo no sentido de trazer novidade à própria organização e renovação do movimento popular, pode ser pensado como um elemento que contribui com a ruptura da memória em 1976. Essas mulheres-mães começam a se dar conta do processo histórico a partir do momento em que se torna explícito, consciente para elas, que foram atingidas pelo movimento histórico.

As Madres, “foram capazes de ver a política institucional de outra maneira, ver e sentir seus aspectos opressores, incluindo aos partidos de esquerda em que tinham militado seus filhos” (*op. cit.* 2003: 46,47 T.P.), antepondo, na dinâmica de construção da própria organização, visibilidade à clandestinidade, trazendo uma crítica da burocratização das organizações tradicionais de luta, traçando pontes entre política e vida cotidiana e construindo, diz o autor, uma ética dos sentimentos que seria diferenciada de uma ética da ideologia, o que implicaria unidade de meios e fins. O autor reconhece as Madres como sendo propositivas de novas lógicas de construção, diferentes, antagônicas, opostas, críticas, de outras lógicas de construção, incluindo até as lógicas de construção dos filhos. A crítica detectada pelo autor é deduzida da dinâmica de construção, no entanto não parece constituir uma reflexão sistematizada e articulada que faça parte do ideário organizativo.

As “Marchas de la Resistencia” (Passeatas da Resistência) que a partir de 1981 foram convocadas pelas Madres, congregaram milhares de pessoas e contribuíram fortemente na construção da sua legitimidade. Com o decorrer dos anos foram acrescentando às consignas da luta dos Organismos de Direitos Humanos, consignas que eram o imperativo do momento da luta dos setores populares.

Por outro lado, a organização HIJOS³⁷, faz a sua aparição pública em 1995, num momento diz Zibechi (2003) em que começa a se construir um relato comum sobre o terrorismo de Estado. Num “clima social” de inflexão no qual os relatos sobre a ditadura dos Organismos de Direitos Humanos, tinham atingido hegemonia.

³⁷ HIJOS. Acrônimo de Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio. Organização constituída pelos filhos de desaparecidos, assassinados, presos, torturados e exilados pela última ditadura.

O autor sustenta que a organização HIJOS se propõe um resgate crítico da geração dos pais. O que inclui como eixo central uma releitura da memória que os recupere como lutadores e não só como “vítimas inocentes” do terrorismo de estado ou como “delinquentes subversivos”³⁸. Identifica que mesmo nos modos de fazer há uma crítica aos “modos tradicionais da política”, refere-se fundamentalmente aos *escraches*. Os *escraches* se organizaram como uma forma de “condenação social” dos criminosos da última ditadura militar, condenação da qual a institucionalidade burguesa os tinha poupado ao longo da década de 1990. Os *escraches* se apresentam como um novo modo de fazer política e uma nova estética da luta em que “aos tempos do protesto, o carnaval e o teatro se amarram, e se enlaçam questão intimamente relacionada com a reconstrução do tecido social” (*op. cit.*, 2003:60)

Neste sentido, a organização identifica que a ditadura agiu com o objetivo de destruição do tecido social a fim de garantir as condições para o desenvolvimento da estratégia neoliberal, que de fato encontrou a partir da ditadura um território muito fértil. E nessa direção qualifica o debate no interior da construção da memória na medida que situa a ditadura como uma estratégia de um setor, em geral composto por militares, a igreja católica e os interesses norte-americanos, para o desenvolvimento de um projeto econômico, político e social. Talvez essa leitura, ainda que certa, poderia ser pensada à luz de uma compreensão que coloque à ditadura como estratégia política da burguesia, para a consolidação de um projeto de desenvolvimento do capital que antecede a própria estratégia.

Como vem sendo discutido, a memória não se dá de uma vez e para sempre. Ela é uma disputa entre as classes, e poderíamos dizer, ainda que não seja pensada nesses termos, que implica num processo de avanços, de retrocessos, que às vezes dependem de informações que se revelam e outras da acumulação de forças dos diferentes setores para sustentar um eixo de compreensão.

Num trabalho em que organiza alguns traços da construção da memória na Argentina, Jelin (2002) propõe a identificação de três fases desse processo. Mostra um primeiro momento que vai desde os anos da ditadura até os primeiríssimos tempos da democracia, em que o incipiente movimento de direitos humanos começa a colocar em destaque os direitos humanos

³⁸ Essa posição pode ser convalidada em “Reivindicamos la lucha de nuestros padres y sus compañeros por un país justo y solidario” em www.hijos-capital.org.ar

e sua violação pelo regime ditatorial. Assinala que é nesse marco que começa a se construir a figura do “desaparecido”. Paralelamente, as Forças Armadas sustentavam um discurso em que aparecia como central a idéia de uma guerra em que estavam sendo vencedoras. No processo de transição para a democracia a questão da violação aos direitos humanos se impôs sobre o “discurso da guerra”. Assim, nos tempos de re-configuração da democracia a luta armada, a militância, os tempos de alta conflituosidade foram ficando assombreados e esquecidos.

Para quem olha retrospectivamente através dos cristais da memória não é difícil pensar o tempo da ditadura militar encerrado em si mesmo. Sete anos que constituem uma totalidade com começo e fim, e com elementos que pertencem só a esse tempo histórico. Ao escutar as seguintes palavras: tortura, exílio, repressão, ações armadas, seqüestros, desaparecimentos, entre muitas outras, somos remetidos diretamente a um tempo específico, particular, já enclausurado. Mas o “vivente” daqueles anos não tinha essa perspectiva, não tinha uma memória enclausurada entre 1976 e 1983, não tinha memória de um processo fechado em si mesmo porque aqueles desenvolvimentos ainda não tinha tido fechamento, não tinha a perspectiva das dimensões que o terror ia tomar³⁹.

Os grupos armados e não armados, as organizações combativas da classe operária e de setores da pequena burguesia, a própria dinâmica ao interior das fábricas, que os textos que recuperam a militância nos anos setenta trazem para nós, não têm um lugar na memória sobre os anos da ditadura. Talvez os militantes, seus discursos foram se apagando na medida que a repressão os atingia, foram passando para a clandestinidade, pode ser. Mas ainda tenham passado para clandestinidade devem ter tido algum tipo de existência que não é recuperado nos relatos, construídos pelos organismos de direitos humanos, sobre a memória da ditadura.

Jelin identifica como um segundo momento na construção da memória aquele que se deu nos primeiros anos do governo democrático em torno de dois eixos: por um lado a “Teoria de los dos Demônios”⁴⁰ a partir da qual foi se construindo uma “interpretação baseada em um

³⁹ Para dimensionar esta questão conferir PLIS-STERENBERG, Gustavo **Monte Chingolo. La mayor batalla de la guerrilla argentina**. Buenos Aires: Planeta, 2003, pág. 214. O autor traz a conversa entre duas militantes que “tinham estado juntas na escola de formação militar do ERP, (...) ‘Quanto tempo faltava para a tomada do poder? e Que cada uma faria depois da revolução?’ Eram os temas favoritos. Segundo seus cálculos ‘faltavam uns dez anos, então para 1985 tomariam o poder’(T.P.) Para 1985 estavam sendo julgados os militares que foram a face visível da ditadura.

⁴⁰ A “Teoria de los dos Demônios” emana do prólogo ao informe “Nunca Mas”, elaborado pela CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas) CONADEP. **Nunca Mas**. Buenos Aires: Eudeba, 1986. Também disponível em <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/>. A CONADEP foi criada pelo presidente

cenário de forças violentas em luta”, no meio das quais ficava a “cidadania”, alheia às lutas, ignorante dos acontecimentos. Por outro lado, as denúncias e a efetivação dos juízos aos ex-comandantes em 1985, colocou como figura central à vítima do terror imposto pelos que estavam sendo julgados, a figura da vítima foi então sendo lavada do seu engajamento político, foi construída como receptor quase passivo da violência estatal⁴¹.

Nesse ponto chama a atenção que a “memória” não recupere o fato de que os chefes das guerrilhas Montoneros e ERP também foram condenados. O 15 de dezembro de 1983 o presidente Raúl Alfonsín sancionou o decreto 157/83 e o decreto 158/83. Através do primeiro dava a ordem de ajuizar aos chefes dessas guerrilhas e a traves do segundo mandava ajuizar às três juntas militares que tinham governado o país durante a ditadura. Os dirigentes da guerrilha e seus destinos foram “desaparecidos” pela memória, assim não foram construídos como vítimas, nem como heróis, também não foram interpelados pela memória.

Refletindo sobre o caráter desses juízos, e ainda reconhecendo a relevância deles, Rozitchner (2006), chama a atenção para o fato de que contribuíram para a cristalização dos militares como únicos responsáveis do horror.

Os militares, com suas cabeças e seus corpos preparados para o extermínio, enquanto têm, valentes, todas as armas destrutivas nas mãos, só existem na medida em que estão ao serviço de interesses que os sustentam, lhes proporcionam suas tecnologias destrutivas e, por último, lhes atribuem a tarefa na estratégia imperial cujo desígnio, junto com os outros poderes, consiste em expandir um sistema de domínio mundial do qual todos eles vivem. (*In Vv. Aa.* 2006: 250)

Segundo a autora abriu-se uma nova e terceira etapa no processo da memória quando o “Estado já tinha reconhecido a legitimidade das demandas pelas violações aos direitos humanos e contava-se com uma ‘verdade’ juridicamente estabelecida” (*op. cit.* 2002: 73 T.P.). Então começam a se recuperar memórias sobre a militância, sobre as atividades políticas das “vítimas” e não só as violações a que foram submetidas. Reconhece que o fato das novas gerações entrarem no cenário com novas perguntas contribui para a realização desse processo.

Alfonsín cinco dias depois de assumir o mandato, com o objetivo de investigar a violação aos direitos humanos durante a ditadura que estava se encerrando. O informe foi a base utilizada pela promotoria na acusação durante os juízos aos militares.

⁴¹ Segundo relata Jelin (2002) e a modo de exemplo, durante os juízos aos ex-comandantes os juizes denegavam perguntas respeito a filiação políticas das testemunhas.

Ela não aprofunda neste texto o processo de construção da memória na década de 1990, período que pode ser estendido até 2001 ou mesmo até a 2003, data da posse do presidente Nestor Kirchner, que abre uma nova etapa no processamento da memória.

Além de mostrar os conteúdos que foram ganhando lugar de relevância na “memória argentina”, a autora mostra como o tempo da memória não é um tempo linear, não é cronológico, ou racional. Os processos históricos ligados às memórias de passados conflituosos tem momentos de maior visibilidade e momentos de latência, de aparente esquecimento ou silêncio “. (*op. cit.* 2002:74 T.P.).

Ao interior do que Jelin reconhece como um terceiro período na construção da memória, que temporalmente poderia se situar na década de 1990, Zibechi (2003) reconhece uma mudança radical nessa construção. Em torno dos atos comemorativos dos 20 anos do golpe, em março de 1996, se instalou uma sensação de que aquilo atingia toda a sociedade. Na passeata do 24 de março desse ano não assistiram só militantes dos organismos de direitos humanos, mas famílias completas, outras organizações. Instala-se na sociedade um clima diferente. Nos colégios começa a se falar do golpe 1976, nesse 24 de março se faz um minuto de silêncio antes de começar cada jogo de futebol. O autor identifica como possíveis razões desse processo de inflexão a difusão durante o ano anterior das declarações do Capitão Scilingo⁴², em que o horror era pela primeira vez relatado pelos verdugos. A partir de tais declarações a credibilidade nos relatos das vítimas totalizou o espaço da memória, pulverizando a “Teoría de los dos demonios” e cristalizando a idéia de que tinha acontecido mesmo um genocídio. Sustenta que essa virada teve lugar graças ao processo de lutas que os Organismos de Direitos Humanos estavam mantendo há quase duas décadas.

2.4. Uma memória?

Anteriormente⁴³ Walter Benjamin foi colocado como uns dos autores que tinham, ao longo da história, refletido sobre a memória, no entanto também foi assinalado que seus desdobramentos não tiveram amplas repercussões nos estudos posteriores sobre a questão. As idéias que se tornaram diretrizes teóricas nos desenvolvimentos sobre memória coletiva,

⁴² Cfr. VERBITSKY, Horacio. **El vuelo**. Buenos Aires: La Página/Sudamericana, 2007

⁴³ No ponto 2.1

ficaram muito mais ligadas às propostas de Maurice Halbwachs. A memória coletiva ficou sendo a memória de coletivos, grupos, de comunidades, em geral não pensados a partir de um corte de classe. No entanto, para os fins perseguidos neste trabalho é fundamental rastrear as possibilidades de discutir a construção da memória coletiva por dentro do processo das classes sociais. Para isso se debruçar sobre o pensamento de Walter Benjamin resulta iniludível.

Os tempos em que desenvolveu sua obra, foram tempos em que

Crescia o fascínio pelo prestígio das ciências naturais, pela exatidão quantificada de seus resultados, por sua aplicabilidade técnica; desprezava-se o lado destrutivo do pensamento dialético; minimizava-se, assim, o alcance das destruições provocadas na história pela exploração classista e, com maior gravidade, pelo capitalismo. Os operários socialistas eram levados a pensar de acordo com critérios evolucionistas, inspirados em leituras apressadas de Darwin: eram levados a crer que as sociedades deviam passar naturalmente por estágios evolutivos sucessivos, análogos aos das espécies zoológicas. O desenvolvimento das forças produtivas lhes traria, desse modo, inexoravelmente, de maneira mais ou menos automática, a libertação. (Konder, 1989: 78).

O último texto redigido por Benjamin foi chamado por ele *Sobre o Conceito da História*. Organizado na forma de vinte teses (dezoito numeradas mais dois apêndices). Nelas dá algumas pistas metodológicas que favorecem a compreensão do *Trabalho das Passagens*, obra à que dedicou grande parte do seu esforço intelectual e ficou inconclusa. Nas teses Benjamin apresenta os fragmentos do que seria sua filosofia da história.

Na introdução ao seu estudo das *Teses*, Löwy (2005) reconhece três fontes diferentes em que se nutre a original filosofia da história do Benjamin. Uma dessas fontes é o romantismo alemão, na sua crítica ao espírito racional da Ilustração, ao culto da racionalidade moderna como racionalidade universal, intrinsecamente emancipatória. Outra das fontes que nutrem o pensamento do Benjamin é o messianismo judaico, não no sentido de uma busca de contemplação de verdades absolutas e eternas, nem tampouco no sentido de reflexão sobre a natureza da entidade divina. A tradição judaica exige a rememoração do passado em oposição à adivinhação, a busca do conhecimento futuro. Benjamin rejeita um olhar sobre a história submetida ao futuro, já que pretender conhecer o futuro implicaria se condenar à passividade, esperar que o inevitável suceda. Por tanto também rejeita as previsões científicas do materialismo histórico. A terceira das fontes reconhecida por Löwy (2005) é o Marxismo,

numa versão heterodoxa do que era considerado o “marxismo oficial”. No entanto, diz o autor, não pode se lhe negar que seja materialista. Para Benjamin não existe redenção sem transformações revolucionárias da vida material, ainda que reconhece alta relevância aos componentes espirituais da luta de classes, como motivadores para a ação.

A filosofia da história do nosso autor joga um manto de suspeita sobre o que seria uma história *historicista* que “reivindica a singularidade de cada momento da história humana, independentemente do seu lugar no processo global” (Gagnebin: 1982, 61). Cujo ideal é a construção de uma história universal configurada a partir de uma agregação de acontecimentos sobre um tempo linear, homogêneo e vazio. O pensador que aceita estas premissas constrói a ilusão de que seu interesse é meramente “científico” desconsiderando a relevância do seu próprio presente na compreensão do passado. Entende Benjamin que o pensador que se apresente como neutro, que pretenda reunir informações objetivas sobre os fatos reais, necessariamente ficará numa identificação com os vencedores, aderindo à visão dos poderosos que só admitem uma história que lhes permite conservar seus privilégios.

A partir da tese oito, Benjamin discute com o historicismo, a partir da identificação da norma que estabelece um tipo de padrão histórico. A legalidade que rege a doutrina progressista é a do progresso histórico, o desenvolvimento de uma evolução que existe na medida em que são conquistados graus maiores de liberdade, democracia, paz. Para o autor, pelo contrário, a norma tem sido a opressão, a barbárie, o triunfo dos vencedores. Em torno desta discussão introduz a noção de ‘estado de exceção’, que não é senão um salto para fora da norma, uma ruptura. Löwy (2005) situa o pensamento de Benjamin no contexto da ameaça do nazismo e analisa que, para a doutrina progressista, o nazismo é um estado de exceção à ordem e ao progresso, no entanto para ele é uma expressão da continuidade histórica da dominação. Segundo a história que conhecemos, a regra tem sido a dominação, a submissão, a exploração de uma classe por outra. Os momentos de liberdade foram rupturas dessa regularidade, expressões das tentativas de auto-emancipação dos oprimidos.

Benjamin vai à busca da história tentando encontrar o impulso emancipatório que a racionalidade própria da sociedade burguesa tinha perdido. Segundo Konder(1989: 46) era uma preocupação para ele entender como sendo o conhecimento histórico teria possibilidade de compreender a própria lógica da história, com essa preocupação foi mergulhar no

pensamento de Hegel e fiz uma rigorosa leitura d' O Capital. Por conta disso recomenda ao historiador materialista a negação do que está posto, já que o posto é a história dos vencedores, e o convoca a escrever uma outra história ou uma anti-história, sob um olhar que *escove a história a contrapelo*, sustenta na tese sete, com o fim de encontrar os traços da história dos vencidos. A história dos vencidos não está sistematizada como a memória dos vencedores, tem que ser procurada entre as ruínas tanto do mundo das coisas como do mundo do pensamento, como consignado anteriormente. Portanto implica não só um relato, senão a elaboração de uma memória prática, uma junção de memória e experiência.

Com a memória prática se propõe fazer emergir os impulsos emancipatórios do passado, plasmar no presente as esperanças derrotadas como um apelo vigente por um futuro diferente. Propõe pensar uma linha de continuidade histórica entre as classes, opressores com opressores e oprimidos com oprimidos, o que permite pensar nas relações de dominação para além dos limites do capitalismo. Pensar as relações de dominação em sistemas anteriores ao capitalismo e concatená-las com as relações de dominação no marco deste, coloca, também, a possibilidade de pensar que sistemas posteriores ao capitalismo, também poderiam se fundar em relações de opressão. O passado pode ser salvo, a história dos vencidos pode ser arrebatada ao esquecimento, no entanto nada garante que não seja perdido novamente, por conta disso a memória deve contribuir com a libertação dos vencidos de ontem e de hoje. (Cf. Gagnebin, 1982:73). Deve consumir o combate emancipatório. Nesse sentido na teses dois da ao caráter prático da memória um conteúdo de *redenção*, apresentada ali como rememoração histórica das vítimas do passado, como reparação coletiva no plano da história. Benjamin atribui um caráter redentor à rememoração capaz de atualizar o sofrimento das vítimas aparentemente enclausurado no passado

Assim, há um chamado urgente do nosso pensador para produzir uma crítica às perspectivas que pensam a história como um processo contínuo de progresso em cujo final se encontra necessariamente a emancipação humana. Sustenta que o sentido da história só pode ser a emancipação humana, mas discute a idéia de há nela um *telos* emancipatório, quer dizer a emancipação pode não acontecer.

Nas teses um e dois encontra-se uma crítica fundada na consideração de que o materialismo histórico, na experiência real, tinha perdido seu potencial emancipatório nesse

sentido, o que em grande parte tem a ver com o fato de ter circunscrito a teoria revolucionária aos limites da racionalidade burguesa da ciência moderna. O apelo à teologia então tem a ver com a recuperação de outras formas de racionalidade que questionem a pretensa “neutralidade” e “universalidade” do pensamento burguês.

Benjamin procura então recuperar o impulso emancipatório através de uma crítica moderna da modernidade. Sua crítica ao progresso e a sua defesa da descontinuidade histórica, o conduzem à construção de uma forma heterodoxa do relato da emancipação.

A memória é então, “salvar o que já fracassou, resgatar a memória dos sem nome, escutar a voz dos vencidos” (Guilis *in* Vv. Aa. 2006: 281 T.P.). Memória implica necessariamente um olhar retrospectivo, uma ida até o sucedido, mas necessariamente implica, também, uma interrogação sobre o próprio ponto de partida, sobre o próprio presente. Não prestar atenção no presente pode implicar que o poder realize uma apropriação política do passado, que lhe outorgue conteúdo à memória e a transforme em coisa julgada, porém fechada, acabada.

Na linha de discussão que põe em questão a construção cristalizada da memória, Grüner, (2005) no ensaio *Dicen que la memória es el olvido*, pensando a realidade “A historia está feita para aqueles que nos dão ela servida e mastigada, como e quando eles tem vontade (mas não) para os sujeitos que a fazem sem saber que a fazem e por tanto que a sofrem sem saber por que”(op.cit. 2005: 159. T.P.) Frequentemente se vincula esse sofrimento, sustenta o autor, com a falta de memória; de fato é freqüente que no discurso em torno da história se repita “lembrar para não repetir”. No entanto Grüner (2005) chama a atenção sobre a necessidade de esquadrihar na proliferação de discursos que tentam encher os argentina sustenta que silêncios a fim de evitar a multiplicação de perguntas para as que ainda não foram formuladas respostas, perguntas sobre as próprias faltas.

Também Guilis (*In op. cit.*,2006) adverte sobre esse mecanismo de ruptura, e chama atenção para a falácia encerrada na consigna *Recordar para não repetir*, saber o que aconteceu não é uma condição necessária nem suficiente para que algo não se repita, isto já foi demonstrado na nossa história, acontecimento depois de acontecimento.

No caso argentino, por exemplo, o paradigma desta operação tem sido o informe da CONADEP, conhecido como “Nunca Más”, nome que alude, justamente, a que se “sabemos”, “nunca más” se repetirá. O mesmo texto diz que seu objetivo é ‘implantar formas, valores, hábitos democráticos na sociedade e suas instituições como a melhor segurança para o futuro’. Seria bom se perguntar: antes do genocídio esses mesmos hábitos e instituições paradigmáticos da Modernidade não estavam já instalados? Não só não puderam evitar o horror senão que muitos desses hábitos e dessas instituições criaram as condições para que o horror se produza. (*op. cit.*, 2006:284)

Grüner(2005) propõe pensar uma “Teoria política da memória histórica”, baseada sobre dois textos que entende serem fundamentais. São o capítulo primeiro d’O Capital, de Karl Marx e o artigo Fetichismo do Sigmund Freud.

No capítulo primeiro d’O Capital, através de suas análises da mercadoria Marx mostra como o racionalmente moderno modo da produção capitalista esta sustentado por uma forma “religiosa”, que é o fetichismo da mercadoria. Opera de tal forma a ideologia burguesa dominante com suas formas de ocultação que logra efetivamente que se esqueça o processo de constituição do objeto-mercadoria, ainda que há 150 anos tenham-se notícias de tais ocultações.

Sustenta que Freud desenvolve, neste ponto, um pensamento análogo ao de Marx, já que entende que a constituição do “objeto-fetice é possível (...) por conta de uma operação que conserva o rastro inconsciente da percepção (...), mas apaga da memória a lembrança traumática” (*op. cit.* 2005: 161).

È claro então que tanto para Marx quanto para Freud, a constituição do fetiche é um processo que oculta alguma coisa, que apaga, que esconde, que deixa alguma coisa como segredo. Entende Grüner (2005), então que nos marcos da cultura capitalista a memória comercializa-se como uma mercadoria, oculta sob muitas formas fetichizadas. Propõe uma primeira forma que é mais trivial, que tem a ver com as modas, a roupa, a aparência, os programas da televisão. Uma outra forma, mais sutil, e também mais insidiosa é a fetichização da memória histórica como uma advertência para o presente. O que aparece como mais sutil é que aquilo que se coloca como conteúdo da memória, aquilo que se lembra pertenceria ao passado. Uma das conseqüências deste tipo de mecanismo postos em jogo pela ideologia dominante, é a descontinuidade das lutas sociais ou então a dificuldade para perceber as linhas de continuidade entre elas.

Memória, diz, “é possivelmente a palavra mais usada pelos meios de comunicação para falar da história recente dos argentinos” e reconhece como paradoxo que a falta de memória ou o “olvido”, se for pensado em termos positivos, é aquilo que é mais lembrado, e se pergunta se não será que “a produção de um discurso, sua proliferação e ramificação até a náusea é a melhor forma de controlar os efeitos indesejáveis do silêncio” (*op. cit.* 2005:160 T.P.).

Aquilo que falta, o que se esquece, o que se esconde, o que se escurece, fica apagado na constituição do fetiche, que não é outra coisa que colocar o nosso presente, que é uma parte da história, no lugar do todo, a memória se configura como lembrança permanente de um passado que já deixou de existir, lá longe quando acabou. Então resulta relevante se perguntar: Quando acabou o passado? Quais as coisas do passado que acabaram? Quais permanecem como continuidade?

2.5. Os Direitos Humanos

A questão da defesa dos Direitos Humanos, como foi dito no começo deste capítulo, tem sido um eixo em torno do qual foram se configurando os processos de memória na Argentina⁴⁴ pós-ditadura. No relato da memória, um dois elementos que estruturaram o discurso foi a necessidade de conservar a lembrança de que os Direitos Humanos tinham sido violados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada o 10 de dezembro de 1948 pela ONU, subjaz como referencial nessa construção. De fato as duas datas que foram congregando aos Organismos de Direitos Humanos e à população a “pôr em movimento” a memória, são o 24 de março (aniversário do golpe de 1976) e o 10 de dezembro (aniversário da Declaração dos Direitos Humanos da ONU).

A defesa dos Direitos Humanos é um patamar de consenso inquestionável sobre o qual se estruturam os discursos das mais variadas vertentes. Embora seja possível advertir que na sociedade argentina a partir das décadas de 1980 (após acabadas a seqüência de ditaduras militares que se prolongou, intercaladas com pequenos períodos de democracia, por 50 anos),

⁴⁴ Chamo a atenção para o caso argentino por ser a preocupação central deste trabalho, no entanto a lembrança da violação dos direitos humanos tem sido um eixo importante na configuração na memória da pós-II Guerra Mundial. Isto ocorre, portanto, com o holocausto judeu, mas também com as memórias pós-ditadura de outros países do cone sul, como Brasil, Chile e Uruguai.

a questão “Direitos Humanos” tornou-se central nos discursos e nos programas da esquerda. Isto constitui fato novo, já que ao longo da história esse debate, pelo menos nos termos que ele se apresenta hoje, não foi uma preocupação da esquerda.

O debate sobre Direitos Humanos longe de surgir no bojo da luta da classe trabalhadora tem uma origem burguesa e uma inspiração claramente iluminista. O primeiro documento moderno que reivindica os Direitos Humanos é a “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão” redigido no calor da Revolução Burguesa de 1789, na França. A burguesia que por enquanto se apresentava como classe universal apresentou aquela declaração como plena de universalidade.

Segundo Mészáros (1993) Marx já tinha percebido o caráter falaz de tal universalidade, identificando a impossibilidade da concreção dos ditos Direitos Humanos na sociedade burguesa, no entanto esta se apresenta a si mesma como o âmbito privilegiado para a efetivação deles. O caráter falaz radica na consideração dos direitos do homem sob a abstração das condições materiais dadas:

Como podemos ver, o argumento de Marx é que a “abstração” que testemunhamos não é apenas um traço da teoria jurídica, que em princípio poderia ser remediado através de uma solução teórica adequada, mas uma contradição insolúvel da própria estrutura social. As teorias burguesas que defendem de maneira abstrata os “direitos do homem” são intrinsecamente suspeitas porque também defendem os direitos da alienabilidade universal e posse exclusiva e dessa maneira contraditam necessariamente e invalidam efetivamente os mesmos “direitos do homem” que pretendem estabelecer. (*op.cit.*, 1993: 205)

A crítica de Marx não seria então dirigida aos direitos humanos enquanto tais, mas à ilusão jurídica que habilita o “uso dos supostos direitos do homem como racionalizações pré-fabricadas das estruturas predominantes da desigualdade e da dominação”. (*op.cit.*, 1995:207)

Assim sendo, e colocada nessa perspectiva, a Declaração da ONU, de 1948 aparece como uma ratificação daquela ilusão jurídica no âmbito internacional. Disso, o que chama a atenção não é o fato do capital expandir as suas estratégias de dominação e sim que o seu programa seja aceito como parte dos ideários das classes dominadas, dos setores pretensamente progressistas.

Mas centrando a nossa atenção novamente no caso argentino, como já foi dito, o debate sobre Direitos Humanos emerge claramente e se aprofunda a partir da última ditadura militar. O processo da ditadura que teve lugar entre 1976 e 1983 é chamado de *guerra suja* fundamentalmente por seus executores⁴⁵, e isso tem implicações no que depois será estruturado como a defesa dos direitos humanos. Zaffaroni (*In Vv.Aa.*, 2006), chama a atenção para o fato de que “como a guerra suja é *guerra*, não se trata as pessoas conforme ao direito penal, mas como, além disso, é *suja* tampouco se aplicam os convênios de Genebra sobre prisioneiros de guerra. Aplica-se o quê? Um sistema penal paralelo e outro subterrâneo”. (*op.cit.*, 2006:135 T.P.) Por conta do sistema penal paralelo se mantiveram pessoas privadas da liberdade por tempo indeterminado, sem serem submetidas a juízo e a disposição do poder executivo. “O sistema penal subterrâneo se copia dos totalitarismos de entre - guerras europeus e funciona à margem de toda legalidade” (*op.cit.*, 2006:136 T.P.). Amparados nesse sistema subterrâneo os agentes estatais podem sem nenhuma restrição seqüestrar, assassinar, roubar, estuprar, torturar até fazer desaparecer.

As ações que podem ser expressas sob esses verbos sem dúvida constituem violações aos direitos humanos, embora retomando o raciocínio que Mézáros nos colocou, a vulnerabilidade da condição humana no sistema capitalista é muito mais abrangente. Parece razoável, portanto, prestar atenção no fato de que no marco da sociedade burguesa o que é considerado violação aos direitos humanos não é a vulnerabilização humana mesma, porém, aquela que se faz por fora do sistema penal cristalizado como ferramenta do Estado burguês.

León Rozitchner (2006) previne o fato de que o ajuizamento e as condenações que os militares receberam, e que hoje voltam a receber, podem se converter numa operação política de encobrimento que restrinja a defesa dos direitos humanos à destruição sangrenta da vida por parte das Forças Armadas, eliminando da cena aos detentores e representantes do capital que precisavam da *destruição sangrenta da vida* para a materialização do seu projeto que estava há anos com dificuldades para se concretizar.

A ditadura foi uma pavorosa lição para que os verdadeiros derrotados do país, seus habitantes, vencidos e carcomidos pela ameaça que ainda os sombreia, não ousaram resistir e toleraram –e até exigiram, já em

⁴⁵ Cfr. no prólogo ao informe Nunca Mais. CONADEP. **Nunca Mas.** Buenos Aires: Eudeba, 1986. Também disponível em <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/>.

democracia- a implementação dos mesmos objetivos econômicos da ditadura. Quando se pensa que a democracia abre um campo de liberdade como se tivesse efetuado um corte radical que nos separa da ditadura, o que não se menciona é justamente aquilo que a fez possível: que a democracia conseguiu se instalar porque o poder político reconquistou um espaço na população submissa e aterrada que segue sentindo medo para reclamar seus direitos. Porém, sem necessidade de voltar a assediá-la com armas, a população aceitou e entregou, humilhada e convertida em cúmplice, as riquezas do país como butim de guerra.(*op.cit.*, 2003: 251 T.P.)

Nessa perspectiva, parece possível pensar que a derrota militar sofrida pelos setores da classe trabalhadora e da pequena burguesia que se propuseram desenvolver projetos de contestação ao capital se aprofunda, se agrava no marco da derrota política que implica a aceitação de um eixo de construção historicamente alheio à classe trabalhadora e a perda do horizonte emancipatório.

3. CAPÍTULO TRÊS

3.1. Disciplinamento e Trauma

Na cultura política de nosso tempo, desde a esquerda até a direita, certos sentidos comuns revolucionários ou sentidos construídos sobre a revolução, alguns muito eruditos, se nos apresentam nostálgicos ou referidos ao passado. A efetivação de um movimento que nos impulse para fora da ordem do capital e da dinâmica da sociedade burguesa, não parece ser o imperativo destes tempos, inclusive a própria estrutura de classes da sociedade burguesa parece ter se rearranjado numa multiplicidade infinita de outras identidades.

Se a modernidade burguesa colocou para a humanidade a expectativa, a esperança de que o progresso traria emancipação humana, à medida que o progresso progrediu a humanidade foi ganhando níveis maiores de alienação. Assim sendo, e sobre o patamar do debate a respeito da história que Walter Benjamin nos coloca, poderíamos coincidir com o debate contemporâneo no sentido de abandonar as expectativas sobre as potencialidades emancipatórias que intrinsecamente trairia o desenvolvimento das forças produtivas, ou em outros termos, o progresso da ciência e da técnica. No entanto, e ainda sob auxílio de Benjamin, que aquilo que tínhamos suposto seria o catalisador da emancipação humana tenha fracassado, não quer dizer que a humanidade necessariamente tenha que renunciar a atingir, por outras vias, um horizonte emancipatório.

A partir de 1848, quando “a liberdade formalmente reconhecida pela Revolução Francesa e filosoficamente compreendida pela filosofia clássica alemã desde Kant a Hegel pôde e deveu ser realizada em universal, realização do gênero, não só do mero homem/indivíduo”(Grüner, 2005,18), a revolução proletária, atrelada à idéia de progresso, se colocou historicamente como uma possibilidade de saída para fora do sistema que completaria o projeto emancipatório. Não obstante também essa expectativa sobre a revolução proletária se nos apresenta nostálgica, referida ao passado.

Na cultura política da esquerda argentina pós-ditadura, aquela que, como foi sustentado, se reorganizou em torno da construção de uma memória coletiva da violação dos direitos humanos, a idéia de revolução tem um lugar lá atrás, antes de 1976, e parece que uma barreira infranqueável a deixa no seu lugar.

A idéia de revolução que impulsiona a humanidade para fora do sistema capitalista não é descolada da figura e do pensamento de Karl Marx (e de outros intelectuais e políticos revolucionários ligados ao pensamento dele, Lênin, Trotsky, Guevara, etc.), para quem também foi reservado um lugar no passado. O pensamento de Marx é recuperado pela memória argentina pós-ditadura, até por amplos setores da esquerda como um pensamento economicista, que se colocou como vanguarda dos processos de enfrentamento das classes durante as décadas de 1960 e 1970, que funcionou como marco de sínteses de todos os conglomerados ideológicos que impulsionaram a organização e as ações das guerrilhas, da luta do movimento operário, do movimento estudantil.

De acordo com a caracterização do processo histórico realizada nos capítulos anteriores, depois da metade da década de 1970 esses processos de luta foram se apagando, desapareceram, foram reprimidos, acabaram derrotados. O sentido daquelas lutas encontra muitas dificuldades para chegar até nós (filhos da geração de 1960 e 1970), ou então nós não encontramos a forma de reconstruí-lo. “A luta pela construção de um mundo melhor”, parece ser uma licença poética à qual se apelou frente à dificuldade de expressar o sentido mais concreto da disputa política real.

Com o objetivo de ficar mais perto dessa compreensão, torna-se ineludível enfrentar a geração que nos precede com perguntas cujas respostas nos ajudem a elucidar se os projetos emancipatórios defendidos pelas classes subalternas e as idéias que os sustentavam, foram abandonados porque a experiência histórica demonstrou que não tinham sentido, que não eram necessários, que a sociedade burguesa (a democracia liberal-republicana, na experiência argentina pós-83) ia dar conta do bem estar de toda humanidade, portanto os desenvolvimentos teóricos críticos a sociedade burguesa tinham ficado caducos; ou, por outro lado, é que a experiência do perverso disciplinamento, que os setores da burguesia -cujo projeto de dominação se consolidou desde a metade da década de 1970-, comportou para as classes trabalhadoras e setores da pequena burguesia um trauma tão profundo, que não permite recuperar traço nenhum da experiência que o terror veio a dar fim.

Em função do percurso traçado nas décadas de 1980 e 1990, pela consolidação do modelo de acumulação iniciado em metade da década de 1970, a primeira opção não encontra validade na experiência histórica. Para pensar a segunda possibilidade, alguns debates sobre os efeitos da repressão ao nível psico-social podem fornecer elementos importantes.

Refletindo sobre os efeitos do trauma social, Kersner⁴⁶ (1999) assinala que pode se pensar como consequência de um efeito traumático a eliminação do acontecido com anterioridade à ruptura traumática, já que freqüentemente se identifica que aquilo contribuiu a causá-lo, e adverte sobre o fato curioso que implica a freqüência com que se propõe uma ‘memória do socialmente repressivo e um esquecimento do socialmente reprimido’.

Desde o ponto de vista dos efeitos traumáticos do terrorismo de estado, Kordon e Edelman⁴⁷ (1986) contribuem a ampliar o olhar na identificação dos afetados

Ninguém pôde se excluir, todos fomos afetados, não houve setor social ou individuo que ficara ileso, num país onde 30.000 pessoas foram apagadas da sua vida quotidiana, onde o registro do seus destinos se interrompeu a partir do seqüestro sem consideração de lei alguma que dera conta do acontecido, num país onde milhares de pessoas permaneceram por muitos anos detidas em condições inumanas e torturadas sistematicamente; num país onde milhares de familiares e amigos das vítimas diretas viveram em angustiada espera e interrogação constante dia a dia. (Kordon e Edelman, 1986)

As autoras sintetizam para nós os traços principais da estratégia de disciplinamento ideológico que acompanhou o disciplinamento político e econômico (desenvolvidas nos capítulos anteriores), a través de uma ‘ação psicológica de massas’ por meio de um controle muito rígido dos meios de comunicação e que marcou profundamente a forma em que o trauma foi processado, o que elas chamam de “prolongação dos efeitos psicológicos da repressão”.

A propaganda ideológica foi induzindo às pessoas a guardarem um silêncio que negava que alguma coisa estava acontecendo, e foi jogando sobre a família das pessoas que eram seqüestradas a culpabilidade pela desapareição: como você educou a seu filho?; você sabe que seu filho esta fazendo neste momento?; são os principais eixos da estratégia para culpar a família. Outro traço é a indução a considerar a dissidência política como uma falta de adaptação social, portanto de insânia mental. “Algo terá feito”, “Em algo andaré”, são as frases clichê de um outro traço assinalado pelas autoras, que é a valoração da desapareição de uma pessoa como prova de culpabilidade, ainda que não se saiba bem de qual. Também

⁴⁶ Os autores fazem parte do EATIP (Equipo Argentino de Trabajo e Investigación Psicosocial.), fundado em 1990. Fizeram parte entre 1979 e 1990 do ‘Equipo de Asistencia Psicológica de Madres de Plaza de Mayo’.

⁴⁷ As autoras também fazem parte de EATIP.

identificam, no final da ditadura a indução ao esquecimento, mediante o mecanismo - também assinalado por Grüner no capítulo 2- de deixar o terror dentro de um tempo passado, fechado. Por último, as autoras reconhecem a indução a diluição das responsabilidades, que implicaria que a “sociedade” é responsável pelo acontecido, quer dizer, todos e ninguém⁴⁸.

Assim sendo, segundo as proposições anteriores, os efeitos traumáticos poderiam ser considerados como parte do processo de ‘disciplinamento social’ iniciado na ditadura. Até onde pôde ser constatado no debate anterior o ‘social’ se constrói com todos os elementos que ficam fora do aparato repressivo.

Um último elemento que por enquanto resulta pertinente trazer do debate que os autores preparam, é a consideração de que o trauma não elaborado por uma geração se transmite como herança (recalcada) para as próximas gerações.

3.2. Traços para uma autocrítica

Como é que o traumático, quer dizer o que não pode ser simbolizado, que não aceita palavras que o designem, é transmitido como herança para as próximas gerações? A memória argentina pós-ditadura, dizia Grüner (2005) no capítulo anterior, se constrói sobre formas fetichizadas, essa memória que pelo menos no cone sul da América, mas também em outras regiões do mundo tornou-se uma referência de construção, parece estar apagando, escurecendo elementos centrais do processo histórico do qual pretende dar conta.

Num outro debate, mas relativo ao anterior, Grüner (2002), traz para nós a questão das possibilidades de compreensão das experiências extremas no Século XX. O que está posto como centro do debate é a viabilidade de utilizar a nossa razão, a razão burguesa para a compreensão dessas experiências históricas. Desvincular a racionalidade burguesa da compreensão destes processos pode mascarar a desesperada tentativa de absolver a nossa racionalidade da culpa de ter propiciado o horror. Uma compreensão crítica e autocrítica da nossa racionalidade implicaria talvez, aceitar a violência que a funda, e então que aquilo que intuímos como inumano tenha que ser reconhecido como propriamente humano, que no nosso debate a “violação dos direitos humanos” tenha que ser pensada também como “violação

⁴⁸ Um debate mais acabado sobre esse ponto será produzido no próximo ponto deste capítulo.

humana dos direitos”, ou sinteticamente, como “violação humana dos direitos de outros humanos”. Velar por uma “pureza incontaminada da razão”, sustenta o autor, pode implicar deixar ao inimigo o espaço aberto para semear as suas interpretações, e, portanto dirigir a nossa compreensão.

A reflexão benjaminiana sobre a história (enunciada no capítulo dois), deixa na evidência que a ciência objetiva, aquela que apela à “pureza incontaminada da razão” acaba por “mascarar a luta de classes e contar a história dos vencedores” (Gagnebin, 1982:62)

Benjamin acentua a necessidade de um desvio crítico do intérprete, a fim de alcançar a “verdade” do objeto: desvio pelas camadas de sentido com que a tradição o envolveu, desvio pelas arestas constitutivas do próprio objeto, e, sobretudo, desvio auto-reflexivo pelos próprios pressupostos metodológicos do historiador ou do crítico. (*op.cit.*, 1982:64)

A historiografia burguesa está bem longe de poder identificar por detrás da história dos vencedores, os traços das histórias que fracassaram, mais ainda as razões desses fracassos. Para se contrapor o historiador materialista, como dito no capítulo anterior deve “saber ler e escrever uma outra história, uma espécie de anti-história, uma história a contrapelo” (*op.cit.*, 1982:66), que habilite a emergência das esperanças do passado não realizadas.

No estudo introdutório a *As Lutas de classes na França*, intitulado “Marx, historiador de la práxis”, Grüner (2005b), chama a atenção para o fato de que o proletariado nasceu com uma “história” que lhe era alheia, a burguesia deu para o proletariado a sua própria história como sendo uma história universal. De fato os processos revolucionários da França do Século XIX são mantidos na escuridão pela historiografia burguesa, ao mesmo momento que esta faz um grande esforço por iluminar a revolução de 1789. Segundo Grüner, Marx tenta mostrar, tanto em *As lutas de classe na França*, quanto no *XVIII Brumário do Luis Bonaparte* e em *A guerra civil na França*,

Como as diferentes frações da classe dominante competem para se apropriar, para seus próprios interesses, da história autônoma do proletariado (...) os proletários de Marx, os ‘vencidos’ de Benjamin tem seu próprio tempo histórico, que foi invisibilizado pelo progresso histórico dos vencedores, para os vencidos, pensa Benjamin, não há progresso: eles tem que voltar a começar sempre(...)(*op. cit.*, 2005b: 32. T.P.)

Sustenta Grüner(2005b), Marx rompe com o progressismo linear da historia dos vencedores, e analisa a derrota ainda que não esteja pensando na derrota de uma revolução senão “nos restos de uma tradição pré-revolucionária”.

Sob essa advertência, e tentando não tirar da leitura que Marx faz dos processos da França em metade do século XIX um modelo para entender à Argentina de depois da segunda metade do século XX, podemos nos interrogar sobre quais das premissas que ele se coloca para entender o processo revolucionário e a derrota do proletariado na França podem nos contribuir hoje para construir uma crítica e autocrítica das nossas memórias?

Desde a perspectiva do Grüner(2005b), em *As lutas de classes em França* e n' *O XVIII Brumario de Luis Bonaparte*, Marx

Desdobra, para além de erudição e a extraordinária capacidade de penetrar analítica e dialeticamente a realidade sócio - histórica, (...), uma não menos assombrosa agudeza para descrever as mais complexas sutilezas da política miúda e quotidiana (as posições das diferentes frações tanto das classes dominantes como das dominadas, com seus entrecruzamentos e mesquinhezas, suas mudanças e permanências) sem por isso deixar de articular elas com a “longa duração” da historia da modernidade burguesa, assim como com as condições gerais das macroestruturas “duras” do modo de produção capitalista. E a longa historia da Revolução Francesa –que de maneira nenhuma culmina em 1789 nem em 1793, senão que se prolonga com diferentes roupagens no '15, no '30 e no '48- assim como do significado filosófico-político dessa historia. (Grüner, 2005b: 17-18 T.P.)

A primeira derrota do proletariado é mostrada para nós, por Marx, como um processo que vai desde fevereiro de 1848 até dezembro de 1851. Mostra a dinâmica que nesse período de tempo, adota a disputa das classes e frações de classes pela defesa dos seus interesses econômicos e privilégios políticos. Mas essa dinâmica não nos é apresentada como uma ordenação episódica de acontecimentos, em que cada momento forma uma unidade em si, mas pelo contrario, como um processo em andamento. Assim a derrota do proletariado de Paris em 1848, não chega até nós por esta via como um evento, senão na sua dinâmica como processo histórico, antecedente e decorrente das Jornadas de Junho⁴⁹. Qual o movimento das classes

⁴⁹ Nas Jornadas de Junho de 1848 o proletariado e a burguesia de Paris se enfrentaram numa luta pela conservação ou o aniquilamento da direção burguesa da revolução de fevereiro desse ano. O proletariado foi violentamente massacrado. “Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória (da burguesia) e quinze mil foram deportados sem julgamento”(Marx, 1978:25)

que se cristaliza nesse momento particular e quais os desdobramentos dessa situação, o fato ‘realmente ocorrido’ é explicado em função do que depois ‘continua ocorrendo’. Com base nessa reflexão podemos advertir um primeiro elemento que pode ser puxado da reflexão do Marx para uma autocrítica da memória argentina, tal é a consideração da *historicidade* do processo como elemento explicativo.

Intrinsecamente ligado ao princípio da historicidade, mas considerado aqui como segundo elemento só a fim de facilitar a análise, a sociedade francesa de metade do século XIX nos é apresentada de maneira nítida como sendo constituída por múltiplos componentes móveis, classes e frações de classe cujas alianças e correlações de força descrevem uma trajetória caleidoscópica. Assim sendo se obstaculizam as leituras dicotômicas que identificam para um momento particular aos setores que disputam de forma explícita, deixando os outros setores como sendo parte de um todo amorfo que costuma se chamar de ‘a sociedade’.

Por último, Marx explica a dinâmica vitória/derrota por conta das questões que estão postas em disputa e pelo processo de luta entre as classes e frações pela conservação, abolição ou criação, de traços do real. A derrota do operariado nas jornadas de junho de 1848, não nos é explicada por conta da vitória da burguesia e seus aliados nesse momento particular e sim por conta da dinâmica histórico em que estava sendo disputado um novo projeto societário. A derrota do proletariado francês em 1848 não é explicada só por conta do sangue derramado em 25 de junho, e sim por conta do processo de movimento das classes, das alianças, que fizeram com que o projeto da sociedade burguesa se consolidara sobre os cadáveres proletários.

Voltando o olhar para a memória argentina pós-ditadura, claramente a sua construção (vista no capítulo anterior) não nos explica um processo histórico. A data de 24 de Março de 1976 é uma data consagrada que atrai para si mesma e de maneira concentrada o horror dos anos da ditadura. Se os elos que ligam o processo histórico posterior a ditadura com as transformações iniciadas nela aparecem em muitas ocasiões difusos, as ligações explicativas entre a ditadura e o processo histórico anterior a ela estão muito mais ausentes.

Considerando o segundo elemento, pode se advertir que a disputa, tal como posta na memória parece como disputa dicotômica entre as forças armadas e a guerrilha, (desde as perspectivas críticas até as que sustentam a ‘*Teoría de los dos demonios*’) seja como afronta militar seja como ação repressiva de caráter terrorista por parte do Estado. Em segundo plano, como pano de fundo aparece uma sociedade quase homogênea, na qual não se diferenciam

classes sociais, portanto interesses de classes a favor ou contra a ditadura, como se fosse uma cenografia que não tem nada a ver com o movimento dos atores que se movem na frente dela. No máximo alguns grupos, por exemplo, a hierarquia da igreja católica, que é claramente identificada como favorecendo, protegendo e patrocinando as políticas de extermínio da ditadura. A memória da violação dos direitos humanos intui que os grupos econômicos tiveram alguma coisa a ver, são identificados como cúmplices, mas a ditadura aparece como um projeto das forças armadas.

Com relação à compreensão da dinâmica vitória/derrota, pode se postular que a memória construída na Argentina pós-ditatorial sobre a violação dos direitos humanos, não foi escrita pelos vencedores. Há construída uma memória dos nossos mortos, dos nossos desaparecidos, seus nomes não foram apagados, suas fotos de juventude continuam a circular nas praças, estão suas mães e seus filhos dando conta da ausência deles, conhecemos o que aconteceu com eles, como foram torturados, onde foram jogados, quem foram seus carcereiros e assassinos materiais, a memória deles não foi apagada.

Contudo, o fato da memória ficar apenas nestes aspectos pode configurar uma armadilha em face da compreensão histórica, passada e futura, já que ainda esses conteúdos, sendo altamente relevantes, não nos explicam o que estava sendo disputado. Os militares são maus por serem os culpados do genocídio, e os desaparecidos são bons por terem sido as vítimas. Mas o que era aquilo que os militares defendiam que precisava de uma ação repressiva dessa ordem para se resguardar? Uma memória dos “bons derrotados”, ainda que seja muito abundante em dados, ainda que seja perfeitamente transparente e mostre na sua totalidade a ferocidade dos “maus vencedores” – e mesmo sendo infinitamente necessária, como tem sido relevante no processo histórico – deixa sem respostas àquela pergunta.

Para entender a vitória/derrota tal vez seja preciso nos perguntarmos o que se estava disputando realmente, o que estava posto em questão. Que a guerrilha tinha a pretensão de “construir um mundo melhor” e as forças armadas reagiram sob a motivação de “combater o comunismo” -que em geral nas narrativas é reduzido a uma ameaça à moral ocidental e cristã-, se parece mais com recursos de retórica que com traços do real que possam ser encontrados na pesquisa do processo histórico. O Capítulo Um reúne o esforço de demonstrar quais as possibilidades postas em finais da década de 1960 e começos da década 1970 para a Argentina e qual de fato o projeto que a ditadura vem interromper. Mostra-se então ao longo da segunda

metade do século XX, que completar o processo modernizador fica tensionado pela disputa entre um modelo de acumulação agro-industrial concentrador da riqueza e outro de caráter distributivo que garantisse e ampliasse os direitos sociais, as condições de vida das classes trabalhadoras. Pode resultar insensato considerar que em começos da década de 1970 tinham condições históricas para gerar uma situação revolucionária que garantisse uma revolução socialista, mas pode ser bem atinado afirmar que o capital não tinha condições para consolidar um modelo de acumulação que não contemplasse os requerimentos da classe trabalhadora e setores da pequena burguesia.

Porém as frações da burguesia que se consolidam após a crise de 1973, para garantir a reprodução do capital desenvolveram uma estratégia de eliminação e disciplinamento dessas classes. Uma estratégia amplamente abrangente que implicou uma radicalização das políticas de repressão ao movimento popular transformando-as em políticas estatais de aniquilamento desses setores (desaparecimento, morte, tortura, perseguição, exílio, roubo de crianças, roubo da propriedade privada das vítimas, desarticulação das organizações, etc.), como também uma re-estruturação econômica que implicou desindustrialização, desemprego massivo, superexploração do trabalho, deterioração do salário real, além de uma forte estratégia de propaganda.

Assim, pode se pensar que a Ditadura Militar iniciada com o Golpe de Estado de 24 de março de 1976 fecha um momento do processo do capital e gera as condições para a consolidação do próximo. Portanto não é trágica só por conta do que inibe no futuro, senão também pelo que enclausura do passado.

3.3. Considerações momentâneas sobre uma reflexão inacabada.

Existe um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece estar na iminência de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estendidas. O anjo da história deve ter essa aparência. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde, diante de *nós* aparece uma cadeia de acontecimentos, *ele* enxerga uma única catástrofe que incessantemente amontoa ruínas sobre ruínas e as lança a seus pés. Ele gostaria de demorar-se um pouco, acordar os mortos e juntar novamente os cacos. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se prende em suas asas e é tão forte, que o anjo não pode mais fechá-las.

Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas à sua frente cresce até o céu. O que chamamos de progresso é essa tempestade⁵⁰.

Walter Benjamin, Sobre o Conceito de Historia. Tese IX

“... parece estar na iminência de afastar-se de algo em que crava o seu olhar...”

Se o anjo da historia crava seu olhar lá, onde ainda podem se divisar lampejos de algum impulso emancipatório, ele deve estar olhando para os tempos anteriores à ultima ditadura.

Afasta-se dos tempos em que, nos setores subalternos da sociedade argentina ainda estava posta a expectativa sobre a construção de um projeto societário universal, o que para alguns setores implicava uma reorganização do sistema capitalista e para outros setores implicava necessariamente uma saída do sistema capitalista e a construção de uma forma socialista.

Afasta-se dos tempos em que, setores desse segundo grupo, que sustentados no debate que defendia a idéia de que, nos marcos da competição geopolítica que implicava a Guerra Fria, esse era um tempo em que estava posta a atualidade da revolução para o Terceiro Mundo, e basicamente a partir da experiência da Revolução Cubana (as vezes tomada como modelo), iniciaram processos de luta armada contra os governos civis ou militares da burguesia.

Dos tempos em que para amplos setores da população (não para todos, como já foi dito) a identidade peronista implicava a promessa de uma participação progressiva dos setores menos concentrados da economia na distribuição da riqueza, uma promessa que era fundada na experiência de conquistas reais. No entanto seria necessário chamar a atenção para o fato de que essa expectativa estava fundada numa ‘memória peronista’, construída como a memória epopéica do ‘Dia da Lealdade’ mutua e recíproca entre o ‘povo peronista’ e seu líder.

O anjo da historia crava seu olhar no país em que os milhões de imigrantes europeus expulsos dos seus países teriam primeiro um pedaço de terra para desenvolver a produção

⁵⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin. Os cacos da historia.** São Paulo: Brasiliense. 1982 p. 79

agrícola (que tiveram, mas só alguns, em algumas regiões), numa terra que se proclamava como o ‘Celeiro do mundo’ e depois boas condições de venda da força de trabalho na indústria. Que na primeira metade do século XX ofereceram boas condições de crescimento individual, depois ligado as organizações do trabalho. Mas que configuraram uma sociedade fundamentalmente urbana, com um alto padrão de consumo e satisfação de necessidades. Um padrão de vida que se expressa entre outras coisas em: um sistema alimentar baseado no consumo de trigo e carne de boi, em um amplo acesso a serviços de saúde e educação (com uma porcentagem de analfabetismo significativamente baixo em comparação com os países da região, e um acesso amplo a níveis de educação superior), condições de acesso ao crédito hipotecário.

O anjo da história crava seu olhar nos últimos estertores do país em que existiam amplas classes médias como resultado de um processo de melhoramento do nível de vida da classe trabalhadora.

O anjo da história tem o rosto voltado para o passado e seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta, porque fica espantado, o projeto da burguesia na metade da década de 1970 já não mais tolera a estrutura na que ele crava os olhos. Não tolera a rebeldia da classe operária e setores da pequena burguesia, porque já não precisará mais do que de uma pequena parte dela na consolidação de um novo modelo de acumulação. As luzes do projeto progressista que tinha animado as esperanças dos imigrantes que desciam dos barcos nas primeiras décadas do século XX e que se manteve durante décadas, estavam se apagando abruptamente, e produzindo-se uma reorganização perversa do mundo material e do mundo espiritual, das coisas brutas e das coisas finas, que definiu uma configuração em que alguns não teriam mais lugar e outros seriam compelidos a mudar radicalmente de posição.

O anjo da história fica espantado, depois daquela “reorganização” não consegue mais enxergar lampejos de impulso emancipatório.

“...Ele gostaria de demorar-se um pouco, acordar os mortos e juntar novamente os cacos...”

Talvez, o anjo da história, no seu passo pela Argentina pós-ditadura, não precisa se deter a juntar os mortos, os desaparecidos pela última ditadura, os operários desaparecidos, os estudantes desaparecidos, os militantes sociais desaparecidos, as mães de desaparecidos

desaparecidas y os filhos de desaparecidos desaparecidos, os religiosos mortos e desaparecidos, os intelectuais mortos e desaparecidos. Não precisa se deter a juntar os cacos dos centros clandestinos de detenção e as estratégias de tortura e morte que lá se praticavam. O anjo da história não precisa fazer uma lista dos genocidas, dos torturadores, dos responsáveis materiais do genocídio. Ele pode ser poupado de recolher o horror do genocídio, porque já foi recolhido por um processo de reconstrução da memória que implicou a ativa militância, a luta contra a impunidade ao longo de quase 20 anos, de vastos setores (fundamentalmente nacionais, mas também de outros países), organismos de direitos humanos, de familiares das vítimas, de movimentos sociais, organizações de profissionais da saúde, da justiça, do âmbito social, setores progressistas das igrejas, alguns sindicatos, e outras organizações gremiais, partidos políticos, organizações de estudantes (fundamentalmente universitários), intelectuais, jornalistas, artistas.

Contudo o anjo gostaria de demorar-se um pouco e juntar a essa memória já configurada aos companheiros de militância dos desaparecidos que ficaram vivos, os sobreviventes do exílio, os sobreviventes da tortura, as organizações nas que militavam, e o caldo de cultura em que se foram desenvolvendo. Gostaria de juntar os cacos que habilitaram a esquerda no processo de elaboração do traumático, a uma autocrítica da luta armada, que avance para além de uma crítica moral, que permita reconhecer o que essa estratégia tinha de impulso emancipatório e o que tinha de impulso negador da emancipação.

Também o anjo gostaria de recolher os cacos de uma memória da classe operária combativa, a memória das lutas de resistência da classe trabalhadora para defender as conquistas em matéria de direitos sociais, desde metade da década de 1950 até metade da década de 1970. Mas teria que entregá-los, para o que sobrou da classe operária (e possivelmente ela não os aceitaria), já tem uma memória e ela refere-se aos tempos do primeiro governo peronista, em que as melhoras na vida da classe trabalhadora aconteceram por via de ‘revolução passiva’, que não é uma memória das lutas, é uma memória das conquistas. Bem em frente ao anjo estão os cacos espalhados da ‘desorganização nacional’, estilhaços do sistema de saúde, das instituições educativas, da universidade pública ‘gratuita livre e popular’. A memória da resistência que setores da classe operária sustentaram durante os 20 anos que separam a queda do Perón e o início da última ditadura, os processos de resistência nas ditaduras anteriores, não é recuperada por uma memória proletária, nem por

memória nenhuma. Não tem um sujeito que faça próprias essas memórias. Por isso o anjo sente vontade de acordar aqueles que foram parte de uma classe operária desaparecida, que desapareceu porque desapareceu a necessidade que dele tinha o processo de acumulação. Os indivíduos que fizeram parte dessa classe ficaram espalhados, desempregados, superexplorados, com condições de venda da sua força de trabalho muito desfavoráveis, sem tempo ocioso para investir no cultivo de ‘coisas finas’.

“...Mas do paraíso sopra uma tempestade que se prende em suas asas e é tão forte, que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas à sua frente cresce até o céu...”

Em 1983 o sistema democrático começou a soprar como vento que vem do paraíso, como vento refrescante que iria desfazer os reveses acontecidos nos tempos da ditadura. A democracia não traria só liberdade, também prometia melhores condições de vida. Mas a deterioração das condições de vida não tinha só a ver com a estratégia repressiva da ditadura, e sim com a mudança estrutural da sociedade e a consolidação de um novo padrão de acumulação. Apelando a alguns enfoques e instrumentos de política econômica provenientes da industrialização substitutiva, o primeiro governo democrático tentou reverter a situação (cfr. Azpiazu: 2004, 224), mas rapidamente entrou em desgaste.

Assim, democracia, *per se*, deixou de ser desejável, mas uma cada vez mais consolidada memória da violação dos direitos humanos a fazia desejável em termos históricos. A democracia foi sendo cada vez mais, ainda que não somente,

um super-mercado político ao que acudimos aproximadamente cada dois anos para renovar o *stock* de programas e dirigentes que consumiremos nos seguintes dois anos sem que tenhamos tido mais intervenção na elaboração desses programas e na seleção destes candidatos, da que temos no processo de produção e distribuição dos produtos que adquirimos no *shopping* (Grüner: 2002, 35 T.P.)

Nesse marco a ‘memória da violação dos direitos humanos’, -que foi uma memória construída na luta militante, mas que também foi a memória que para amplos setores sociais foi suportável construir e que a classe dominante tolerou que fosse construída- configurou um

eixo em torno do qual se foram rearticulando expressões do que começava a se chamar de ‘o campo popular’.

A defesa inquestionável do sistema democrático que já não garantiria um impulso emancipatório, mas funcionaria como patamar indispensável para aprofundar uma memória que garantisse o “Nunca Mais”, começou a soprar como uma tempestade, como uma promessa de futuro que leva a um beco sem saída. Uma tempestade que levou, por exemplo, que a partir do ano 2003 se tenham re-aberto os juízos aos genocidas, e efetivamente eles estão sendo julgados e enviados a prisão. Mas o castigo aos militares não nos habilita a estabelecer elos com os impulsos emancipatórios que o projeto do qual fizeram parte foi destruindo.

Sopram como uma tempestade as formas políticas que possivelmente sem querê-lo, mas talvez por conta de ter-se edificado sobre um processo traumático, constroem a ilusão teórica de que um presente de progresso nos diferencia de um passado cheio de horror, que já acabou.

Que a memória da violação dos direitos humanos faça hoje parte da cultura “oficial” implica que será saldada e fechada. Talvez por conta disso o anjo da história sente vontade de acordar os mortos que possam abrir as fechaduras “revolver as velhas feridas, mostrar que sua cicatrização é apenas uma costura apressada e superficial”(op.cit. 2002, 59 T.P.)

“...Onde, diante de nós aparece uma cadeia de acontecimentos, ele enxerga uma única catástrofe...”

O anjo da história enxerga claramente o fato de que em torno da ditadura militar iniciada com o golpe de estado do 24 de março de 1976 encerra-se um período do processo histórico argentino, que se prolongou por aproximadamente 50 anos, em que estava posta a expectativa de que o desenvolvimento econômico nacional sentaria as bases para o melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras. Sabe que com a violência militar a classe dominante que vai se consolidando não está enfrentando “o sonho idealista de alguns jovens que querem construir um mundo melhor”. Sabe que as forças repressivas foram chamadas para dar sua contribuição no desmantelamento de uma estrutura social em que amplos setores das classes médias são operários.

Sabe também, que o projeto efetivamente derrotado pela ditadura é o projeto das classes médias. As mesmas classes médias que ficaram felizes aclamando a vitória da seleção nacional de futebol na copa do mundo de 1978 no Estádio Monumental a 700 metros da E.S.M.A o maior centro clandestino de detenção e torturas em que a ditadura ia eliminando e disciplinando os setores que tinham lutado na defesa desse projeto e na sua consolidação e na sua superação. Sobre elas lampeja como uma lembrança no instante de perigo a imagem de povos bárbaros, reunidos no coliseu, na antiga Roma ou numa praça da Idade Meia, aclamando seus próprios verdugos.

E sabe que as forças armadas são descartadas assim que as classes que vivem do trabalho estão suficientemente disciplinadas como para não opor resistência à consolidação da nova dinâmica do capital.

Nós encontramos dificuldades para entender a ditadura e a democracia como dois momentos políticos distintos do mesmo processo econômico, então entendemos que os desaparecidos são questão da ditadura e a impunidade é questão da democracia, e a hiperinflação é culpa do governo radical, e a privatizações e a contra-reforma neoliberal do Estado é culpa de Menem, e a criminalização da pobreza, e a super – superexploração do trabalho viola direitos humanos que são de outro tipo de direitos humanos, e não reconhecemos o desemprego como sendo um problema estrutural, e não conseguimos pensar que a estabilidade da moeda como sendo um peso igual a um dólar durante a década de 1990 não teve anda a ver com a crise de 2001.

A nossa respeitada e respeitável memória, a memória que mostra a derrota em termos de “sangue derramado” mostra para as gerações futuras às gerações passadas como as vítimas que tem que ser choradas, e corre o risco de construir um culto dos heróis mortos que nas vitrines dos museus esperam que chegue a data consagrada para que os vivos os chorem. Pode se pensar que construir uma memória da derrota dos projetos emancipatórios envolve necessariamente as gerações futuras como atingidas pela emancipação que não se realizou. Define para elas o imperativo de se recolocar a urgência de recuperar um impulso genuinamente histórico de emancipação.

4. BIBLIOGRAFÍA.

ACHA, Omar, **Las narrativas contemporáneas de la historia nacional e sus vicisitudes.** *In* Nuevo Topo/Revista de historia y pensamiento crítico N°1. Manuel Suárez Editor. Buenos Aires. Septiembre/Octubre 2005.

ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. **La Voluntad. El valor del cambio.** Tomo 1. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta. 2006.

ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. **La Voluntad. La patria socialista.** Tomo 3. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta. 2006.

ANSALDI, Waldo; MORENO, Jose Luis. **Estado y Sociedad en el pensamiento nacional.** Buenos Aires: Cántaro Editores. 1996.

AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder económico en la argentina de los años 80.** Buenos Aires: Siglo XXI editores Argentina, 2004.

BALVÉ, Beba; MURMIS, Miguel, y otros. **Lucha de calles, lucha de clases.** Ediciones Razón y Revolución – CICOSO. 2005.

BASCHEPPI, Roberto. **Documentos de la Resistência Peronista 1955-1970.** Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1988.

BAYER, Osvaldo; **Severino Di Giovanni. El idealista de la violencia.** Buenos Aires. Planeta, 1999.

CASTAÑEDA, Jorge; **Utopía desarmada.** São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CAPARRÓS, Martín. **Qué País.** Buenos Aires: Planeta, 2002.

CONADEP. **Nunca Más.** Buenos Aires: Eudeba, 1986. También disponible en <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/>.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DE SANTIS, Daniel; **A vencer o morir/ historia del PRT-ERP Tomo I Volumen 2.** Buenos Aires: Nuestra América, 2006.

DE SANTIS, Daniel; **A vencer o morir/ historia del PRT-ERP Tomo II.** Buenos Aires: Eudeba, 2000.

DEBRAY, Regis; **Revolução na Revolução.** São Paulo: Centro Editorial Latino Americano. 1980.

DINGES, Jhon; **Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.** Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo. A revolução cubana.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin. Os cacos da historia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

GALASSO, Norberto, **De la banca Baring al FMI. Historia de la deuda externa argentina (1824-2001).** Buenos Aires: Colihue, 2002.

GILLESPIE, Richard. **Soldados de Perón. Los Montoneros.** Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GIUSSANI, Laura. **Buscada.** Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.

GRÜNER, Eduardo. **El sitio de la mirada.** Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

_____. **La cosa política o el acecho de lo real.** Buenos Aires: Paidós, 2005a.

_____. **Marx, historiador de la praxis.** Estudo Introdutório. *In* MARX, Karl. **La lucha de clases en Francia de 1848 a 1850.** Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2005b.

GÓMEZ, José María. **Eclipse da memória, política do esquecimento: a questão dos direitos humanos em uma democracia não consolidada.** *In* Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 10, p. 34-55, 1989.

GUTMAN, Daniel. **Tacuara, historia de la primera guerrilla urbana argentina.** Buenos Aires: Vergara, 2003.

HIJOS. **Reivindicamos la lucha de nuestros padres y sus compañeros por un país justo y solidário.** Disponível em <[http:// www.hijos-capital.org.ar](http://www.hijos-capital.org.ar)>

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDEC. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Censo Nacional de Población 1960. Tomo 1. <<http://www.indec.mecon.ar/proyectos/censo2001/historia/historia2a.htm>>

IÑIGO CARRERA, Nicolás; GRAU, María I.; MARTÌ, Analía. **Agustín Tosco. La clase revolucionaria.** Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006.

KERSNER, Daniel. Trauma Social, Tres Posibles Efectos Improbables. *In* Efectos Psicológicos y Psicosociales de la Represión Política y la Impunidad. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.

Disponível também em < <http://www.eatip.org.ar/textos/biblio>>.

KOHAN, Néstor. ¿Foquismo? *In* **Ernesto Che Guevara: El sujeto y el poder**. Buenos Aires: Nuestra América, 2005. También disponible em:< <http://www.lahaine.org/amauta>>. Acceso em: 5 de março de 2008.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamín. O marxismo da Melancolia**. Río de Janeiro: Campus, 1989

KONDER, Leandro **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988

KORDON, Diana; EDELMAN, Lucila. **Efectos psicológicos de la represión política**. Buenos Aires: Sudamericana-Planeta, 1986.

Disponível também em <http://www.eatip.org.ar/textos/biblio>.

KOUTZII, Flavio; CORRÊA LEITE, José, orgs.; **Che 20 anos depois**. São Paulo: Busca Vida, 1987

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002

LANUSSE, Lucas. **Montoneros. El mito de los doce fundadores**. Buenos Aires: Vergara, 2005

LAPOLLA, Alberto. **Kronos. Historia de las luchas y organizaciones revolucionarias de los años setenta**. Vol. I. La Plata: Ediciones de la Campana, 2004.

LAPOLLA, Alberto. **Kronos. Historia de las luchas y organizaciones revolucionarias de los años setenta**. Vol. II. La Plata: Ediciones de la Campana, 2005.

LÖWY, Michell. **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Walter Benjamin Aviso de Incêndio**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica. 2005. Edição Brasileira: São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MADRES DE PLAZA DE MAYO. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006

MARCUSE, Herbert. **Revolta e Contra-Revolução**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1973

MARRO, Katia. **De luchas, movimientos y conquistas sociales**. Rosario: Editora de la Universidad Nacional de Rosario, 2006.

MARX, Karl. **El XVIII Brumario de Luis Bonaparte**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003. Também **O 18 Brumario e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____. **El Capital**. Tomo 1. Vol.1. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI Argentina, 2006

_____. **La lucha de clases en Francia de 1848 a 1850**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2005

MÉSZÁROS, István. **Filosofía, Ideología e Ciencia Social**. São Paulo: Ensaio, 1993

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre los orígenes del Peronismo**. Buenos Aires. Siglo XXI. 1974.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista y Servicio Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

NOVARO, Marco; PALERMO, Vicente (comps). **La historia reciente. Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004

OLIVERA, Bruno. **Direitos Humanos em perspectiva: Locke, Rousseau e Marx**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PEÑA, Milicíades. **Historia del pueblo argentino**. Vol. I e II. Buenos Aires: Ed. Montevideo, 2006

PLIS-STEREMBERG, Gustavo. **Monte Chingolo. La mayor batalla de la guerrilla argentina**. Buenos Aires: Planeta, 2003.

POLLAK, Michael. **Memoria, Olvido, Silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite**. Introducción: Ludmila da Silva Catela. La Plata: Al Margen, 2006. Versão em português: FGV. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, pp.3-15.

ROMERO, Raúl José. **Fuerzas Armadas: La alternativa de la derecha para el acceso al poder 1930- 1976**. Buenos Aires: Nueva Mayoría, 1998

RUIZ-VARGAS, José Maria. **Trauma y Memória de la Guerra Civil y de la Dictadura Franquista**. In Revista Hispania Nova Nº 6, 2006. <http://hispanianova.rediris.es>

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003

VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: La Página/Sudamericana, 2006.

_____. **El Vuelo**. Buenos Aires: La Página/Sudamericana, 2007.

Vv.Aa. **Un país, 30 años. El pañuelo sigue haciendo historia**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo. 2006.

Vv.Aa. **Por qué recordar?. Foro Internacional Memoria e Historia. UNESCO/Sorbonne**. Buenos Aires: Granica, 2002.

ZIBECHI, Raúl. **Genealogía de la Revuelta. Argentina: La sociedad en movimiento**. La Plata: Letra Libre, 2003

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)